

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

CÁSSIO HENRIQUE CENIZ

**RESISTÊNCIAS DA/NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE O 29 DE
ABRIL DE 2015 EM CONTEXTO DE GREVE NO PARANÁ**

MARINGÁ
2017

CÁSSIO HENRIQUE CENIZ

**RESISTÊNCIAS DA/NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE O 29 DE
ABRIL DE 2015 EM CONTEXTO DE GREVE NO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa

MARINGÁ
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C395r Ceniz, Cássio Henrique
Resistências da/na mídia: uma análise dos discursos sobre o 29 de abril de 2015 em contexto de greve no Paraná / Cássio Henrique Ceniz. -- Maringá, PR, 2017.
93 f.: il., color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2017.

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Análise do discurso - Imprensa paranaense. 3. Texto jornalístico - Estudo. 4. Greve - Servidores públicos - Governo do Paraná. I. Barbosa, Pedro Luis Navarro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 401.41

Márcia Regina Paiva de Brito - CRB-9/1267

CÁSSIO HENRIQUE CENIZ

RESISTÊNCIAS DA/NA MÍDIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE O 29 DE ABRIL DE 2015 EM CONTEXTO DE GREVE NO PARANÁ.

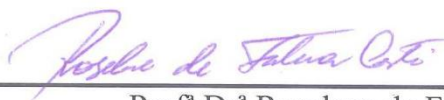
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos.**

Aprovada em 15 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



Prof^a Dr^a Roselene de Fátima Coito
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof^a Dr^a Kátia Menezes de Souza
Universidade Federal de Goiás – UFG/Goiânia-GO

AGRADECIMENTOS

Pelos caminhos que vou percorrendo e construindo, tem uma parcela que diz respeito ao que eu contribuo para o meu desenvolvimento e outra que tem a participação de muitas pessoas que colaboram para que eu supere os obstáculos e acalme as turbulências. Portanto, é chegado o momento de agradecer...

A Deus, não existem palavras que expressem a real gratidão por tanto que me concede. Principalmente, nas madrugadas de insegurança durante a escritura deste texto. A fé em Ti e a Tua acolhida é que me sustentam constantemente.

Aos meus pais, Aristeu e Eloise, razões de minha existência... Sou resultado do que absorvi nos anos de convivência, principalmente, analisando-os no meu silêncio. Mesmo sem que dissessem tudo o que queriam, espelhei-me nos exemplos que me deram sobre o que é ser uma pessoa de bem. Obrigado, por entenderem as ausências e pelo apoio incondicional. Meu amor e gratidão! Aproveito para agradecer ainda o apoio e o carinho dos meus irmãos Caio e Guilherme e do meu sobrinho Miguel. Ao Caio, uma referência especial, por me presentear nessa fase louca com um sobrinho e afilhado. Matheus, o tio já te ama muito!

Ao meu orientador, professor Dr. Pedro Navarro, o que dizer além de obrigado? Ser humano iluminado, dono das palavras ideais para os momentos certos, sempre motivo de orgulho! Obrigado por aceitar o desafio (que desafio!) de me orientar e enfrentar a adrenalina dos prazos. Demonstrou acreditar em mim e neste trabalho mais que eu mesmo e me apoiou com uma calma sem fim. É um exemplo que quero seguir sempre!

Ao Junior, que se aproximou nessa fase de mestrado e mesmo com todas as minhas tarefas, obrigações e ausências da vida acadêmica e profissional demonstrou entendimento, não desistiu de me apoiar e estar próximo (mesmo sendo difícil lidar comigo e minhas “resistências”!).

Aos colegas do Grupo de Estudos Foucaultianos (GEF-UEM), obrigado pela acolhida e produtivas discussões teóricas. Em especial, agradeço à Juliana Hortelã e à Daniela Polla pela parceria desde o início dessa aventura no mestrado, pelas risadas, pelos ombros e pela

amizade; e à Andréa Zingara pela gentil disponibilidade em traduzir o *résumé* que integra esta pesquisa... um primor!

Agradeço às professoras Dra. Roselene de Fatima Coito e Dra Kátia Menezes de Souza (UFG), por aceitarem contribuir com o processo de desenvolvimento da pesquisa e por comporem a banca examinadora.

Agradeço aos meus ex-professores: Elizabeth Labes por me iniciar nesse mundo da pesquisa e da Análise de Discurso e Neil por ser um dos incentivadores para que eu participasse do processo de seleção para ingresso no mestrado.

À Adriana Beloti, colega de trabalho, professora, ex-coordenadora Pibid, amiga e referência. Obrigado pelas contribuições (doações) bibliográficas, pelas palavras de incentivo, por sempre me empurrar para frente e dizer: “você vai conseguir!” É... acho que consegui. Ufa!

À Caroline Mendes Burach, ainda me lembro da amizade que começou no dia do nosso vestibular, seguiu pelo mestrado e vai vida afora.

À Adriana Polato, pelos ensinamentos na graduação, incentivo, apoio e parceria durante toda essa trajetória. Ah! Pelas risadas entre idas e vindas à UEM, pelas caminhadas de “descarrego” após os longos dias de aulas.

Agradeço aos professores e professoras do PLE pelo conhecimento compartilhado e reflexões incitadas.

Ao Adelino, secretário do PLE, pelo pronto atendimento todas as vezes que necessitei.

“[...] - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”

Michel Foucault

RESUMO

Nesta pesquisa objetiva-se compreender como se configuram as resistências e as relações de poder nos discursos da/na imprensa paranaense sobre o 29 de abril de 2015 em contexto de greve do funcionalismo público do Paraná. O episódio, representativo na história recente do Estado, transformou-se em acontecimento discursivo na medida em que materializa enunciados de todo tecido social. A mídia, na qualidade de um dos espaços integrantes da sociedade, colocou em circulação os discursos que abordaram a violência ocorrida no Centro Cívico de Curitiba e a aprovação da proposta governamental que alterou a ParanaPrevidência, plano previdenciário dos servidores. Frente ao grande arquivo disponível, definiu-se como *corpus* os jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de Londrina*, pois estão classificados entre os maiores periódicos do país e, por conseguinte, do Paraná. Das edições publicadas no dia posterior ao ocorrido, são recortados enunciados diversos dos textos internos que constam nas chamadas de capa, editoriais e colunas dos leitores. Os gestos de leitura adotam a perspectiva discursiva da linguagem e os pressupostos teóricos do filósofo francês Michel Foucault. Para isso, coloca-se em funcionamento noções que evidenciam a característica arqueogenealógica da pesquisa, que permitem discutir as condições de possibilidade para a emergência dos discursos e instaurar verdades. Pelo eixo arqueológico tem-se a descrição das sequências enunciativas considerando os aspectos concernentes à função enunciativa e, sobretudo, à formação das modalidades enunciativas. Ao mesmo tempo, genealogicamente, analisa-se a constituição das resistências que se efetivam num processo que demonstra a indissociabilidade com o poder. As características do acontecimento em si, confirmam a arena polêmica e própria do espaço político e das relações sociais a partir das posições assumidas pelos sujeitos que enunciam. Constata-se a resistência na medida em que os sujeitos agem uns sobre as ações dos outros enunciando de lugares institucionais iguais ou diferentes, o que provoca efeitos de regularidades e rupturas. Na perspectiva da História Geral, que volta o olhar para a atualidade, fica evidente, em muitos momentos, que os discursos evocam uma memória de que as ações no Paraná assemelham-se ao regime militar e marcam, por exemplo, o movimento de ir e vir histórico.

Palavras-chave: Discurso. Acontecimento. Mídia. Resistência. Poder.

RÉSUMÉ

Dans ce travail on cherche à comprendre comment se dessinent les résistances et les relations de pouvoir dans les discours de la/dans la presse du Paraná à propos du 29 avril 2015, lors Du contexte de grève de la fonction publique au Paraná. L'épisode, rerésentatif dans l'histoire récente de l'État, est devenu un événement discursif dans la mesure où il matérialise des énoncés du tissu social. Les médias, considérés comme l'un des espaces intégrants de La société, ont mis en circulation les discours concernant la violence produite dans le Centre Civique de Curitiba et l'approbation de la proposition gouvernementale qui modifiait La ParanaPrevidência, plan de prévoyance des fonctionnaires. Face au grand fichier disponible, on a défini comme *corpus* les journaux *Gazeta do Povo* et *Folha de Londrina*, puisque ceux-ci sont classés parmi les plus grands périodiques du pays et donc du Paraná. Des publications du lendemain sont découpés des énoncés divers des ceux étant à la une, des éditoriaux et ceux intégrant les espaces des lecteur. Les gestes de lecture ont une approche discursive du langage et des apports théoriques du philosophe français Michel Foucault. Pour entreprendre cette analyse, on mobilise des notions qui mettent en évidence la caractéristique archéogénéalogique de la recherche, puisqu'elles permettent de discuter les conditions de possibilité donnant lieu à l'apparition des discours et l'instauration de vérités. Par l'axe archéologique on a la description des séquences énonciatives tout en considérant les aspects issus de la fonction énonciative et surtout de la formation des modalités énonciatives. Au même temps, généalogiquement, on analyse la constitution des résistances qui se produisent dans un processus montrant son indissociabilité du pouvoir. Les caractéristiques de l'événement en soi confirment l'arène polémique et propre à l'espace politique et aux relations sociales à partir des positions admises par les sujets qui énoncent. On constate la résistance dans la mesure où les sujets agissent les uns sur les actions des autres en énonçant des discours institutionnels égaux ou différents, ce qui suscite des effets de régularités et de ruptures. L'Histoire générale, qui a un regard vers l'actualité, laisse entrevoir, dans des plusieurs moments, des discours qui évoquent une mémoire selon laquelle les actions au Paraná ressemblent à celles du régime militaire et signalent, par exemple, le mouvement de l'aller-retour historique.

Mots-Clé: Discours. Événement. Médias. Résistance. Pouvoir.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Infográfico: Votação do projeto da ParanaPrevidência.....	24
Quadro 1 – Procedimentos que controlam o discurso.....	41
Quadro 2 – Propriedades da Função Enunciativa.....	47
Quadro 3 – Elementos da Formação das Modalidades Enunciativas.....	48
Quadro 4 – Demonstrativo da configuração das resistências.....	77

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – GAZETA DO POVO, Página 02, Opinião.....	83
ANEXO 2 – GAZETA DO POVO, Página 03, Pontos de Vista.....	84
ANEXO 3 – GAZETA DO POVO, Página 04, Vida Pública.....	85
ANEXO 4 – GAZETA DO POVO, Página 05, Vida Pública.....	86
ANEXO 5 – GAZETA DO POVO, Página 06, Vida Pública.....	87
ANEXO 6 – GAZETA DO POVO, Página 07, Vida Pública.....	88
ANEXO 7 – GAZETA DO POVO, Página 13, Vida e Cidadania.....	89
ANEXO 8 – FOLHA DE LONDRINA, Página 2, Folha Opinião.....	90
ANEXO 9 – FOLHA DE LONDRINA, Página 3, Folha Política.....	91
ANEXO 10 – FOLHA DE LONDRINA, Página 4, Folha Política.....	92
ANEXO 11 – FOLHA DE LONDRINA, Página 6, Folha Geral.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Assembleia Legislativa
Alep	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ANJ	Associação Nacional de Jornais
APP-Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
PM	Polícia Militar
Sindiprol/Aduel	Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região
Sinduepg	Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 SABER EM FOUCAULT: O EIXO ARQUEOLÓGICO	19
1.1 ENTENDENDO O ENUNCIADO E SUA DESCRIÇÃO	20
1.2 29 DE ABRIL DE 2015: DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO AO DISCURSIVO	27
1.3 O ARQUIVO DE UMA HISTÓRIA GERAL	31
2 PODER EM FOUCAULT: O EIXO GENEALÓGICO	35
2.1 PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO	36
2.2 TUDO É RELAÇÃO DE PODER PARA FOUCAULT	42
2.3 RESISTÊNCIAS: LUTA CONSTANTE E MULTIFORME	45
3 RESISTÊNCIAS EM DISCURSOS DE JORNAIS PARANAENSES	47
3.1 A FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS PARA ENTENDER AS RESISTÊNCIAS	47
3.2 29 DE ABRIL: RESISTÊNCIAS NO DISCURSO DA MÍDIA.....	49
3.3 29 DE ABRIL: RESISTÊNCIAS NO DISCURSO DA SOCIEDADE	60
3.4 29 DE ABRIL: RESISTÊNCIAS NO DISCURSO DO POLÍTICO	65
3.5 29 DE ABRIL: RESISTÊNCIAS NO DISCURSO GREVISTA.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

Em 29 de abril de 2015, nada do que pretendemos neste trabalho estava delineado. O contexto era, ainda é e continuará de muitas incertezas. Dentre elas, política. Não que a névoa da dúvida tenha desaparecido e constituído afirmações. Porém, seguindo o que habitualmente acontece, algumas luzes se acenderam no caminho. Outras... apagaram. Aproximando-nos a um dos muitos pensamentos de Michel Foucault (2009), conforme escreve em *A Arqueologia do Saber*, na passagem pelos labirintos, entre todos desvios, é possível se encontrar e se perder. A única coisa que não é possível é permanecer o mesmo.

Para a data que já colocamos em questão, o que é representativo e ainda ecoa, sobretudo, no cenário paranaense são produções discursivas diversas que provavelmente serão lembradas por um longo período, por inúmeras pessoas e significarão de diferentes modos. Afinal, está relacionada à greve dos servidores públicos do Paraná, que aconteceu em dois momentos do primeiro semestre de 2015.

Os professores vinculados à rede básica estadual lideraram o movimento representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato). Outras categorias como professores e funcionários das universidades estaduais, agentes penitenciários e servidores da saúde também aderiram. Inicialmente, as atividades foram paralisadas de 9 de fevereiro até 9 de março. Entre 25 de abril e 9 de junho de 2015, na segunda fase da greve, ocorreu um episódio marcante. No dia 29 de abril, enquanto os deputados estaduais votavam o projeto de lei para alterar o plano previdenciário dos servidores paranaenses, a ParanaPrevidência, a polícia tinha a tarefa de impedir a entrada dos grevistas, que não queriam a mudança, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep). Uma operação especial foi montada com reforço de policiais e equipamentos de segurança. As consequências foram: mais de 200 feridos e a aprovação do projeto de lei como pretendia o governo.

Esse contexto ocasionou uma intensa produção discursiva. Nesse período em que estamos circunscritos como sujeitos tecnológicos, as relações de comunicação se alteram com rapidez. No campo midiático, a criação de aplicativos como o *WhatsApp*, por exemplo, permite que o sujeito filme o que está acontecendo diretamente do celular e, em questão de segundos, encaminhe para todos que estão conectados. É o tempo real! Não é mais necessário esperar o repórter que filma, vai para a redação, edita e prepara o noticiário das 20 horas ou do dia seguinte. Durante toda a greve dos servidores do Paraná, a ferramenta teve significativa importância, pois os envolvidos se comunicavam, repassavam mensagens sobre o desenrolar

das ações, as negociações com o governo estadual e se organizavam para cada etapa do movimento. Esses aspectos merecem ser lembrados, mesmo que não sejam abordados no percurso do trabalho, pois as facilidades proporcionadas pela tecnologia ampliam as possibilidades de produção e de circulação dos discursos.

Por meio do aplicativo de celular e de outras redes sociais como o *Facebook*, um dos vídeos compartilhados foi registrado pelo dramaturgo e diretor Paulo Biscaia Filho¹. O vídeo mostra, durante 2min e 44s, uma professora oferecendo rosas brancas aos policiais. Como quem está indignada, ela grita sobre a cerca que a separa dos policiais após a situação em que foram colocados em função da greve e especificamente do dia 29 de abril de 2015. A professora faz críticas ao governador Beto Richa e ao então secretário de Estado da Segurança Pública, deputado federal Fernando Francischini. Outro vídeo que circulou, no dia seguinte ao episódio de violência no Centro Cívico, foi o *Nunca Esqueça!*². Produzido pela Cinemonstro, em 8min e 50s, são apresentadas cenas capturadas durante o fato que retratam e reproduzem imagens e sons da movimentação.

Em pesquisa no *YouTube*, são centenas os vídeos publicados que fazem referência ao evento. Entre eles foi possível recuperar o documentário *Massacre 29 de abril: ataque do Governo do Paraná aos professores*³, lançado em 27 de maio de 2015, pelo projeto de extensão Lente Quente, do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em parceria com a Agência de Jornalismo, a TV Comunitária de Ponta Grossa e o Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Sinduepg). Tanto que o pesquisador deste trabalho reuniu várias fotografias que circularam na mídia e a partir delas produziu o audiovisual *Poder e Resistência: o Paraná é um estado educador?*⁴ como forma de registro e possibilidade para trabalhos futuros.

Ainda sobre e no dia ao qual nos referimos, o site do jornal *The New York Times* anunciava *Brazil: At Least 150 Are Injured as Police Clash With Teachers*⁵ em texto noticioso referindo-se ao episódio ocorrido na tarde daquela quarta-feira, no Centro Cívico, em Curitiba, durante a greve. O mesmo fez o jornal espanhol *El País*, com o texto jornalístico

¹Disponível em <<https://www.facebook.com/PodemosMaisBrasil/videos/405239076314401>> Acesso em 10 de agosto de 2015.

²Disponível em <<https://vimeo.com/126493625>> Acesso em 10 de julho de 2015.

³Disponível em <<https://youtu.be/N9wF0XtIR44>> Acesso em 15 de agosto de 2015.

⁴Disponível em <<https://youtu.be/CTKjBPt1GEE>> Acesso em 1 de maio de 2015.

⁵Disponível em <http://www.nytimes.com/2015/04/30/world/americas/brazil-at-least-150-are-injured-as-police-clash-with-teachers.html?_r=1>. Acesso em 6 de agosto de 2015.

intitulado *Más de 200 heridos en una protesta de profesores en Brasil*⁶. Um dia após, o jornal argentino *Clarín* destacou *Más de 200 heridos tras un violento choque entre profesores y la prefectura de Brasil*⁷ e a empresa de comunicação *British Broadcasting Corporation* (BBC) noticiou o evento com a manchete *Violent clashes at Brazil teachers' protest in Curitiba*⁸.

Esses são apenas alguns dos incontáveis enunciados que circularam. Ainda é possível encontrar livros com acervo fotográfico, com antologia poética, entre outros. Tudo demonstrando a repercussão do fato para além dos limites geográficos do Paraná e a intensa produção discursiva acerca do “29 de abril de 2015”. Passados mais de dois anos, muitos enunciados ainda emergem sobre o assunto com certa frequência.

Baseado no conjunto disperso dos discursos e do levantamento de outras pesquisas, nosso objetivo geral é compreender o jogo discursivo nas relações de poder/resistências no/sobre o acontecimento em jornais paranaenses. Para tanto, os objetivos específicos definidos são: descrever os enunciados que abordam o 29 de abril de 2015 nos jornais selecionados para verificar como se constituem discursivamente as resistências; observar as regularidades discursivas e as condições para possíveis descontinuidades e rupturas a partir do acontecimento discursivo; compreender a formação de modalidades enunciativas de resistência (FOUCAULT, 2009) e analisar as relações de poder/saber que perpassam os enunciados nos jornais de modo a investigar como reverberam e o que produzem a partir da noção de resistência.

Por ser uma pesquisa que se inscreve teórico-metodologicamente na perspectiva discursiva da linguagem postulada por Michel Foucault, a greve, o acontecimento do dia 29 e a teoria que sustenta o trabalho foram referências para a construção do estado da arte. Apoiando-nos no *Google Acadêmico*, diagnosticamos dois livros eletrônicos (*e-books*). Em *Coberturas Jornalísticas (de)marcadas: A greve dos professores na mídia paranaense em 2015*⁹, organizado por Sérgio Luiz Gadini, são apresentados 14 textos que desenvolvem análises ancoradas em diferentes teorias da área da comunicação. O capítulo “29 de abril”... *Para pensar o acontecimento discursivo na cobertura jornalística da greve dos professores*

⁶Disponível em

<http://internacional.elpais.com/internacional/2015/04/29/actualidad/1430337175_476628.html>. Acesso em 6 de agosto de 2015.

⁷Disponível em <http://www.clarin.com/mundo/heridos-violento-profesores-prefectura-Brasil_0_1348665218.html>. Acesso em 6 de agosto de 2015.

⁸Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-32527969>> Acesso em 6 de agosto de 2015.

⁹ GADINI, Sérgio Luiz. (Org.). **Coberturas jornalísticas (de)marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015**. 1ed.Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. Disponível em <[http://pitangui.uepg.br/proresp/ppgjr/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%8DSTICAS%20\(DE\)MARCADAS.pdf](http://pitangui.uepg.br/proresp/ppgjr/DocPdf/COBERTURAS%20JORNAL%C3%8DSTICAS%20(DE)MARCADAS.pdf)>.

do Paraná, de autoria de Angela Aguiar Araújo, adota a perspectiva discursiva da linguagem, embasado especificamente em Michel Pêcheux. Enquanto o capítulo *O jornalismo como fragmentador de memória coletiva: o caso 29 de abril*, produzido por Ariane Carla Pereira em co-autoria com Marcio Fernandes e Naiara Persegona, é o único que dá voz para Foucault ao tratar do conceito de memória coletiva.

No outro livro, *29 de abril de 2015: reflexões sobre as manifestações no Centro Cívico de Curitiba/PR*¹⁰, composto por 12 capítulos, a maioria dos textos foi produzida por advogados e do total apenas dois incluem Foucault entre as referências. A partir de uma questão, Priscilla Piacha Sá (p.36-42), discute se o 29 de abril foi uma “exceção no Paraná” ou o “Paraná como estado de exceção” e a remissão ao filósofo aparece ao incluir no texto uma abordagem sobre a polícia. O outro, de Gustavo Noronha de Ávila e Vera Guilherme (p.70-72), coloca Foucault no debate para trazer a noção de ilegalismo. Nesses dois casos, percebemos que os capítulos não apresentam, necessariamente, uma análise de caráter discursivo, mas se embasam no autor para debater os aspectos mais próprios do Direito.

Os resultados demonstram o acontecimento como objeto de estudos de pesquisadores de áreas distintas, o que reforça a relevância social e teórica do nosso trabalho. Social por tratarmos de um acontecimento que está visível e que interferiu no arranjo da sociedade, principal e diretamente, no âmbito estadual e regional. Teoricamente, por possibilitar nos unir a um grupo de pesquisas bastante heterogêneo, por ampliar as possibilidades e os olhares dos estudos de cunho linguístico-discursivo e por propor um recorte em que evidenciamos explorar na análise as modalidades enunciativas, um dos conceitos foucaultiano.

Para a realização da pesquisa, foram selecionados textos diversos da imprensa, da APP-Sindicato e do governo do Paraná que abordam a greve e o acontecimento do dia 29 de abril de 2015 nos meses de paralisação. Após a leitura do material reunido, decidimos priorizar os que circularam no dia 30 de abril de 2015, que possibilitou recortar as séries de enunciados verbais e imagéticos dos jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de Londrina*. Mais especificamente, constituem o *corpus* os conteúdos internos, em suas mais variadas características textuais e de gênero. Todo o material foi obtido por meio dos portais dos próprios veículos de comunicação que reproduzem, na íntegra, a versão impressa das edições.

¹⁰BUSATO, Paulo César; ANDRADE, Andressa Paula de; CARUNCHO, AlexeyChoi (orgs.). **29 de abril de 2015: reflexões sobre as manifestações no Centro Cívico de Curitiba/PR**. Curitiba: Leandro Ayres França/Grupo de Pesquisa Modernas Tendências do Sistema Criminal, 2016. Disponível em <http://www.academia.edu/24782039/29_de_abril_de_2015_reflex%C3%B5es_sobre_as_manifesta%C3%A7%C3%B5es_no_Centro_C%C3%ADvico_de_Curitiba_PR>.

As materialidades distintas que separamos evidenciam os aspectos verbais para o movimento de análise.

O recorte foi motivado em razão de este ser um trabalho de mestrado em que o tempo para o desenvolvimento da pesquisa exige uma delimitação do que se coloca como desafio. Depois, pela representatividade dos jornais após levantamento na Associação Nacional de Jornais (ANJ)¹¹ que disponibiliza um *ranking* dos maiores jornais brasileiros de circulação paga. O índice tem por base a média diária no período de janeiro a dezembro de cada ano. Segundo os dados referentes ao ano de 2014, os jornais em questão são os únicos paranaenses que aparecem na lista. A *Gazeta do Povo* alcançou uma circulação média diária de 40.525 exemplares entre as versões impressa e digital. Já a *Folha de Londrina* atingiu a média diária de 28.256 exemplares. Entre todos os jornais brasileiros, a *Gazeta do Povo* ficou na 27ª posição e a *Folha de Londrina* na 35ª.

Na pesquisa com os índices de 2015, a ANJ reduziu o número de jornais listados pela metade. Antes eram 50, depois passaram a ser 25. Desse total, só a *Gazeta do Povo* aparece representando os impressos paranaenses. Com uma circulação média diária de 36.341 exemplares da versão impressa ficou na 22ª posição e na versão digital a média de circulação de 4.938 exemplares qualificou a *Gazeta do Povo* para o 16º lugar entre os sites de jornais nacionais citados. Os números apresentados e o fato de a greve ter ocorrido no Paraná são, pois, alguns dos aspectos quantitativos que contribuem para justificar a importância de analisar a produção discursiva do jornalismo no próprio Estado.

Ainda que neste momento sócio-histórico os pesquisadores estejam se voltando para divulgações extraoficiais, esse trabalho também se justifica porque vai na contramão, buscando olhar para essa mídia que é padrão e se coloca, mesmo que dentro do seu próprio discurso midiático, como lugar de voz do excluído e do povo. Afinal, não é isso que, de um modo geral, aconteceu no passado e não é o que está acontecendo. Para além do que se pode constatar nas teorias do campo jornalístico, podemos afirmar que os interesses da mídia estão calcados muito mais na lógica econômica do que nos interesses ditos sociais. Assim, é preciso analisar como a mídia tradicional se marca.

O percurso analítico tem como fundamento dois dos três eixos do filósofo francês, o arqueológico e o genealógico. Definidos a problemática e os objetivos, os enunciados sob investigação são descritos considerando que estamos tratando de uma história que não é a global, homogênea e linear. Concentramo-nos em uma perspectiva histórica concebida por

¹¹ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Maiores jornais do Brasil. Disponível em <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

Foucault (2009) como História Geral, que visa analisar tanto as regularidade discursivas quanto as condições para possíveis descontinuidades e rupturas na atualidade.

No primeiro capítulo, abordamos mais sobre a história na perspectiva seguida por Foucault, entendemos os enunciados e a abordagem que se faz para descrevê-los a partir da função enunciativa, explicamos a transformação do fato em acontecimento discursivo e detalhamos aspectos sobre o recorte efetuado a partir do arquivo construído para a pesquisa.

No capítulo seguinte, evidenciamos uma discussão sobre o exercício do poder e os procedimentos que controlam o discurso. Embasados no caráter genealógico e na afirmação de Foucault (1999, p. 91) de que “onde há poder há resistência” compreendemos essa configuração das resistências para, no terceiro capítulo, empreendermos a análise da relação saber-poder. As questões que dizem respeito ao *status* dos sujeitos que falam sobre o 29 de abril nos jornais selecionados, os lugares de onde esses sujeitos falam e as posições que os sujeitos ocupam nos orientam no agrupamento dos enunciados do capítulo analítico e permitem demonstrar a formação das modalidades enunciativas. A partir disso, observamos como se dá o funcionamento das resistências nos discursos sobre a aprovação da mudança do plano previdenciário e os atos violentos ocorridos no Centro Cívico de Curitiba.

1 SABER EM FOUCAULT: O EIXO ARQUEOLÓGICO

O desenvolvimento dos estudos na perspectiva discursiva da linguagem indica que, inicialmente, os discursos políticos recebiam maior atenção. Porém, com o tempo, os enunciados produzidos em outros campos da sociedade também passaram a ser objeto de pesquisa. Michel Foucault, referência teórico-metodológica a qual nos filiamos, mostrou em suas obras um extenso e profundo trabalho que tematizou, a partir do discurso, questões em torno da loucura, da psiquiatria, da sexualidade e da prisão, por exemplo, demonstrando a produtividade das análises por esse viés.

Didaticamente, a obra do filósofo francês é dividida em três fases as quais preferimos chamar de eixos de trabalho. Neste capítulo, a “caixa de ferramentas” que Foucault disponibiliza em *A Arqueologia do Saber* (2009) interessa para auxiliar no processo descritivo e analítico das condições que possibilitaram a produção de determinados saberes. Para isso, embasamo-nos nos escritos do autor e de seus comentadores. Como afirma Araújo (2008, p. 57), na arqueologia são focalizadas “as práticas discursivas que formam o saber de uma época”, uma vez que, o que é permitido dizer em certa época, tem relação direta com os objetos do discurso que emergiram e possibilitaram o surgimento de determinados saberes.

Devido à teoria proposta por Foucault também contemplar o enquadramento de estudos voltados ao discurso, ao tentar responder o que seria então essa teoria que se volta para as práticas discursivas, Fischer argumenta que é objetivo descrever os acontecimentos discursivos.

E isso não é pouco. Trata-se de flutuar no limite das coisas e das palavras, como escreve Foucault a respeito dos livros de Deleuze – justamente porque o acontecimento não se reduziria jamais a um estado de coisas, funcionando como o referente de algo que foi dito e cuja veracidade ou falsidade buscaríamos investigar. Muito menos poderia ser reduzido a fatos cuja profundidade precisaria ser escavada, na busca de secretas relações [...] (FISCHER, 2012, p. 25)

Na condição de prática discursiva, Navarro (2004, p. 108) argumenta que o discurso localiza-se “entre a estrutura e o acontecimento, por conter, de um lado, as regras da língua e, de outro, aquilo que é efetivamente dito”. Portanto, para a descrição – empreendimento fundante da arqueologia, existe um modo de proceder as análises que são particulares à forma de pensar do filósofo. Em referência ao eixo arqueológico, ele nos explica que:

Esse termo não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento arquivo. (FOUCAULT, 2009, p. 149)

Deste modo, Foucault mostra que não é a origem que lhe interessa. Da mesma forma, não busca afirmações, mas formula questões para compreender as condições de emergência, de existência e as transformações de uma dada condição sócio-histórica.

Ao sujeito é atribuída importância para que seja repensado não em sua existência individual, mas como pontuaram Rabinow & Dreyfus (1995) com suas características puramente linguísticas. Ampliando a discussão, Oksala (2011, p. 23) especifica que este sujeito, portanto, “não é uma fonte autônoma e transparente de saber – é construído em redes de práticas sociais que sempre incorporam relações de poder e exclusões”.

Nesse domínio, o instrumental metodológico disponibiliza algumas noções como enunciado, acontecimento, arquivo e história. O percurso é iniciado com a compreensão do que podemos considerar como enunciado e sua funcionalidade, um dos cerne do referencial de Michel Foucault para a realização da análise discursiva da linguagem. Seguimos o capítulo explicando a noção de acontecimento discursivo, estabelecendo algumas relações com o objeto de nossa pesquisa. Finalizamos, detalhando o que orientou a organização do arquivo e explicando a concepção de história a qual é desenvolvida pelo filósofo.

1.1 ENTENDENDO O ENUNCIADO E SUA DESCRIÇÃO

Na tentativa de definir o enunciado, Foucault (2009) preocupou-se, primeiro, em dizer o que não é um enunciado. Parte, então, para uma discussão do conceito distanciando-o das noções de proposição, frase e atos de fala. O autor começa explicando que uma mesma proposição pode ter dois enunciados diferentes. Desse modo, justifica que a estrutura proposicional não é condição suficiente para que exista um enunciado. Exemplificando, a partir do acontecimento que abordaremos, o 29 de abril de 2015 em contexto de greve no Paraná, ao nos depararmos com “massacre” e “foi um verdadeiro massacre” temos proposições que apresentam características próximas do ponto de vista lógico, mas, na condição de enunciados podem não pertencer exatamente ao mesmo grupo, porque, como detalha Foucault (2009, p. 92), “os critérios que permitem definir a identidade de uma

proposição, distinguir várias delas sob a unidade de uma formulação, caracterizar sua autonomia ou sua propriedade de ser completa, não servem para descrever a unidade singular de um enunciado”.

Embora admita existir uma equivalência entre frase e enunciado, Foucault (2009) afirma que não é total, pois há casos em que o enunciado não corresponde à estrutura linguística das frases. Além de fazer essa abordagem em *A Arqueologia do Saber*, Gregolin (2004) percorrendo os escritos do filósofo reafirma que a estrutura linguística canônica não é suficientemente necessária para definir um enunciado, mas fundamental para a constituição do que os gramáticos consideram como frase. Nessa perspectiva, faz entendermos que encontrar apenas os constituintes da frase é limitar o enunciado e, portanto, prefere não usar essas características para defini-lo. Segundo o autor, o enunciado ocorre em outras situações para além da frase.

Ao nos depararmos com um infográfico, partindo do que Foucault propõe, podemos formar enunciados sem necessariamente a presença de frases. O recurso, muito utilizado pelo jornalismo impresso quando o intuito é destacar informações consideradas importantes, possui algumas regras específicas em que o aspecto visual e a disposição dos dados de modo sintetizado são suficientes para interpretação, como mostraremos adiante.

Quando tenta aproximar o conceito ao *speech act* – que chamamos de atos de fala ou ato ilocutório, Foucault escreve:

O ato ilocutório não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pôde produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas. (2009, p. 94)

Essa que parecia ser a explicação mais próxima do que vem a ser enunciado também não se efetiva, pois os atos de fala são constituídos por dois ou mais enunciados. Assim, o entendimento é de que os três casos adotam critérios que não garantem ao enunciado um modelo e a sua real extensão, uma vez que pode ser encontrado em situações diversas. Então, explica-nos os motivos pelos quais não se pode associar o enunciado aos casos apresentados.

[...] encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas

figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos; mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição. (FOUCAULT, 2009, p. 95)

Na difícil tarefa de definirmos o enunciado, Foucault (2009, p. 96) mostra-nos ainda que língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência sendo a língua um “sistema de construção para enunciados possíveis”.

Após o exposto, notamos que não existe uma relação sinonímica. A proposição, a frase e os atos de fala só existem em função do enunciado que possui uma independência própria, um modo singular de ser e que inviabiliza enquadrá-lo considerando uma estrutura específica. Contribuindo com a discussão, Fischer (2012, p. 77) argumenta que o enunciado “se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem”. Em Foucault (2009, p. 98) comprovamos isso quando aponta que “ele [o enunciado] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.”

Conforme o filósofo, a função enunciativa, caracterizada por quatro propriedades essenciais – referencial, posição sujeito, domínio associado e existência material – é que vai possibilitar compreender como uma sequência de signos torna-se enunciado, pois “entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do enunciado”. (GREGOLIN, 2004, p. 26-27).

Dentre as propriedades, o referencial estabelece as condições de possibilidade e de existência do enunciado permitindo atribuir sentido à frase e valor de verdade à proposição. Destarte, “o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 103). Sintetizando, Fischer (2012, p. 77) aponta o referente como “um princípio de diferenciação”. Afinal, uma determinada formulação pode ser repetida com a mesma estrutura em vários momentos e situações, mas apesar disso, pode não ser considerada um enunciado e de igual sentido.

Em outro momento, há que se considerar que para a existência de signos é indispensável uma instância produtora. No entanto, ao contrário de evidenciar o sujeito, Foucault (2009, p. 107) trata da posição sujeito explicando-a como “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. Logo, neste que é o segundo elemento da função enunciativa, o processo descritivo deve voltar-se para

“determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”. Devemos considerar aqui que as posições não são uniformes. Assim, um sujeito pode ocupar posições que são idênticas ou diferentes em um mesmo texto, da mesma forma que um texto pode ser constituído por posições semelhantes ou não.

O domínio associado é a terceira propriedade. Dizer uma frase não é suficiente para a existência de um enunciado. É preciso estabelecer uma relação com o campo adjacente e lembrar que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2009, p. 110). Porque para o autor:

Não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. (FOUCAULT, 2009, p. 112)

Ainda sobre o domínio associado, Foucault (2009, p. 111) ressalta a formação de uma trama complexa em que o analista deve observar: a) a série das outras formulações; b) o conjunto das formulações a que o enunciado se refere tanto para repetí-las como para modificá-la; c) o conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é a propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência e d) o conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão.

A característica de coexistência a qual o autor faz referência não individualiza, mas multiplica e acumula os enunciados. Todos esses aspectos podem ser verificados a partir da existência material, quarta condição a ser considerada para a análise de um enunciado. Pensando com Foucault, Fischer (2012, p. 77) aponta que a materialidade trata das “coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas em algum tipo de material, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas através de técnicas, práticas e relações sociais”. É na materialidade que vemos o enunciado se constituir. Para isso, é necessário que tenha substância, suporte, lugar e data que quando modificados, mudam a identidade do enunciado (FOUCAULT, 2009, p. 114).

O referencial teórico de Foucault nos leva a identificar a possibilidade de explorar as diferentes materialidades discursivas para o movimento descritivo-analítico. Portanto, baseado nas comparações apresentadas pelo autor e nas propriedades da função enunciativa, consideramos no infográfico publicado pela *Gazeta do Povo*, no dia 30 de abril de 2015, a

possibilidade de existência de um enunciado. Disposto na página 4, identificada como pertencente a editoria “Vida Pública”, o infográfico ocupa duas colunas à direita da página, equivalente a 1/3 do total, ao lado de uma notícia, uma entrevista e acima de um box com informações complementares sobre o projeto votado.

O recurso é utilizado a fim de apresentar o resultado dos votos na sessão do dia 29 de abril de 2015 em que foi aprovada a mudança no plano previdenciário dos servidores estaduais do Paraná. O material elaborado identifica com foto, nome e sigla partidária como cada deputado votou e estabelece uma relação verbo-visual ao utilizar ícones que mostram uma mão em posição de positivo para quem foi “a favor” do projeto apresentado pelo governo e outra em posição negativa para quem votou “contra”.

Figura 1 – Infográfico: Votação do projeto da Parana Previdência



Fonte: Gazeta do Povo. Número 31.204 de 30 de abril de 2015. p. 04.

O infográfico é identificado pelo sintagma “placar”, que evoca um saber que está atrelado ao resultado de um partida esportiva, demonstrando que esse discurso, identificado ao campo político, não existe isolado, mas correlacionado ao discurso esportivo, por exemplo. O aspecto referente são os deputados associados aos votos no projeto.

Não se recorrem a equipes, mas ao identificar os deputados em grupos “a favor” e “contra”, criam-se dois times: o da maioria representado por 31 legisladores como os que jogam para o “time do governo” e o outro, derrotado com um total de 20 votos, está no “time adversário do governo”. Se levamos o infográfico para esse campo esportivo, o presidente da Assembleia Legislativa, isolado no grupo que “não votou”, pode estar ligado à figura do árbitro/juiz de uma partida de futebol e não deixa de ser quem fez “cumprir” as regras do jogo. Depois, entre os que “não compareceram”, estão dois deputados. Como nesse jogo o que vale é o voto individual e o agrupamento ocorreu após o resultado, os faltosos podem representar o W.O (abreviação da palavra de língua inglesa *walkover* que significa vitória fácil), mas ao contrário do que habitualmente acontece não interferiram no resultado. Podemos interpretar esses agrupamentos como a posição de isenção, na medida em que o infográfico apenas passa informações quantitativas de como votaram os deputados. Assim, nem é a favor do governo e nem de resistência, mas de um jornalismo que ainda “se vende” como isento, objetivo, imparcial.

Compreendida a função enunciativa, característica que atribui existência aos enunciados, é importante dedicarmos-nos um pouco aos questionamentos feitos pelo autor. Para responder como proceder à descrição dos enunciados, primeiro tratou de estabelecer algumas definições. Delas destacaremos o enunciado e o discurso. Para o autor, o enunciado é a modalidade de existência que permite aos signos serem algo diferente, que prescreve aos sujeitos uma posição, que se situa entre performances verbais e que é repetível. Já o discurso é entendido como o “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação”. (FOUCAULT, 2009, p. 122)

Depois, ao argumentar sobre a análise enunciativa, Foucault salienta que não se pretende uma descrição total ou exaustiva da linguagem, nem é objetivo reencontrar uma totalidade perdida.

Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. (FOUCAULT, 2009, p. 123)

O que interessa é a análise do que foi pronunciado, dito ou escrito no nível de sua existência. A descrição privilegia o que está na superfície e não o oculto. Assim, “pensando com”¹² Foucault (2009, p. 126), precisamos para essa descrição “interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; [...] se deter no momento - logo solidificado, logo envolvido no jogo do significante e do significado – que determina sua existência singular e limitada”.

Voltando ao conceito de enunciado e das características que possui na condição de função enunciativa, ressaltamos em Foucault (2009, p. 130-131) que a descrição dos enunciados vincula-se à formação discursiva como garantia de certa organização para a análise. Medida que de certa forma tenta evitar falhas, contradição ou imposições internas, pois “a análise das formações discursivas está bem centrada na descrição do enunciado em sua especificidade” e o que o autor descreve como formação discursiva “constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de *performances* verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais [...]; mas que estão ligados no nível dos enunciados”.

Da existência singular dos enunciados é que temos o discurso nessa perspectiva discursiva da linguagem, detalhado por Foucault (2009, p. 132-133) como um conjunto de enunciados apoiado por uma mesma formação discursiva “constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...] é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade”.

O movimento descritivo, segundo Fischer (2012, p. 78) é apreender o enunciado como acontecimento. Mas há que se lembrar da afirmativa foucaultiana (2009, p. 31) de que “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”.

¹² “Pensar com Michel Foucault” é uma expressão empregada por vários comentadores da obra do filósofo. Courtine e Jean-François Bert são alguns autores que a utilizam a expressão nos títulos de livros que publicaram. Bert, por exemplo, apresenta um panorama das teses produzidas por Foucault e as várias noções que foram disponibilizadas para nós, analistas, que autorizam “a pensar diferentemente os sistemas de pensamento que restringem nossa visão de mundo”. (BERT, 2013, p. 187)

1.2 29 DE ABRIL DE 2015: DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO AO DISCURSIVO

Próximo de nós, paranaenses, no ano de 2015, ocorreu uma das mais longas greves da história envolvendo o funcionalismo público. O movimento iniciou-se com o objetivo de evitar o fechamento de mais de 2 mil turmas em escolas públicas, para cobrar pagamentos atrasados, garantir e manter direitos adquiridos pelos servidores da educação. O principal deles: o previdenciário. O governo estadual agia no sentido de implantar mudanças na ParanáPrevidência dizendo ser importante para reduzir as despesas e aumentar as receitas o que denominou como “medida de austeridade”. Os servidores, por outro lado, tratavam-na como “pacote de maldades” e/ou “pacotaço”. Enunciados esses que foram retomados como referência, inclusive, pela imprensa em muitos momentos.

Na primeira fase, o governo retirou o projeto da votação. Os servidores voltaram às atividades, mas mantiveram o Estado de Greve alertando que a qualquer momento poderiam paralisar novamente. Cerca de 45 dias após a normalização dos serviços, o projeto foi reencaminhado para a Assembleia Legislativa o que culminou na segunda fase de interrupção das atividades. Nesse período, portanto, os deputados aprovaram as alterações apresentadas por 31 votos a favor e 20 contra.

De todo o contexto, nessa que chamamos de segunda fase da greve, a ação violenta no dia 29 de abril de 2015 se mostrou um problema da ordem política e social tendo em vista o campo ao qual está vinculado e a proporção que atingiu. A greve se configurou, desde o início, como uma ação política que envolveu diretamente o Estado e que foi motivada, também, por conta de uma crise financeira. Ela extrapolou o campo da política, quando observamos o envolvimento da sociedade produzindo discursos acerca do que se viu no Paraná, sobretudo, nos espaços destinados aos leitores que são disponibilizados pela *Gazeta do Povo* e pela *Folha de Londrina*. Inúmeros veículos de comunicação inclusive internacionais deram destaque ao ocorrido. Naquela tarde de quarta-feira, no Centro Cívico de Curitiba, os servidores em manifestação foram impedidos, juridicamente, de participar da sessão em que os deputados votaram, a portas fechadas, o projeto governamental. Para impedir a votação, repetindo o que havia ocorrido em fevereiro de 2015, tentaram acessar o plenário da assembleia. No entanto, não obtiveram o resultado esperado. Pelo contrário, nas palavras, imagens e na memória de quem viu, vivenciou e registrou o dia do lado de fora, o que se diz é que o cenário fez ecoar o som de vozes que gritavam pela defesa dos direitos, por socorro pela dor e desespero causados pelos disparos de balas de borracha e bombas de gás utilizadas pela polícia que cercava todo o entorno do local. Em meio a isso misturavam-se os

sons dos helicópteros militares que sobrevoavam a área. Tudo ficou marcado e ao contrário das “velhas questões de análise tradicional”, cabe-nos interrogar:

Que estratos é preciso isolar uns dos outros? Que tipos de séries instaurar? Que critérios de periodização adotar para cada uma delas? Que sistema de relações (hierarquia, dominância, escalonamento, determinação unívoca, causalidade circular) pode ser descrito entre uma e outra? Que séries de séries podem ser estabelecidas? E em que quadro, de cronologia ampla, podem ser determinadas sequências distintas de acontecimentos? (FOUCAULT, 2009, p. 04)

Questões essas que permitem sustentar os recortes e limitações para a realização da pesquisa, ou seja, estabelecer as séries e relacioná-las para análise. Nesse caso, o 29 de abril de 2015 é o que delimita o ponto para a constituição do *corpus* de análise. O episódio fez reverberar discursos que contribuíram para a produção de sentidos, construção de verdades e a sua transformação em acontecimento.

Segundo Foucault (2014, p. 46), essa transformação ocorre “[...] quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si”. Deste modo, restitui-se ao discurso o seu caráter de acontecimento, pois, na visão do filósofo, os discursos chegam a essa condição porque são produzidos imperceptivelmente e nesse movimento manifestam o segredo de sua essência.

Em *A Ordem do Discurso*, a noção de acontecimento é apontada como um dos princípios reguladores para a análise discursiva. E, ao explicá-la, Foucault (2014, p. 54) argumenta que é efeito de – e se efetiva em – uma dispersão material. Afinal, na materialidade é que o acontecimento “possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais.”

No mesmo caminho, Possenti¹³ (2006, p. 93) considera a noção como matéria prima em razão da “[...] relação com a enunciação que, quase naturalmente, é concebida como um evento”. Um evento que está na dimensão do inesperado. E em se tratando do episódio paranaense, se efetiva porque para uma sociedade que se diz constitucionalmente democrática, os atos de controle com violência fogem do usual e aceitável. Questionando sobre a contemporaneidade, com que frequência visualizamos enunciados em que professores

¹³Possenti, ao abordar a noção de acontecimento, localiza-se entre Foucault e Pêcheux. Embora não se valha explicitamente dos dois autores, em termos de olhar e organizar o material, seu texto contribui para a nossa discussão. Percebemos, em muitos momentos, que sua ideia assemelha-se ao escalonamento de acontecimentos.

ou funcionários públicos estão apanhando? A violência da ação policial e o número de feridos somam-se ao caráter extraordinário do evento e são suficientemente justificáveis para que ressoe.

Essa data poderia ser normal como outra qualquer, não fosse a sua relação com a enunciação. No entanto, ao estar inserido no contexto de greve dos servidores do Paraná e diante dos desdobramentos, muito se enunciou e ainda se enuncia. De um lado falou-se sobre os atos violentos e do outro sobre a mudança no plano previdenciário. Situações que se desdobram em vários textos. Na mídia tradicional, por exemplo, foram produzidas reportagens, entrevistas, análises, charges e fotografias. Até mesmo textos de ordem jurídica. Todos colaborando com a transformação do fato em acontecimento, na medida em que repetem, replicam, analisam, detalham e até correlacionam a outros como similares ou tornados similares. Se observarmos as práticas nas redes sociais, por exemplo, não faltaram publicações, compartilhamentos, memes e montagens que retomam e (re)atualizam o acontecimento.

A dispersão material a qual o filósofo refere-se é que os discursos podem ser escritos, orais, imagéticos, estáticos e em movimentos. Nossa pesquisa se concentra especificamente nos discursos verbais de textos como editoriais, notas de leitores, notícias e depoimentos. No entanto, poderíamos incluir no arquivo e no *corpus* a ser analisado outras materialidades, tais como fotos, charges, vídeos de reportagens e entrevistas, documentários, áudios de programas de rádios, bem como produções e compartilhamentos possibilitados por meio de aplicativos e perfis de redes sociais nas mais variadas possibilidades discursivas.

Para Possenti (2006, p. 95), “[...] o conjunto de textos começa a remeter não só ao próprio acontecimento, mas também a outros textos e a outros acontecimentos que este levou a rememorar.” Ao observar os enunciados, um acontecimento rememorado foi o de 30 de agosto de 1988, quando outra ação policial, ocorrida na época do governo Álvaro Dias, reprimiu, também com violência, uma passeata de professores que estavam em greve reivindicando reposições salariais.

Como uma cesura, o 29 de abril de 2015 se faz acontecimento e surge como bem descreve Foucault (2014, p. 55): um rompimento do instante e a dispersão do sujeito em posições plurais de funções. Uma vez que representa um (re) corte casual da realidade. Portanto,

Considerar o discurso como acontecimento significa abordá-lo na sua irrupção e no seu acaso, ou seja, despojá-lo de toda e qualquer referência a

uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas. (NAVARRO, 2004, p. 108)

Importa aqui não as causas, mas os efeitos do acontecimento. Deve-se descrever o discurso colocando-o em suspenso ou afastando-o de todas as formas prévias de continuidade como tradição, influência, desenvolvimento, ideia de origem, entre outros. Afinal, essas noções garantem o efeito de continuidade, uma direção contrária ao modo de pensar do filósofo francês.

Em linhas gerais, Navarro sintetiza que:

[...] a noção de acontecimento possibilita considerar o enunciado como aquilo que efetivamente foi formulado, seja por um gesto de escritura, seja pela articulação de uma palavra. Mas não só isso, essa noção coloca o enunciado no campo de uma memória, na materialidade de manuscritos, dos livros ou de qualquer espécie de registro. Ainda mais: mesmo sendo único como acontecimento, o enunciado está aberto a toda sorte de repetição, transformação ou reativação. Por último, o enunciado-acontecimento relaciona-se com domínios vizinhos, ou seja, outros enunciados que o precedem ou o seguem. (2004, p. 112)

A compreensão do discurso como acontecimento deve estar lado a lado com a perspectiva da História Geral conforme distinção de Foucault, que tem como foco a descontinuidade, conforme será abordado na próxima seção. Vemos, com Navarro (2004, p. 108), uma primeira aparição da questão do poder (que trataremos no capítulo 2) na discussão quando afirma que “[...] o discurso é objeto de disputa, em vista do poder que, por seu intermédio, se exerce”. Para ele, é necessário aceitar o discurso como fundador da interpretação, responsável por construir verdade e dar identidade às coisas quando tratado como acontecimento.

Até aqui percebemos o acontecimento como uma existência singular do discurso, como a emergência de enunciados que estabelecem relações e produzem efeitos de sentido. Buscamos algumas aproximações com os discursos produzidos, mostramos a sua irrupção histórica e na sequência vamos ampliar a discussão sobre a concepção de história em Foucault.

1.3 O ARQUIVO DE UMA HISTÓRIA GERAL

Enquanto o enunciado pode ser entendido como o aspecto molecular da proposição foucaultiana, o arquivo tem uma característica mais ampla e ambos possuem uma relação de dependência assim como outras noções.

Em uma acepção de perspectiva mais tradicional, podemos definir a reunião de coisas sobre um determinado tema como um arquivo. Desse ponto, os materiais ganham status de documentos que ajudam a guardar e/ou colecionar o que passou. Concepção esta que utilizamos primeiro para a pesquisa: juntar tudo referente à greve. A partir de Foucault porém, a noção assume outro funcionamento o que motivou e sustentou a reorganização do *corpus*.

Não entendo por esse termo a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco, as instituições que, em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. (FOUCAULT, 2009, p. 146)

Mais do que unir documentos, privilegamos o conjunto de discursos efetivamente pronunciados sobre o 29 de abril de 2015. Do acumulado, definiu-se pela seleção do que foi dito um dia após o acontecimento, nos jornais impressos do próprio Estado – *Gazeta do Povo* e *Folha de Londrina*. Afinal, para o autor, o arquivo é formado, também, pelo que se praticou em períodos determinados e que continua a existir através da história possibilitando que os enunciados perdurem e se modifiquem.

Navarro (2006, p. 75) apoia-nos argumentando que a análise arqueológica se sucede sobre o arquivo e refletindo sobre a produção midiática ressalta a diversidade de enunciados que estão acessíveis aos analistas: “são discursos que se inserem em meio a outros tantos já ditos e vão formando uma rede interdiscursiva, constituída de retomadas, de réplicas ou deslocamentos de elementos discursivos inseridos numa formação discursiva.” Desta forma, espera-se compreender como se configuram as práticas discursivas sobre o acontecimento.

Pensando com Foucault, temos no arquivo uma busca não do que é homogêneo, mas o contrário disso.

Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, [o arquivo] é o que diferencia *os* discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, 2009, p. 147)

Entendendo o modo como opera, temos em Foucault (2009, p. 147) a afirmação de que o arquivo é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.” Então, como muito se falou sobre o episódio paranaense, consideramos o postulado de que o arquivo é indescritível em sua totalidade e estabelecemos o referido recorte como um ponto específico para as análises. Trata-se de uma escolha que não atribui valor total ao arquivo e também não é exclusiva do analista, mas se dá na relação entre esses polos e as possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa. Uma das justificativas para o recorte reside, também, no fato de privilegiarmos os discursos que circularam na mídia padrão impressa que apresenta, quantitativamente, maior inserção/circulação junto aos paranaenses seguindo o *ranking* da Associação Nacional de Jornais (ANJ)¹⁴.

Assim, a partir do todo que foi dito, atendendo as características dos pressupostos arqueológicos e o que escreve Sargentini (2004, p. 90), acreditamos que seja possível compreender o funcionamento dos discursos focalizando como as práticas discursivas nos jornais selecionados contribuem para a constituição de saberes que se relacionam, especificamente, a um dos acontecimentos históricos e discursivos no contexto de greve dos servidores/professores do Paraná.

Como falamos de um discurso que se enquadra no campo político, concordamos com Sargentini (2006, p. 41) ainda quando argumenta que o arquivo permitirá revelar dispositivos e configurações significantes. Para ela, a contribuição da noção de arquivo é “vista como um modo de acompanhar as práticas discursivas de uma sociedade” e quando se trata do discurso político, por exemplo, o arquivo permite ampliar a busca do social.

Os saberes abordados nesse arquivo respeitam uma época que não é a do passado, mas do presente. O próprio Foucault (2009, p. 148) toca neste ponto ao argumentar que “a análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita”.

Voltamos, agora, a tocar em uma questão que é contemplada tanto na noção de arquivo quanto na de história: o documento. Foucault (2005, p. 95) faz uma distinção ao dizer que “analisar os fatos de discurso no elemento geral do arquivo é considerá-los não

¹⁴ O detalhamento dos dados referentes ao *ranking* ao qual nos referimos já está contemplado na Introdução desta pesquisa e preferimos não retomá-los novamente.

absolutamente como *documentos* (de uma significação escondida ou de uma regra de construção), mas como *monumentos* [...]”.

Ao explicar as diferenças que marcam esse outro modo de fazer a história, o autor menciona que ocorreu uma mudança acerca do documento. Primeiramente, o documento era sempre tomado como uma forma de reconstituir o passado de modo inerte e transformá-lo em monumento enfatizando o que os homens fizeram ou disseram, questionando a intencionalidade e a verdade. Navarro (2004, p. 103) expõe porém que “[...] não há verdade para ser buscada nas diversas etapas constitutivas do saber, mas sim discursos historicamente detectáveis, que constroem verdades e possibilitam o exercício do poder”.

Depois, surge um movimento inverso em que “tomar o enunciado como monumento e não como documento significa que ele não está lá no lugar de algo mais profundo ou essencial, demandando interpretações” (ARAÚJO, 2008, p. 58). Por isso, organiza, recorta, distribui e ordena o documento, estabelecendo séries, distinguindo pertinências e definindo unidades que permitem o estabelecimento de relações entre os enunciados.

Antes do pensamento empreendido por esse francês, a história era observada e contada considerando apenas os longos períodos de modo a buscar as origens. Os historiadores voltavam-se para as estabilidades e para as constâncias, como se os acontecimentos fossem lineares. Em Foucault (2009, p. 3), rompeu-se o tradicionalismo do que chama de História Global, porque “as sucessões lineares, que até então tinham sido o objeto da pesquisa, foram substituídas por um jogo de interrupções em profundidade.”

Ao contrário do olhar tradicional que privilegia as histórias contínuas, o autor preocupa-se com a História Geral, que trata o presente e é caracterizada pela heterogeneidade, dispersão e descontinuidade. Castro salienta que:

[...] Foucault inverte determinada imagem histórica da racionalidade, característica de grande parte da historiografia moderna. Ali, onde se usava afirmar o progresso contínuo da razão se introduzem cortes e rupturas; e, vice-versa, onde se usava ver o trabalho da contradição, se põe de manifesto, em contrapartida, a respeito de suas condições históricas, uma mesma disposição epistêmica. (CASTRO, 2014, p. 55-56)

A epistemologia adotada por Foucault também é revisada por Araújo que apresenta a seguinte comparação:

A história que busca não é linear, diacrônica, causal. Esse tipo de historicidade pretende encontrar uma razão, um *logos* por meio do qual se decifraria o sentido da história. [...] Em vez de uma história contínua, global

e causal, indaga *como*, quais arranjos na ordem do saber produziram determinados objetos que uma ciência possa descrever. (2008, p. 57)

Essa mudança ampliou os níveis e as possibilidades analíticas, pois o autor preferiu privilegiar o que até então ficava à margem: busca as transformações, as discontinuidades e as rupturas da história que permitem outros e novos (re)cortes. Fato que justifica, por exemplo, a decisão em abordar o 29 de abril de 2015 como objeto de estudo. Isolamos o acontecimento paranaense como uma ruptura do tempo presente que está inserido na greve que é outro acontecimento. Pois, como enfatiza Foucault (2009, p. 04), a atenção deslocou-se “das vastas unidades descritas como ‘épocas’ ou ‘séculos’ para fenômenos de ruptura.”

Abandonando qualquer ideia que aproxime o 29 de abril de 2015 da homogeneidade. Olhamos para o acontecimento como a quebra que garante movimento à história, que não se dá no silêncio, mas na efervescência e no barulho. Afinal, enquanto a História Global parece apagar a irrupção dos acontecimentos, a História Geral busca justamente as perturbações da continuidade (FOUCAULT, 2009, p. 06).

Esse jeito que Foucault nos possibilita de fazer, ver e analisar a história segundo Oksala (2011, p.18), pode indicar que muitas das coisas de hoje emergiram de circunstâncias eventuais e imprevisíveis, logo representa “[...] uma tentativa de mostrar não só como nos tornamos o que somos, mas também como poderíamos ter nos tornado alguma outra coisa”.

Nas palavras de Foucault (2005), para a História Geral interessa a mudança e o acontecimento, pois é onde se vê delinear o perfil e as transformações das quais as sociedades são capazes. Nessa epistemologia, então, o objeto de análise é definido a partir dos documentos que se dispõem e propiciam certo número de relações capazes de constituir o resultado do trabalho do analista.

Uma vez abordados os aspectos sobre a operacionalização da análise discursiva da linguagem, face ao que o nosso objeto nos possibilita, no capítulo seguinte, empreendemos uma discussão que demonstra como o poder se exerce por meio do discurso. Para isso, emprestaremos noções contempladas em *A Ordem do Discurso* que dizem respeito aos procedimentos de controle do discurso.

2 PODER EM FOUCAULT: O EIXO GENEALÓGICO

Mantendo o foco no acontecimento, na história do presente e em “análises fragmentárias e transformáveis” (MACHADO, 2010, p. XI), Foucault encontra em Nietzsche a terminologia e as referências para desenvolver o segundo eixo de seus trabalhos: a genealogia. Conforme comentadores como Machado e Araújo, este momento deve ser entendido como uma complementação metodológica da arqueologia que coloca em cena a questão do poder. Assim, as análises são do encadeamento entre poder e saber, já que Veiga-Neto (2003, p. 66) explica-nos que o poder é visto como o “elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos”.

O percurso genealógico caracteriza-se por ser explicativo e não descritivo como se pretende na arqueologia. Permite criticar as transformações discursivas (ARAÚJO, 2008, p. 67) e, como projeto complementar, provoca mudanças nas questões de análise. Machado (2010) mostra-nos isso dizendo que no eixo arqueológico a pergunta norteadora é *como* os saberes aparecem e se transformam. Depois substitui-se pelo *porquê* para explicar a existência e as transformações dos saberes.

O que faz a genealogia é considerar o saber – compreendido como materialidade, como prática, como acontecimento – como peça de um dispositivo político que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica. Ou mais especificamente, a questão tem sido a de como se formaram domínios de saber [...] a partir de práticas políticas disciplinares. (MACHADO, 2010, p. XXI)

A genealogia ou as pesquisas genealógicas múltiplas são delineadas como a conexão do saber erudito com o saber das pessoas. Foucault (2010) chega a esse posicionamento, na *Microfísica do Poder*, após discutir o que entende por saber dominado. De um lado, apresenta-o como responsável por ocasionar o reaparecimento, por meio de instrumentos da erudição, dos blocos de saber histórico camuflados, escondidos e sepultados que estavam no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos. No outro extremo, o que foi desqualificado, classificado como insuficiente e inferior aparece também como saber dominado. Esse último, porém, caracterizado não como o saber comum, mas particular e incapaz de unanimidade que permitiu realizar a crítica.

Apesar do paradoxo entre a erudição e o saber das pessoas, Foucault (2010, p. 171) argumenta que a genealogia comporta o acoplamento desses saberes que “permite a constituição de um saber histórico de lutas”. Neste sentido, considerando os discursos

produzidos pelos sujeitos em suas diferentes posições e que circularam pela/na imprensa, podemos dizer que o governo e os servidores, especialmente os professores que lideraram o movimento, enquadram-se no bloco da erudição. Chegamos a este ponto ao observarmos que tanto um quanto outro possuem saberes que atendem a uma ordem do discurso, que são legitimados a falar e que os discursos que produzem são apreendidos em uma instituição.

Vemos as lutas entre os saberes, segundo se refere Foucault, na medida em que os professores, para além da condição de grevistas, possuem um saber específico, especializado e se apoderam disso ao produzir a resistência ao governo. Tudo isso ocorre no mesmo nível da erudição, desarticula a ideia de homogeneidade e demonstra que os discursos produzidos se constituem na heterogeneidade. Percebemos que os saberes podem se mesclar, a classe que resiste também é uma classe de pessoas eruditas pelo fato de serem legitimadas, quando se manifestam oficialmente estão calcadas em leis e demonstram que as coisas não são tão estanques.

Além da percepção já apresentada, também encontramos o bloco do pessoal quando temos a sociedade produzindo discurso sobre o 29 de abril de 2015. Isso fica evidente no *corpus* por meio dos espaços voltados para a participação dos leitores. Descreveremos e analisaremos melhor essas ocorrências no próximo capítulo.

Vale enfatizar ainda que as pesquisas nesta concepção teórica, para serem genealógicas, não precisam necessariamente ter os dois blocos de saberes abordados por Foucault. De qualquer forma, trazemos para análise as séries enunciativas que evidenciam o saber do governo, dos servidores, da mídia e da sociedade. Não importa para nós o saber de um ou de outro, mas os efeitos de poder próprios dos discursos produzidos.

Enquanto o objeto da arqueologia é o discurso, na genealogia temos o poder. Na obra *A Ordem do Discurso*, Foucault ainda fala de discurso, de saber e já podemos ver o poder se manifestando. Na sequência, detalhamos os procedimentos de controle que estão relacionados à produção discursiva, continuamos a discussão buscando compreender o que vem a ser o poder para no viés foucaultiano e refletimos sobre a concepção de resistência.

2.1 PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DO DISCURSO

Na esteira que classifica a genealogia como um eixo complementar, *A Ordem do Discurso* ajuda a demonstrar com mais detalhes a característica. Questionando sobre os perigos da produção e proliferação do discurso, Foucault (2014) desenvolve uma proposta em que aponta o discurso como uma prática que exerce o poder a partir de procedimentos como o

controle, a seleção, a organização e a redistribuição e que todos interferem na produção discursiva. O jornalismo é um dos casos em que esses procedimentos são facilmente executados. A prática jornalística, na condição de um *locus* de produção discursiva, lida com esses procedimentos cotidianamente e poderemos verificar na medida em que a análise desta pesquisa se desenvolve.

Segundo o filósofo francês, o discurso está ligado ao desejo e ao poder e os procedimentos de exclusão possibilitam essa percepção. Um deles é a interdição, princípio em que prevalecem o fato de que nem tudo pode ser dito (tabu do objeto), em qualquer circunstância (ritual da circunstância) e somente sujeitos determinados são autorizados a dizer sobre determinados assuntos (direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala).

Embora se diga que o Brasil é um país democrático, ainda vivemos em uma sociedade autoritária. Ao invés do povo, a soberania continua exercida, na maioria das vezes, pelo governo. Na política, campo ao qual o acontecimento está ligado, a interdição é muito forte. A Assembleia Legislativa conseguiu, por meio de medida judicial, que os grevistas não participassem da votação do projeto que propunha mudanças na previdência do funcionalismo público. A APP-Sindicato, representando os servidores, tentou reverter a situação e obteve o resultado esperado com uma liminar com validade temporária. Ao fim, limitou-se à participação de um representante de cada sindicato e a proposta foi recusada por tais representantes. Para além da interdição judicial, no dia 29 de abril de 2015 também houve a interdição física quando os policiais que asseguravam os trabalhos da Alep agiram com força para evitar a entrada dos grevistas na sessão.

As ações para impedir a participação do público externo nas sessões plenárias é uma demonstração do controle funcionando. Não fosse foco do governo minar o movimento, os grevistas teriam a possibilidade de acompanhar a votação. A assembleia é um lugar em que o discurso político acontece atravessado pelo econômico e, face ao acontecimento, ao não se abrir para todo mundo, gerou as ações e uma série de discursos de resistência. Com a atitude do legislativo, vemos um trabalho que visa reduzir a força dos manifestantes, afinal quanto menos pessoas com objetivos diferentes, menos força de reivindicação. De acordo com Foucault (2014, p. 9-10), as interdições que atingem o discurso revelam “sua ligação com o desejo e o poder”.

Outro princípio de exclusão que podemos verificar no discurso é o da separação e rejeição. Uma ilustração dessa ocorrência em nosso *corpus* pode ser verificada na edição da *Gazeta do Povo* que não considerou o discurso da polícia para falar sobre a ação que feriu mais de 200 pessoas no Centro Cívico. Em contrapartida, incluiu em suas páginas

depoimentos do governador e de outros sujeitos que fizeram referências ao ato. Essa exclusão não significa, porém, que os policiais não sejam dotados dos saberes necessários. Trata-se de uma separação que é própria do controle discursivo.

A vontade de verdade é tratada por Foucault (2014, p. 17) como o terceiro procedimento de controle que possibilita exclusões. Apoiada sobre um suporte institucional, o discurso é responsável por exercer uma coerção e uma pressão sobre outros discursos. Trata-se aqui dos discursos serem produzidos e difundidos como verdades de uma época, pois os discursos ao não se caracterizarem como verdade são separados como falsos. Olhamos para os enunciados que circularam nos jornais interessados não apenas na verdade, mas nas vontades de verdade que se produziu. Assim, tomamos esta noção no sentido mais livre do termo.

No campo discursivo da base governista, o que era verdadeiro sobre a questão da previdência acolhia determinados enunciados, entre eles, que o projeto aprovado garantiria economia. Isso aparece em séries enunciativas dos dois periódicos. Na *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 3, p. 85) a informação está contemplada abaixo do boxe intitulado “Essência Mantida”, publicado em uma das zonas de destaque da página, canto inferior direito:

A Assembleia manteve o teor do projeto da ParanaPrevidência, que **trará economia mensal de R\$ 125 milhões ao governo do estado**. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 4, grifo nosso)

Na *Folha de Londrina* (cf. Anexo 8, p. 90), o discurso integra o corpo da notícia que trata sobre os resultados da votação:

Com essa mudança da origem do custeio, a administração que enfrenta problemas de caixa economizará mensalmente R\$ 125 milhões. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3)

Já os grevistas produziram os enunciados buscando desmontar essa vontade de verdade do governo. Marcaram uma contra-argumentação, ou melhor, a resistência. Um desses enunciados pode ser lido na *Folha de Londrina*, na mesma notícia citada acima:

Mas os servidores alegam que a mudança comprometeria a saúde financeira da ParanáPrevidência, ou seja, faria que, com o tempo, a instituição tivesse mais a pagar do que a receber. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3)

Com o resultado da votação, percebermos que o governo não acolhe o discurso de resistência como verdadeiro. Como diz Foucault (2014, p. 19), ignora-se aqueles que “[...] em

nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição [...]”. Mais que isso, notamos que verdades sobre a proposta de mudança da previdência foram instituídas e as mesmas alteram-se alinhadas aos sujeitos que as produziram.

Até aqui analisamos os princípios que tem a função de organizar e redistribuir os discursos considerando a exclusão. Outro grupo apresentado pelo autor, por conseguinte, é o dos procedimentos internos em que os discursos efetuam seu próprio controle e possuem o papel de classificar, ordenar e ditar a distribuição.

O comentário é um dos princípios que envolve o ato de falarmos sobre um texto primeiro e acrescentarmos explicações ou interpretações sobre o mesmo, mas como detalha Foucault (2014, p. 24, grifo nosso) “[...] com a condição de que o texto mesmo seja dito e de *certo modo* realizado”. Devemos entendê-lo como o dizer sobre o que já foi dito, mas de um modo que não tenha sido dito antes. Ou seja, a repetição do mesmo pelo jogo de uma identidade. Afinal, tudo que se produz discursivamente já foi dito em outro momento. Mesmo que não tenhamos identificado essa ocorrência nos enunciados midiáticos que constituem o arquivo da pesquisa, existem outras materialidades, como cartazes, em que surgiu o enunciado “Nenhum direito a menos”. Por meio desse enunciado, podemos observar a sua identificação com outros momentos sócio-históricos. Um dos casos, talvez, seja com o movimento feminista que costuma utilizá-lo como uma espécie de bandeira e/ou palavra de ordem. Embora em sua forma ele não represente algo novo, concordamos com Foucault (2014) que é o acontecimento em sua volta que o torna uma novidade. Precisamos sempre considerar que existe um conjunto de enunciados na sociedade que os sujeitos frequentemente voltam neles como se ratificassem, balizassem o que se quer falar.

O segundo princípio apresentado como complementar ao comentário é o do autor. Neste contexto, não devemos compreendê-lo como o indivíduo consciente que escreve um texto pautado pela razão. O que importa é o autor como produtor de sentidos e coerência a um texto o que possibilitará efetivar o “princípio de agrupamento do discurso”.

No último princípio de limitação do discurso, Foucault (2014, p. 28-29) define a disciplina como “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos [...] aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados”. Quer dizer que a produção discursiva está condicionada ao que é aceito como o verdadeiro de um campo específico.

Na perspectiva de Foucault (2015, p. 37), os sujeitos também devem obedecer a algumas regras que permitem o controle dos discursos. De um lado possibilitando que entrem na ordem do discurso e de outro proibindo que outros acessem esses discursos. O ritual é um dos sistemas de restrição em que os sujeitos devem possuir uma qualificação para falar. Considerando as posições que assume, são definidos os procedimentos como gestos, comportamentos e conjunto de signos para acompanhar o discurso.

Apesar do barulho constante de bombas do lado de fora da AL e dos apelos da oposição cobrando a suspensão da sessão, o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), seguiu com os protocolos. Um bate-boca entre os parlamentares paralisou a sessão por alguns minutos, entretanto, a votação foi retomada logo em seguida e prosseguiu até o final da sessão por volta das 20h. “Em nenhum momento pensei em suspender a sessão. Lamento pelos fatos ocorridos, [...] Aqui dentro nada aconteceu, tínhamos clima para votação”, argumentou Traiano. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3)

Independentemente das pressões internas e até mesmo externas em função de todo o evento violento ocorrido naquela quarta-feira atípica, o enunciado acima mostra que o presidente da Assembleia Legislativa manteve as atividades de acordo com as normas regimentais do parlamento. Portanto, do modo como o acontecimento foi reportado pelo jornal demonstra que internamente seguiu-se uma ordem discursiva dando o caráter de ritual. Enquanto isso, do lado de fora, temos os manifestantes resistindo e perturbando o ritual. Nesse choque de forças, notamos que na Alep predominaram as regras do ritual político, ou seja, o discurso parecia atender à ordem do discurso. Por outro lado, o ritual da resistência constituído pelo discurso, que deveria ter quebrado o ritual, foi ignorado.

Outros três sistemas de restrição apontados pelo filósofo são: sociedades do discurso, doutrinas e apropriação social. No primeiro, os discursos são produzidos e circulam, mas atendem a regras específicas que os limitam. A doutrina, por outro lado, objetiva uma maior propagação, une os sujeitos que aceitam regras semelhantes no discurso e rejeita todos os outros que são diferentes. Por fim, diante da fácil acessibilidade, os discursos são apropriados socialmente seguindo as linhas políticas que marcam distâncias, oposições e lutas sociais.

Quadro 1 – Procedimentos que controlam o discurso

Grupo I	Grupo II	Grupo III
EXCLUSÃO	RAREFAÇÃO	SUJEIÇÃO
↓	↓	↓
Interdição	Comentário	Ritual
Separação ou Rejeição	Autor	Sociedade do Discurso
Vontade de Verdade	Disciplina	Doutrina
		Apropriação Social

Fonte: Elaborado pelo autor

Após situar os aspectos concernentes aos três grupos, Foucault (2014, p. 48-50) sugere que para a análise dos jogos e efeitos do discurso é necessário questionar a vontade de verdade; restituir ao discurso o caráter de acontecimento e suspender a soberania do significante. Para que sejam observados esses pontos, são traçadas algumas exigências metodológicas: os princípios de inversão, de descontinuidade, de especificidade e de exterioridade. Na *inversão* não reconhecemos o positivo, mas “o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”. Observar os discursos como *descontinuidades* é perceber que as práticas se cruzam, se ignoram e se excluem, provando que o discurso não existe como uma verdade constante. No princípio de *especificidade* é mister analisarmos os discursos a partir de suas peculiaridades e não transformá-lo como possuidor sentidos prévios. Por fim, a partir do discurso devemos analisar quais as condições externas que possibilitaram a sua existência. Detalhando, Foucault argumenta que interessa a *exterioridade* e não o núcleo interior do discurso, pois é onde ele se efetiva.

Toda a discussão não exclui os pressupostos arqueológicos. Ao contrário, soma-se a eles de modo a garantir a análise que se pretende genealógica. Nesse sentido, as perspectivas crítica e genealógica devem atuar conjuntamente. De acordo com Foucault (2014, p. 65), uma volta-se para as instâncias de controle do discurso procurando “[...] destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso”. Já na genealogia, o foco é a efetiva formação discursiva buscando “apreendê-lo em seu poder de afirmação [...] não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas”.

Em face do exposto, o acontecimento, conforme já abordamos no primeiro capítulo, é citado por Foucault como um dos princípios para análise acompanhado das noções de série, de regularidade e de condições de possibilidade. Então, os discursos sobre o 29 de abril de

2015 no Paraná são, para nós, acontecimentos discursivos que possibilitam a organização das séries enunciativas e estudar a regularidade e as condições de possibilidade para a existência dos discursos. Não com o objetivo de desvendar a universalidade do discurso, mas de executar uma análise que à luz de Foucault (2014, p. 66) mostre “o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”.

2.2 TUDO É RELAÇÃO DE PODER PARA FOUCAULT

É salutar destacarmos, já de início, que embora o poder marque presença nas obras de Foucault, não partiu dele o interesse por desenvolver uma teoria geral do poder. Como é próprio do autor, as possibilidades teóricas nunca devem ser apontadas como definitivamente prontas, uma que vez que estão suscetíveis a reformulações. Portanto, desenvolver uma teoria geral seria mais uma maneira de reduzir e simplificar as múltiplas formas das práticas de poder.

[...] suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. (MACHADO, 2010, p. X)

Uma das atuações de Foucault foi no sentido de desvencilhar a ideia de que o poder tem como ponto nevrálgico o Estado. Em seus empreendimentos analíticos, as relações de poder são responsáveis pela constituição dos saberes da sociedade e estão espalhadas pelos diversos pontos da estrutura social como micropoderes que existem integrados ou não ao Estado.

O que se pretendia era insurgir contra a ideia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação, o que seria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar. (MACHADO, 2010, p. XIII).

É preciso destacar, no entanto, que o viés genealógico não exclui a possibilidade de olharmos para as relações de poder vinculadas ao Estado, pois, como o próprio filósofo já discorreu, há situações em que o local é esse e não outro. Normalmente, o trabalho que se

realiza para analisar como os micropoderes se relacionam entre si e com o nível mais geral do poder é ascendente. É, de certo modo, neste lugar que nossa pesquisa se insere ao decidirmos abordar a produção discursiva sobre o 29 de abril de 2015 no contexto sócio-histórico vivido no Paraná: de greve dos servidores estaduais.

Uma das questões que cabe esclarecer é que a *Gazeta do Povo* e a *Folha de Londrina* exercem o poder como outros sujeitos e instâncias sociais e, na medida em que fazem frente ao que está acontecendo, dão voz às camadas que constituem o micropoder, ou seja, a narrativa jornalística discursiviza elementos de micropoderes. Os jornais em questão não são necessariamente micro dadas as condições que já apresentamos. No entanto, mídias com viés alternativo ou independente, não ligadas a grandes e tradicionais grupos de comunicação, melhor se adequam a noção de micropoder. Na conjuntura que estamos tratando, os jornais contam a história da resistência com uma pluralidade de vozes e fazem referência direta ao movimento dos professores que busca e faz com que as coisas mudem. A greve dos servidores permite analisar a ascendência a qual Foucault trata e a observamos no tecido das materialidades discursivas que foram (re)produzidas nos jornais.

Como expõe Machado (2010), o resultado das investigações de Foucault sobre o poder não são gerais e englobantes, mas limitadas, circunscritas e com objetos bem demarcados como estamos propondo. Acreditamos que esses aspectos ficam evidentes em nossa pesquisa, pois limitamos-nos ao discurso da/na mídia que circulou em determinados veículos, a respeito do 29 de abril – um dos vários acontecimentos decorrentes da greve, que se produziu especificamente em um período e que diante dos múltiplos sujeitos que se inserem nele permitirá contar uma história do presente considerando as modalidades enunciativas de resistência.

Embasados no que já se produziu a partir da perspectiva teórica adotada, compreendemos que o poder não possui um lugar específico e, ao mesmo tempo, nada e ninguém escapa a sua rede de dispositivos. O poder não é exclusividade para determinado sujeito ou grupo, não é algo que existe para uns e de outro lado encontram-se os que estão excluídos a ele. Nas palavras de Foucault (2010, p. 175), “[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...]”. Comparando com outros campos, o autor continua dizendo que não interessa ao analista a conotação jurídica ou marxista, porque o poder não é “[...] manutenção ou reprodução das relações econômica, mas acima de tudo uma relação de força.” A proposição é reiterada por Machado (2010, p. XIV) quando nos diz que “o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona.”

Os postulados do filósofo são fundamentais para a compreensão das relações de poder materializadas nos discursos do nosso arquivo. A despeito da violência e da repressão ocorridas no episódio, há que se observar para além do caráter negativo. Conforme discorre, trabalhar com a noção de repressão é inadequado porque está atrelada a uma concepção jurídica, uma espécie de lei que diz não. O que ressalta é a necessidade de refletirmos sobre a positividade do acontecimento.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2010, p. 8)

Desse cenário que nos referimos, o que se produziu de positivo? A resistência e o discurso configuram-se, ao nosso ver, como as riquezas estratégicas que são produzidas e reagem em sentido oposto a negatividade do poder que, entre outros objetivos, visa a gerir e a controlar as ações dos grevistas. O discurso, especificamente, é um dos fatores que contribuem para o funcionamento das múltiplas relações de poder que atravessam e constituem a sociedade. Por meio de sua produção, acumulação e circulação é capaz de produzir efeitos de verdade como garante Silva (2004, p. 160) ao dizer: “o poder é quem determina os enunciados como verdadeiros ou falsos em uma época.”

Há uma forte proximidade entre poder, discurso e verdade que podemos observar. Para Foucault (2010, p. 180), o poder está a todo momento nos questionando em busca da verdade. Assim, de um lado, temos o poder nos obrigando a produzir a verdade. De outro, estamos subjugados à verdade uma vez que é considerada uma lei e, conseqüentemente, nos impõe a segui-la. Nesse sentido, os discursos verdadeiros são carregados por efeitos de poder. No pensamento do filósofo, um ponto a ser problematizado é como historicamente se produzem os efeitos de verdade no interior do discurso, porque acredita que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 12).

Tendo em vista nosso objetivo limitado e objeto demarcado, analisaremos os discursos de modo a compreender como se produzem os efeitos de verdade nas diferentes posições sujeito dos discursos. Pelas palavras de Foucault, verificaremos quais os tipos de discurso que o acontecimento permitiu funcionar como verdadeiros; como esses discursos verdade são

validados; o que se valorizou para atingir um grau de verdade; e qual o estatuto daqueles que dizem sobre o acontecimento e atribui ele como verdadeiro.

2.3 RESISTÊNCIAS: LUTA CONSTANTE E MULTIFORME

Nesta perspectiva em que o poder se exerce e se espalha por todo o tecido social, Veiga-Neto (2003, p. 73) argumenta que a força não está ligada a grupos ou pessoas específicas. Para o autor, a capacidade de alterar o estado das coisas encontra-se na força que não é necessariamente física. Podemos entender como uma força que se efetiva por meio do discurso, capaz de produzir efeitos de sentido e que nos permite ver funcionar tanto o poder como a resistência.

Alguns críticos de Foucault afirmam que a proposta de o poder estar em toda parte excluía a possibilidade de resistência. No entanto, o filósofo refuta esta ideia respondendo:

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apela a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparato uniformizante. Em toda parte se está em luta [...] (FOUCAULT, 2006, p. 232).

A argumentação de Foucault demonstra que sua preocupação está em olhar para as relações que não ficam presas a uma forma triunfante. A resistência, para ele, se configura em uma luta constante, heterogênea e que provoca mudanças, ou seja, possui um resultado que não é fixo, mas variante.

Discutir essa temática exige abordar a tradicional citação “onde há poder há resistência” localizada na obra *História da Sexualidade I: Vontade de Saber* (1999). Ao fazer tal afirmação, Foucault reforça que uma noção não existe sem a outra. E da mesma forma que o poder se dá em todos os níveis da sociedade, a resistência possui pontos em toda a rede de poder. Nessa mesma perspectiva, Revel (2005, p. 74) exemplifica dizendo que o poder institui a resistência e o mesmo acontece na direção inversa, a resistência funda o poder. A autora pontua que a resistência cria espaços de lutas e é capaz de provocar transformações.

Ao abordar a questão das lutas, Foucault (1995) elenca algumas formas em que se configuram. As *transversais* são ilimitadas, são mais fáceis de desenvolvimento em alguns países e não estão presas à política ou economia do governo. Tem como *objetivo* os efeitos de

poder. Quando *immediatas* criticam o inimigo/poder mais próximo e não quem é considerado o inimigo maior. As que questionam *estatuto do indivíduo* querem ser diferentes, mas vai contra quem separa o indivíduo/a vida comunitária e as que *se opõem* aos efeitos de poder que emergem do saber. No entanto, a que merece o nosso destaque é a luta contemporânea que norteia-se pela pergunta: quem somos nós? E após apresentá-las enfatiza: “o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo de elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder”. (FOUCAULT, 1995, p. 235)

Além das formas, o autor nos indica três tipos de lutas que podem ocorrer isoladas ou misturadas: contra dominação, contra exploração e contra a sujeição/subjetivação/submissão. No entanto, normalmente, uma deve prevalecer em comparação as outras. Ainda tratando das lutas, atribui ao *sujeito* dois significados. O primeiro é quando pelo controle/dependência fica-se sujeito a alguém e o outro do próprio sujeito preso a sua identidade por uma consciência/autoconhecimento.

O Estado, como é apontado por Foucault (1995), é “um tipo de poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade ou, eu diria, de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos.”

Nas análises que desenvolve, Gregolin (2006, p. 31) assinala que “a produção e a circulação dos enunciados obedecem a regras e estão sempre sujeitas ao poder; entretanto, a existência do poder pressupõe a resistência e, por isso, o discurso é objeto de lutas políticas.” Ainda argumenta que a resistência abre a possibilidade de o sentido ser outro e de o sujeito ocupar posições diversas.

Apresentamos até aqui aspectos sobre os procedimentos de controle do discurso, o poder e a noção de resistência na teoria foucaultiana para procedermos a análise da série enunciativa constitutiva da pesquisa, que será realizada no próximo capítulo.

3 RESISTÊNCIAS EM DISCURSOS DE JORNAIS PARANAENSES

Nos capítulos anteriores, apresentamos os procedimentos possíveis para pesquisas ancoradas na perspectiva discursiva da linguagem. Para ilustrar o funcionamento das noções, já empreendemos alguns movimentos analíticos do nosso *corpus*. Conforme propomos à pesquisa, colocamos em funcionamento neste capítulo o procedimento arquegenealógico de análise, a partir do que se produziu e se divulgou nos jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de Londrina*. A junção de dois eixos do trabalho foucaultiano, segundo as palavras de Oksala (2011, p. 63), permitirá demonstrar e compreender a relação intrínseca dos domínios de saber e das relações de poder, um entrelaçamento visto como fundamental e “que Foucault chama de o híbrido *poder/saber*”.

Já que o nosso objetivo é evidenciar as relações de poder e, principalmente, as resistências nos discursos produzidos nos meios de comunicação, os pressupostos foucaultianos nos orientam na organização dos saberes. Perseguimos, então, as propriedades que formam as modalidades enunciativas e, em alguns momentos, da função enunciativa, visando a compreender o jogo discursivo dos enunciados. Como já abordamos os aspectos da função enunciativa (cf. 1.1), relembramos no quadro abaixo.

Quadro 2 – Propriedades da Função Enunciativa

Referencial
Posição Sujeito
Domínio Associado
Existência Material

Fonte: Elaborado pelo autor

Na sequência, detalhamos os aspectos ligados à formação das modalidades enunciativas.

3.1 A FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS PARA ENTENDER AS RESISTÊNCIAS

Para entendermos como se constitui a formação das modalidades enunciativas, buscamos em Foucault (2009) os procedimentos necessários para tratar da noção. Com isso, nos deparamos com três questões centrais formuladas pelo autor: Quem fala? Quais os lugares

institucionais de quem fala? E quais as posições do sujeito? Ao respondê-las podemos estabelecer aproximações entre as sequências selecionadas do *corpus* e, conseqüentemente, compreender o funcionamento das resistências nas relações de poder.

Na primeira questão, o foco reside no sujeito que produz o discurso e no estatuto que garante as condições à prática e à experimentação do saber. Ao tratar desse ponto, o filósofo toma o médico como exemplo. Em sua explicação, afirma que para o sujeito falar precisa atender a determinadas competências e ao saber, pois “a fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-lo [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 57).

Para descrever os lugares institucionais, o analista deve observar onde o discurso é obtido. Referindo-se ao médico, o hospital figura como um dos locais que permite constituir o discurso a partir de uma observação constante. Ainda cita o laboratório e a biblioteca como locais que contribuem e/ou autorizam a produção discursiva.

Por fim, Foucault (2009, p. 58) demonstra que as posições do sujeito se definem “[...] pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos”. Há, portanto, na descrição das modalidades enunciativas a possibilidade de verificar como são dispersas as manifestações do sujeito em consequência dos lugares de que fala e ocupa.

Quadro 3 – Elementos da Formação das Modalidades Enunciativas

Quem fala?
Quais lugares institucionais?
Qual a posição sujeito?

Fonte: Elaborado pelo autor

Em nossa pesquisa, o 29 de abril de 2015 e seus desdobramentos são tomados como o objeto do discurso. Embora materializado em jornais impressos, o discurso que se produz não é exclusivamente da *Gazeta do Povo* e da *Folha de Londrina*. Por pertencerem ao campo midiático, os periódicos entram nessa ordem do discurso, principalmente em função do lugar institucional de onde falam. Todavia, considerando esses aspectos e as tramas histórica e discursiva, verificaremos nas sequências que compõem nosso *corpus* de análise como se configuram as posições sujeito – conseqüentemente como se manifestam as resistências.

3.2 29 DE ABRIL: RESISTÊNCIAS NO DISCURSO DA MÍDIA

O ponto de partida para as análises desta seção são os discursos jornalísticos opinativos que, por natureza própria desse campo do saber, autorizam ao sujeito sair da tradicional posição de isento para se assumir dono de um dizer que avalia, ou melhor, que critica. Ao se posicionar, esse sujeito contribui com a produção de verdades e essa verdade se dá, também, por meio das resistências.

Ao lado do número 2 (cf. Anexo 7, p. 89), página do jornal *Folha de Londrina*, está a cabeça “Folha Opinião” indicando que o espaço é reservado para a publicação de textos com caráter avaliativo. À metade esquerda da página constam o espaço “Opinião do Leitor” – com seis participações das quais quatro fazem menção à questões da greve no Paraná e uma nota sobre reajuste de salário mínimo que relembra o que era notícia há 40 anos no jornal. Na outra metade contém uma charge sobre o momento de greve no Paraná e uma seção com artigo chamada de “Espaço Aberto”. No entanto, em destaque, no topo da página, está o editorial, gênero jornalístico que tende a expressar a opinião do veículo de comunicação (lugar institucional) a respeito de assuntos que consideram importantes. Com o título “Contra a violência policial”, o sujeito produtor do enunciado marca abertamente uma posição que faz funcionar a resistência especificamente sobre uma parte: a violência praticada pelos policiais. Apesar de não termos uma referência explícita ao episódio, o enunciado produz um efeito de afirmação, demonstrando o posicionamento do sujeito e possibilita que seja associado ao que aconteceu pela memória recente.

O aspecto referencial que possibilita emergir os enunciados está no próprio acontecimento histórico, e ao se transformar em acontecimento discursivo, considerando a sua existência material, evoca e projeta uma memória que pode relacionar-se a outras situações, como uma ditadura, como podemos ilustrar com a sequência enunciativa abaixo.

O “**clima de guerra**” tomou conta ontem do Centro Cívico de Curitiba. O **confronto** entre Polícia Militar e manifestantes – a maioria servidores públicos e professores – terminou com um saldo de mais de 200 feridos e 7 presos. O **uso da força policial** para afastar a aglomeração de pessoas e impedir o acesso ao prédio da Assembleia Legislativa já tinha sido utilizado na terça-feira, mas ontem a tensão aumentou. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 2, grifos nosso)

Nessa sequência enunciativa, a memória ditatorial fica evidente. Quando o Brasil vivia o regime militar, o *clima de guerra*, o *confronto* e o *uso de força policial* eram constantes.

Não que essa condição tenha acabado. A materialidade dos enunciados produz o efeito de que ocorreu um estado de exceção, conseqüentemente mostra uma resistência à situação atual do Paraná, que não se enquadra ao contexto atual, até mesmo porque as greves estão amparadas pela legislação nacional. O próprio emprego das aspas em “clima de guerra” reforçam o sentido de que temos uma expressão que, na prática, foge do habitual em tempos de democracia.

No editorial são relatados alguns pontos que motivaram a greve e as conseqüências com a aprovação da ParanaPrevidência. Quando trata sobre a proposta governamental, aparece o enunciado “permitirá uma economia de R\$ 125 milhões por mês ao caixa do governo”. A afirmativa coloca o sujeito em uma posição favorável ao governo, na medida em que o fato de economizar reflete que está se gastando demais ou que o dinheiro está sendo mal aplicado. Em tempos de crise, conseguir economizar é um benefício que atende de imediato aos interesses do governo e, possivelmente, às ações de gestão. A posição sujeito enquadra-se no discurso pró-governo seguindo o que já mobilizamos (cf. 2.1, p. 38-39), quando dissemos que a economia é acolhida como verdade por quem apoia as mudanças previdenciárias. Ao assumir a referida posição, o sujeito faz resistência aos servidores que não desejam a aprovação do projeto que propõe as alterações.

A resistência aos policiais é reiterada no editorial, assemelhando-se ao que se colocou no título do texto, quando o sujeito caracteriza como tranquilo (pacífico) o comportamento dos servidores em greve e desaprova a prática violenta: “O uso da violência nunca deve ser aceito e utilizado como argumento para repressão de manifestações pacíficas”. Colocando-se na posição de mediador, o sujeito que enuncia faz resistência ao apresentar uma dica sobre o que considera aceitável (diálogo), tendo em vista os tempos atuais (democracia): “O diálogo respeitoso ainda é a melhor conduta a ser adota. É sinal de maturidade democrática”. O sujeito deixa entender que, para chegar ao nível do que se viu, faltou o diálogo e, mais que isso, uma conversa respeitosa. Porém, omite por parte de quem o diálogo não aconteceu. Se considerarmos toda a sequência, podemos atribuir que a principal responsabilidade da falta de diálogo é da polícia, por ter agido violentamente – o que pode configurar-se como mais um movimento de resistência no discurso.

Pelo que examinamos, o editorial da *Folha de Londrina* suscita resistências que se alternam ora contrárias, ora favoráveis aos servidores paranaenses em greve. Ao mesmo tempo, o sujeito posiciona-se de modo favorável ao governo e contra a polícia. Nesse caso, especialmente, criou-se certo efeito de distanciamento da relação polícia e governo. Percebemos que a polícia não aparece no discurso como uma extensão do governo, que seria

o mais correto para o nosso entendimento. No entanto, notamos que recai totalmente sobre os militares a responsabilidade pela violência.

No jornal *Gazeta do Povo*, a página 2 (cf. Anexo 1, p. 83) também é destinada para publicação de textos verbais e não verbais que possuem apelo opinativo. Podemos afirmar isso, justamente pela página conter no topo a identificação como “Opinião”. A página está dividida entre o editorial, uma charge e dois artigos de opinião. A charge faz referência ao 29 de abril, um dos artigos também aborda o contexto de greve no Paraná, o outro trata do desenvolvimento que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) gera ao Paraná. O editorial que nos interessa, agora, coloca em pauta o episódio do dia 29 de abril. O texto que ocupa cerca de duas colunas e toda a extensão à esquerda da página recebe o título “Batalha no Centro Cívico”, indicando que ocorreu um movimento na capital do estado em que se identificou, pelo menos, a existência de dois lados opostos, ou seja, uma relação de forças. A escolha do léxico *batalha*, diferente do que se tem na *Folha de Londrina*, não possui nenhuma marcação diferenciada possível de criar sentidos outros, mas marca um grau avaliativo do sujeito sobre o que aconteceu e, novamente, estabelece uma correlação com a memória de guerra.

Após o título, temos o primeiro gesto de resistência do sujeito: “O Executivo estadual não soube conduzir com a inteligência necessária uma situação que, desde o início, mostrava potencial para escapar do controle.” Seguindo as técnicas do jornalismo, apresenta-se como um *olho* – texto curto, disposto sob o título ou no conjunto da página, que dá visibilidade/destaque para determinado conteúdo em relação a outros. O sujeito que enuncia posiciona-se contra o governo (Executivo estadual), atribuindo a ele a responsabilidade pelo problema. Ao dizer que “não soube conduzir com a inteligência necessária uma situação que [...] mostrava potencial para escapar do controle” é como se chamasse o governo de incompetente, sem habilidades de negociação, de gestão e de planejamento. De um modo mais popular, é como se chamasse o governo de burro – não no sentido animal, mas indicando que não desenvolveu o seu papel com a destreza esperada.

No entanto, pelo modo como produz o texto no primeiro parágrafo, o sujeito também atribui aos grevistas a responsabilidade pelo conflito (resistência), porque afirma que eles “entraram em novo conflito com a Polícia Militar”. Inclusive, o emprego do adjetivo “novo” indica que a atitude havia acontecido anteriormente e motivado pelos mesmos. E, em função do ocorrido, o efeito que o enunciado produz com o verbo “recorreu” é o de que os militares utilizaram o armamento por necessidade, como um auxílio.

Como todos temiam, o Centro Cívico virou uma praça de guerra na tarde de quarta-feira, dia 29, enquanto a Assembleia Legislativa votava o projeto de reforma da Parana Previdência. **Professores e outros servidores públicos entraram em novo conflito com a Polícia Militar**, que desta vez **recorreu** também a balas de borracha, e estimativas do início da noite de quarta indicavam cerca de 200 feridos. O breve **confronto** de terça-feira, assim, foi uma espécie de prelúdio da **vergonha levada a cabo** nas proximidades da Alep e do Palácio Iguazu. (GAZETA DO PARANÁ, 2015, p. 2, grifos nosso)

Em certo momento da sequência enunciativa em análise, temos um efeito de resistência a todo o acontecimento, pois o sujeito coloca-se na posição de espectador, chama o fato de “confronto” e avalia-o como uma “vergonha levada a cabo”. Sendo um confronto, pensemos que não se trata de algo com participação isolada de um grupo, portanto todos os envolvidos estão incluídos no grupo que causou o que o sujeito chama de vergonhoso, ou seja, um ato que gera humilhação e desonra ao Estado.

No segundo parágrafo também vemos se configurar as resistências. Ao iniciar, o sujeito classifica como “antidemocrática” as atitudes dos sindicalistas, o que demonstra a posição claramente contrária ao sindicato que lidera o movimento. O posicionamento é reforçado ao dizer que “se mostram dispostos a fazer o que for possível para impedir uma sessão do Legislativo estadual”. A outra resistência se dá contra o governo quando enuncia “é preciso, sim, mostrar a responsabilidade do governo de Beto Richa neste episódio”. Na continuidade, repete-se a sequência enunciativa que foi destacada após o título do editorial, ou seja, uma das posições sujeito é reiterada em dois momentos do texto:

Infelizmente, **o Executivo estadual não soube conduzir com a inteligência necessária uma situação que, desde o início, mostrava potencial para escapar do controle**. À atitude de um grupo que vinha disposto ao embate, o Executivo estadual **respondeu, inicialmente, com a teimosia de quem buscava ver o projeto aprovado o quanto antes, quando o momento pedia mais debate e um esforço eficaz de comunicação**. Foi essa mesma **teimosia** que, em março, gerou o antológico episódio em que deputados foram transportados para dentro da Assembleia Legislativa dentro de um camburão. Esperava-se que aquela lição tivesse sido aprendida, mas paremos que o governo a **ignorou**. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 2, grifos nosso)

Nessa relação em que as posições sujeito se alternam, o grupo de servidores é visto como disposto ao embate (resistência) e o governo dá motivos que justificam outra posição opositora (resistência). No texto, o governo é posto como teimoso, ao querer a rápida aprovação do projeto e para o sujeito que enuncia “o momento pedia mais debate e um

esforço eficaz de comunicação”. Ancorado na ação de fevereiro daquele ano, quando deputados foram votar transportados pelo caminhão do Pelotão de Choque (camburão), o sujeito não só relembra o fato como enfatiza que o governo agiu com “teimosia” novamente e “ignorou” o ocorrido. Logo, liga-se a isso quando afirma que “não soube conduzir com a inteligência necessária [...]”. Nessa mesma sequência enunciativa, o sujeito faz avivar uma memória docente em “Esperava-se que aquela lição tivesse sido aprendida” e o sentido pode ser produzido a partir de já-ditos que relacionam a “lição” escolar como uma prática que leva ao aprendizado (aprender).

O sujeito no editorial da *Gazeta do Povo* faz resistências a todos os lados, o tempo todo e, nem por isso, podemos dizer que está enunciando de modo isento, porque representa um lugar institucional (a mídia, a redação de uma empresa de comunicação) e possui um status que autoriza a falar determinadas coisas. As práticas discursivas reforçam a afirmativa de Foucault (cf. 2.2) que o poder está espalhado em todo o tecido social.

Esses não são os únicos pontos de resistência no editorial. Continuando, encontramos esse sujeito em posições de resistência à polícia, aos deputados e ao governo. No terceiro parágrafo, sem falar de onde surge a informação, sugere-se uma posição de dúvida em “mesmo que seja verdadeira a versão de que foram os professores a iniciar as hostilidades ao tentar derrubar uma grade” que é complementada por um longo gesto de resistência aos policiais:

[...] a reação da Polícia Militar mostrou-se claramente desproporcional. [...] A polícia deveria estar preparada para lidar com episódios pontuais de forma cirúrgica, mas o que ocorreu foi a generalização do conflito. Para piorar a situação, há registros de que a PM, em vez de se limitar a garantir que a Assembleia não fosse invadida, avançou sobre manifestantes que já estavam se dispersando, com os efeitos de sua ação sendo sentidos até em uma escola infantil das redondezas. A força policial se comportou como se estivesse em uma batalha na qual o exército vencedor avança contra o inimigo em fuga para garantir a aniquilação, quando deveria primar pela segurança de todos e pela manutenção da ordem nas cercanias da Assembleia Legislativa. (GAZETA DO PARANÁ, 2015, p. 2)

Mais do que marcar posições contrárias, o sujeito faz a resistência produzindo um discurso que evoca até uma memória médica. A posição que adota e a estrutura que escolhe ativam esse funcionamento. Além do emprego de “forma cirúrgica” que remete ao trato de questões específicas – com extrema precisão, denotando acerto e habilidade, a força do enunciado fica evidente no modo como diz que a polícia “deveria” se comportar/atuar, como se fosse um receituário. Mais do que isso, diagnostica que o conflito foi resultado da falta de

preparo dos policiais que ampliou a proporção do episódio ao avançar contra quem recuava e atingindo, inclusive, quem não deveria sofrer as consequências.

Embora no início exista um direcionamento de que os servidores entraram em conflito, a análise correspondente ao terceiro parágrafo encontra um efeito diferente. O sujeito do discurso afirma que os policiais agiram como em uma batalha, não os servidores. A memória de guerra é fortemente ativada, porque os policiais são assimilados à ideia de exército e aniquilação em oposição ao que, de fato, devem fazer: “primar pela segurança de todos e pela manutenção da ordem”. O discurso faz emergir uma leitura em que a posição sujeito é de resistência mais uma vez, porém responsabilizando os policiais pela insegurança e desordem que se instaurou.

Em razão dos deputados ignorarem o cenário do lado de fora da Assembleia Legislativa e votarem as mudanças da ParanaPrevidência, a posição sujeito do editorial é novamente de resistência. Para esse que enuncia, os deputados “erraram” e “faltou sensibilidade para perceber a gravidade do momento”, porque se tratava de uma ação “extraordinária” e “diretamente ligado ao que se desenrolava no plenário da Alep.” Para além de responsabilizar os policiais, os deputados não são poupados no jogo discursivo que se produziu.

A memória discursiva do saber médico é evocada de novo quando o sujeito se coloca como porta-voz de um discurso prescritivo e, portanto, de quem possui o saber para tal dizer. Outra memória discursiva que pode estar atrelada é a do judiciário, mais especificamente, do conciliador. “A atitude mais sábia seria a de suspender a sessão e retomar o diálogo com a sociedade a respeito do projeto, mas ao mesmo tempo deixando claro que nenhum tipo de golpismo seria tolerado”. Na medida em que se posiciona pela suspensão, o sujeito reforça a resistência ao que os deputados praticaram e, de certo modo, coloca-se favorável ao movimento que buscava, por meio das tratativas com o governo, estabelecer o mínimo de consenso e atender às demandas governamentais e dos funcionários públicos, assim evitando uma possível instabilidade no futuro da aposentadoria dos servidores e possibilitando organizar as finanças do Estado.

Dada a existência material do enunciado “Como dissemos na quarta-feira, o uso da força para impedir o funcionamento das instituições democráticas não pode ser tolerado, e o poder público não pode compactuar com agressões à democracia.” (GAZETA DO POVO, 2015, p. 2), o referencial do objeto é o de que na sociedade atual a violência está em inconformidade com o que temos garantido, por exemplo, na Constituição Federal. Por isso, o sujeito enunciativo argumenta contrariamente ao fato, reforçando que aprovar tais medidas

não pode ser uma postura de quem está a serviço do público. Essa questão se repete em ambos os editoriais analisados, que são enfáticos em defender a preservação e a efetiva existência da democracia no jeito de solucionar possíveis problemas.

O último parágrafo produzido retoma muitos dos sentidos já abordados no transcórre do editorial da *Gazeta do Povo*. Primeiro, volta a posição sujeito resistindo aos sindicatos, citando que a categoria demonstrou “intenções antidemocráticas em várias ocasiões”. Depois e apesar disso, reforça que o governo poderia ter agido diferente diante do cenário que se formou. No texto, o governo se responsabilizou pelo que aconteceu. Os três principais motivos elencados pelo sujeito foram: a) “insistir em levar adiante o projeto da Parana Previdência”; b) “ao permitir a truculência da policial completamente desproporcional” e; c) “ao não usar sua influência entre os deputados para suspender a sessão depois que a batalha campal já tinha deixado um saldo de muitos feridos”. A consequência das atitudes governamentais, posiciona o sujeito em movimento de resistência e culpa ao governo. Para o sujeito que enuncia, o que ocorreu tornou-se uma “mancha na história paranaense” e para superação será necessário “muito esforço do Executivo”. Ao que percebemos que o sujeito coloca a classe política abrangendo governo, deputados e policiais. É como se um não estivesse desligado do outro e juntos fossem os responsáveis principais pelo desarranjo naquele episódio que ainda está e permanecerá marcado histórico e socialmente no Paraná.

Visualizamos em todo percurso analisado o que Foucault (1995, p. 245-246) expõe sobre as relações de poder: “Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação de outros”. No caso, por meio da produção e troca de signos, os sujeitos que enunciam nos editoriais atuaram construindo verdades a partir do que se viu e foi dito. No entanto, não marcam explicitamente que se baseiam em outros sujeitos, mas assumem a posição de donos de seus dizeres e falam, principalmente, por serem legitimados e autorizados a produzirem determinados saberes e quando o fazem exercem o poder. Pudemos comprovar ainda que a posição sujeito é um lugar vazio que pode ser ocupado a qualquer momento quando vimos a heterogeneidade constituir o discurso dos sujeitos produtores dos editoriais analisados. De Foucault (2009, p. 107), transcrevemos uma afirmação que ampara nossa observação. Para ele, o lugar assumido pelo sujeito em vez de “se manter uniforme ao longo de um texto [...] é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, [...] bem como para se modificar [...]”.

Na sutileza de alguns enunciados também existe significação e muitas vezes a resistência passa despercebida no discurso da mídia, já que emerge revestido socialmente de

um status de neutralidade. Contudo, além do nível informacional, encontramos o efeito da resistência manifestada com certa regularidade nos títulos das notícias em análise.

A notícia de abertura da página 3 da *Folha de Londrina* (cf. Anexo 8, p. 90) é intitulada: “Protegidos pela PM, deputados aprovam mudança na Previdência”. Ao que parece, de imediato, temos a informação principal de que o projeto do governo recebeu o número de votos suficientes para ser sancionado. Consideramos como efeito de resistência o enunciado “protegidos pela PM”. Poderíamos tratá-lo apenas como mais uma informação, porém ele é posto em primeiro plano. Refletindo do ponto de vista da significação da palavra proteção, o enunciado incita a leitura de que foi o “cuidado” da polícia que possibilitou a votação, caso contrário o cenário poderia ter sido o de cancelamento da sessão. Conseqüentemente, a posição sujeito é de resistência ao demonstrar certa contrariedade aos grevistas, uma vez que eram os servidores públicos que estavam do lado de fora da Assembleia Legislativa, local em que a polícia precisou agir protetivamente e cumprindo seu papel de subordinada do Estado.

O sujeito assume, outras vezes, a posição de resistência ao governo em enunciados dispostos como títulos de notícias da *Folha de Londrina* e da *Gazeta do Povo*. No primeiro caso, no texto da página 4 (cf. Anexo 3, p. 85), temos “AL vazia mostra desconexão com eleitores” fazendo emergir sentidos como: a) por ser um espaço público a Assembleia Legislativa deveria estar cheia em dia de sessão; b) o esvaziamento é resultado de uma ação política que inviabilizou ao público em geral a participação livre; c) a desconexão mencionada se dá na medida em que os funcionários públicos em greve são eleitores e participaram do processo que decidiu quais seriam os seus representantes no legislativo estadual e, por fim, d) porque frente às condições sociais estabelecidas, o que os eleitores (servidores) esperavam era que os deputados atuassem em benefício da maior parcela da população e não da minoria, garantido e ampliando direitos, não limitando-os.

No caso da *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 3, p. 85), na página 4, a resistência é contra uma parte do legislativo. O enunciado “Base governista ignora batalha campal e aprova lei da previdência” faz ler que a aprovação é responsabilidade do grupo de deputados que se liga ao governador, o que caracteriza uma crítica por nada terem feito em relação ao cenário atípico na parte externa à Alep. A posição sujeito é mantida no olho com o enunciado “Alheios ao confronto que deixou 213 feridos, 31 deputados chancelaram projeto do governo” e também no corpo do texto.

Alheios a tudo que se passava do lado de fora do plenário da Assembleia Legislativa, os deputados governistas pareciam participar de um **dia normal de sessão**. Com exceção do líder do Executivo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), 30 parlamentares aliados permaneciam **impassíveis** em suas cadeiras, **sorrindo e jogando conversas fora**. No comando de todos eles, o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), afirmou apenas que **“lá fora, o problema é da segurança pública, não da Assembleia”**. (GAZETA DO PARANÁ, 2015, p. 4)

O funcionamento de “alheios” repetidamente sobreleva a falta de importância com a qual os deputados agiram: seja pelos comportamentos detalhadamente descritos (impassíveis, sorrindo, jogando conversas fora), seja pela continuidade dos trabalhos, seja pela aprovação da proposta e, principalmente, pela reprodução da justificativa do presidente da Assembleia que afirma não ser responsabilidade do legislativo os problemas externos (lá fora). O efeito que essa sequência enunciativa produz é de que os deputados governistas estariam indiferentes a um tipo de ação contra o povo. Esse efeito reforça o discurso dos professores de que os seus representantes na Assembleia atuavam contra uma classe que os elegeu. Mais ainda, evoca nos leitores da edição, no mínimo, um pergunta do tipo: como, diante de um cenário de violência, é possível sorrir? Em situações das mais cruéis essa atitude só pode ser de quem está praticando a violência. Ainda, relacionando “dia normal de sessão” e “jogando conversas fora”, o texto induz para um sentido que permite associar a sessão a um encontro de amigos num boteco, por exemplo, quando falam de assuntos aleatórios e sem importância. Todos esses funcionamentos autenticam que a posição sujeito resiste aos encaminhamentos políticos e fazendo isso indicam uma tendência pró-grevistas.

Destacamos, portanto, que nem tudo o que a mídia produz é resistência. Existe uma objetivação, característica da ordem do discurso jornalística, que normatiza que os discursos produzidos nesta prática discursiva sejam imparciais. É o caso dos enunciados produzidos nos parágrafos iniciais da notícia da qual analisamos o título acima. “Mesmo depois da batalha campal entre servidores e policiais [...]” são as primeiras palavras do texto. Novamente a memória de guerra é reativada pela construção linguística, mas o efeito é de neutralidade, pois não há culpabilização de um em detrimento do outro. Os envolvidos são postos em posição de igualdade, o texto descreve o resultado da sessão parlamentar em que foi aprovada a proposta do governo, fala sobre a transferência dos beneficiários de um plano previdenciário para outro e da economia mensal que o Estado terá. Já no segundo parágrafo, embora seja criado um efeito de polêmica, a origem dos posicionamentos quanto às mudanças é marcada como do governo e dos servidores, para provocar o distanciamento esperado. Para o governo “serão

reservadas todas as garantias” e para os servidores “a mudança comprometeria a saúde financeira da ParanaPrevidência”.

Ao passo que atribui os discursos a determinados sujeitos, a prática discursiva do jornalismo tentar produzir efeitos de afastamento e de “reprodutora” de enunciados. Esse efeito funciona parcialmente no título da notícia veiculada na página 5 da *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 4, p. 86), “Richa comprometeu capital político de modo irreversível, dizem analistas”. A crítica ao governador aparece como resultado de uma análise que outros fizeram, mas na medida em que se materializa constitui-se uma resistência, pois o sujeito desse discurso marca contra quem está falando. Na constante busca de atender os procedimentos da ordem discursiva do saber ao qual está vinculado, o sujeito do discurso falha novamente no título “Beto não vê abuso da polícia e culpa ‘infiltrados’ por conflito”, publicado na página 3 da *Folha de Londrina*. Pela regra mais comum, figuras públicas e masculinas são tratadas pelos nomes completos ou sobrenomes, mas ao nomear o governador pelo apelido, demonstra possibilidade de informalidade e intimidade. Logo, isso ajuda o governador na defesa de que não houve abuso da polícia, mas de “infiltrados” que, no caso, podem ser tratados como qualquer pessoa.

Os enunciados do acontecimento 29 de abril de 2015, evocam uma memória relacionada ao acontecimento ocorrido em 31 de agosto de 1988, uma vez que, operam o reaparecimento do acontecimento anterior pelas semelhanças (Centro Cívico, Curitiba, utilização de bombas de gás lacrimogênio, etc.) e a atualização do mais recente pela resistência (com dimensões bem maiores), como observamos na sequência recortada da *Folha de Londrina* (cf. Anexo 10, p. 92), em box complementar aos demais textos da página 6, intitulado “A história se repete, 27 anos depois”:

No dia 31 de agosto de 1988 a FOLHA publicava que o **Centro Cívico, em Curitiba**, “pela primeira vez em sua história foi palco da **utilização de bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral pela Polícia Militar contra uma passeata de professores**”. **A história se repetiu ontem, porém, com dimensões bem maiores.** (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 6, grifos nossos)

Além do aparato utilizado, a relação de enfrentamento professores *versus* governo do estado e as justificativas apresentadas pelos governadores das respectivas épocas contribuem com as aproximações: “o governo Dias alegou: ‘distúrbio da ordem social’” e “Ontem, o governo viu ‘vandalismo’ provocado ‘por manifestantes estranhos ao movimento dos servidores’”. A partir das explicações de Foucault (2009), observamos que os excertos são

diferentes do ponto de vista proposicional, mas os enunciados convergem para o mesmo sentido. A resistência reaparece, outra vez, ao final com o enunciado: “A tragédia do passado foi **insuficiente** para evitar a repetição de cenas que os paranaenses pensavam jamais reviver.” Os acontecimentos são correlacionados, imprimindo um dos momentos de ir e vir histórico, o adjetivo “insuficiente” denota a carga semântica negativa ao comparar os fatos do passado e do presente, realçando a posição do sujeito enunciativo de quem discorda dos rumos aos que se chegou.

Na página 5 da *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 4, p. 86), também em texto complementar à matéria principal, o discurso faz funcionar novamente a memória já na cabeça do box: “Mais grave que 1988”. O recurso jornalístico utilizado assemelha-se a um título dadas as dimensões em que se apresenta e observamos a memória funcionar pela inscrição do ano “1988”. Além disso, o advérbio “mais” tem função de expressar intensidade ao fato de 2015. Portanto, a posição discursiva do sujeito indica resistência ao todo que se sucedeu, fundamentada na comparação.

Por fim, outro box na página 5 da *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 4, p. 86), reproduz depoimentos de quatro jornalistas que trabalharam durante a cobertura do acontecimento. São profissionais que integram a equipe de redação do periódico e colaboram com “relatos pessoais” – conforme o veículo fez questão de esclarecer na tentativa de não expô-los como uma representação da posição da empresa jornalística. Os depoimentos são cercados pelas aspas que colaboram para produzir o efeito de fala do outro. Dentre eles, o que revela resistência é:

“Em 15 anos de carreira, nunca **tinha** sido atingido por gás lacrimogênio. O gás queima nos olhos e na boca, faz lacrimejar. Mas não era por isso que as pessoas choravam.” Rogerio Waldrigues Galindo, repórter e colunista. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 5, grifos nossos)

O sujeito está oculto no discurso aspeado, mas é facilmente identificável como dono de seu dizer pela desinência verbal (tinha), pelo contexto e pela assinatura ao final. E é o efeito da conjunção adversativa “mas”, na condição de reprodutora da noção de oposição, somada ao restante do enunciado que faz ler que o choro das pessoas era pela aprovação da proposta governamental e instabilidade gerada com dada decisão, uma vez que pode significar a perda de direitos. Portanto, a posição sujeito é de resistência ao governo, que desconsiderou o pedido do funcionalismo, fez prevalecer seus objetivos e gerou uma tristeza coletiva. Na tentativa de estabelecer o distanciamento do veículo de comunicação, o funcionamento

discursivo dá condições de possibilidade para que o sentido seja a partir de uma posição sujeito da sociedade, de quem observou e sentiu o acontecimento para enunciá-lo além da condição de jornalista, como ressaltaremos na próxima seção.

3.3 29 DE ABRIL: RESISTÊNCIAS NO DISCURSO DA SOCIEDADE

A sociedade paranaense vivenciou direta e indiretamente os reflexos da greve. Com o 29 de abril a situação não foi diferente. Os jornais, como espaço de múltiplos sujeitos e posições, também autorizaram a participação da sociedade na edição posterior ao fato. É sobre isso que vamos falar nesta seção da pesquisa, afinal entendemos que a polêmica se fez uma constante em toda a produção discursiva. O *corpus* que possibilita as análises é formado pelas colunas com a participação de leitores de ambos os jornais, bem como parte dos enunciados que emergem de especialistas entrevistados pelos periódicos.

Os espaços destinados aos leitores são tradicionais em grandes veículos de comunicação. Eles oportunizam a participação do público em geral com pontos de vistas sobre algo divulgado pelo veículo ou sobre o que está acontecendo a sua volta. As colaborações enviadas aos jornais passam pelo crivo do editor ou algum integrante da equipe de redação que pode publicá-las ou não, bem como alterá-las livremente. Apenas por esse aspecto entra em ação a interdição. O procedimento impede que o discurso seja pronunciado aleatoriamente e corrobora a ideia de que é necessário atender a uma ordem discursiva. Na *Gazeta do Povo* (cf, Anexo 2, p. 84) foram publicadas, na edição de 30 de abril de 2015, dez notas na “Coluna do Leitor”. Dentre elas, apenas três não tornavam a greve como objeto do discurso, todas são assinadas com os nomes dos sujeitos que as enviaram, mas para atender aos nossos objetivos quatro são selecionadas para análise.

Duas das notas possuem título tematizando a questão do “confronto”, conforme a mídia nomeou, por diversas vezes, o desenrolar das ações na capital do Paraná.

Confrontos no Centro Cívico 1

Temos que lembrar que a Assembleia Legislativa é a casa do povo. Os professores e outras categorias do funcionalismo público defendem os direitos da classe, os quais o governo do Paraná e os deputados querem tirar com uma canetada. [...]

Confrontos no Centro Cívico 2

Não é dos professores que nossa valorosa Polícia Militar está defendendo a Assembleia. O cerco se faz necessário para impedir que “manifestantes” terceirizados, travestidos de professores, invadam aquele local público para

depredar e ameaçar quem quer que seja. Aos professores, meu apoio. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 3)

Os sujeitos produzem o discurso a partir do espaço social comum a todos. A possibilidade de dizer se dá pela imprensa garantir esse direito e é reforçado quando assinalamos o caráter público do que aconteceu. Nos dois casos, prevalecem posições que resistem ao governo e apoiam os professores e demais servidores. Na primeira sequência, o sujeito confere aos grevistas o “direito” do movimento e atribui as medidas do governo/deputados como autoritárias/impositivas, uma vez que utiliza a popular expressão “canetada” que, ao mesmo tempo, é um indício de como o poder se efetiva na esfera política. Desse ponto de vista, entendemos que a atitude da “canetada” faz referência ao ato de assinar documentos capazes de mudar toda a ordem e provocar até uma desordem, como os episódios daquela quarta-feira. A partir da segunda nota, os efeitos produzidos pelo sujeito faz a resistência funcionar ao adjetivar a polícia como “valerosa”. Mesmo sem a presença de elementos diferenciadores do sintagma – aspas, itálico ou algum recurso similar – podemos ter um tom irônico caso a palavra assuma o efeito contrário ao significado literal. Por outro lado, pode ter a função única de exaltar o trabalho dos policiais que cumpriam suas respectivas tarefas naturalmente ou obrigados em razão de ordens de seus superiores. Na continuidade, fica mais forte o teor de resistência do sujeito quando duvida que os manifestantes sejam os responsáveis pela invasão, depredação e ameaças. Pela posição materializada no discurso, o sujeito acredita que houve uma contratação de pessoas (terceirização) externas à greve para causarem os transtornos e se passarem pelos professores. A adesão, sobretudo, aos professores é marcada no conclusão da nota: “aos professores, meu apoio”.

Especificamente com a chamada “Paranavaprevidência”, outras duas notas são publicadas e ganham visibilidade na GP.

Paranaprevidência 1

Pergunto de que adiantaram os protestos, as greves e as manifestações contra a ação do governo em querer mexer na Paranaprevidência, se os deputados eleitos para nos representarem estão surdos à voz das ruas. Por má gestão, o governo que pretende se utilizar desse fundo para salvar as contas do estado. É no mínimo uma afronta a quem contribuiu obrigatoriamente mês a mês, e agora vê os recursos alocados serem direcionados para atender outros interesses. Eu contribuo e por que tenho que aceitar que a administração estadual dê outra destinação aos valores que eu amealhei? (GAZETA DO PARANÁ, 2015, p. 3)

Na nota, o sujeito questiona a eficiência dos protestos populares contra a proposta governamental, porque, na visão que apresenta, os deputados não atuam em favor dos que os elegeram. O sujeito posiciona-se em primeira pessoa, se inclui no discurso como parte da “voz das ruas” e na escrita marca resistência ao apontar o governo como irresponsável por fazer uma “má gestão” e por querer “salvar as contas do estado” com um recurso que pertence aos funcionários públicos (contribuintes). A posição desse sujeito é de indignação, de quem luta, resiste e não aceita a articulação da administração estadual.

Paranavaprevidência 2

O governo Dilma está fazendo o mesmo ajuste fiscal que Beto Richa propôs no Paraná. Mas não vimos manifestantes em frente ao Palácio do Planalto. E por quê? Porque Beto Richa não é do PT nem do PMDB. (GAZETA DO PARANÁ, 2015, p. 3)

Em tempos de polaridade política, no Brasil é como se tudo fosse resumido em esquerda e direita, mortadela e coxinha, petralha e tucanalha. A sequência enunciativa acima faz essa referência, evidenciando o embate partidário e ideológico que há tempos persegue a história do país. Dilma e Beto Richa são citados não apenas como governantes, o discurso produz o efeito de que os dois são a personificação do PT e do PSDB. Mas, para além disso, a posição que prevalece é a de que a greve no Paraná é um reflexo da política nacional e partidária que tinha, na época, uma presidenta filiada ao PT e o vice do PMDB. O PMDB pode ser mencionado não necessariamente por ocupar a vice-presidência, mas pela representatividade e força do próprio partido no cenário político. A questão da greve é lembrada e reatualizada, acionando uma memória de um saber político associado ao Partido dos Trabalhadores, porque sempre esteve ligado a manifestações, protestos e estratégias que lidam com a garantia e defesa de direitos, com pautas de apelo social e menos conservadoras. No manuseio do *corpus* tivemos uma surpresa: a sequência analisada na *Gazeta do Povo* repete-se na *Folha de Londrina*. Apesar da semelhança estrutural, o enunciado no jornal do norte paranaense tem diferença. O enunciado tem mais intensidade com o emprego do superlativo “mesmíssimo” no lugar de “mesmo” e ao contrário da *Gazeta* que cita o ajuste fiscal como uma proposição do governador, a *Folha* já indica a medida como uma prática em andamento. A duplicidade colabora com a explicação que fazemos sobre o enunciado (cf 1.1) de que em uma proposição igual podemos ter enunciados diferentes.

Iniciada a análise das notas que dão voz ao social e foram veiculadas na *Folha de Londrina*, continuemos. Em “Conselho ao governador”, que integra a coluna “Opinião do Leitor” (cf. Anexo 10, p. 92), o sujeito faz uma crítica avaliando a administração como

“desastrosa”. Porém, seguindo, apela novamente ao partidarismo aconselhando ao governador filiar-se ao PT para “acabar com essas divergências com a APP Sindicato”. Esse ato de aconselhamento ativa o campo associado religioso e o enunciado faz resistência dupla ao sindicato e ao Partido dos Trabalhadores, causando o efeito de que ambos estão vinculados e são os motivadores das discordâncias com as ações do Estado. Na arena discursiva, o sujeito identificado como servidor público posiciona-se na contramão dos companheiros de categoria. Assim, mais uma vez, desenha-se o poder como prática social, heterogênea, em constante transformação e que se constrói historicamente (cf. Machado 2010).

Ainda entre os enunciados da coluna, em “Crise no governo” o sujeito sublinha alguns aspectos da sua posição – “de cidadão, de eleitor e de filiado ao PSDB” – e de quem escreve e analisa criticamente o desenrolar da greve no Paraná – “venho demonstrar minha tristeza e contrariedade com as atitudes que o governador Beto Richa tomou recentemente”.

[...] Qual a necessidade para chegar ao confronto com os professores? Tenho total consciência que dentro da APP-Sindicato têm radicais (infelizmente), como em todo lugar, mas tenho a consciência que essa classe - a dos professores - é fundamental, bem como a dos policiais, do Judiciário, dos servidores estaduais em todas as esferas. Nem todos na APP são radicais, pelo contrário. Não teria condições de fazer tudo diferente do que fez? O governador agiu mal antes e está totalmente errado agora. Não podem os servidores responder pelos problemas financeiros do Estado, sejam eles gerados pelo governo central ou estadual. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 2)

O sujeito entra na ordem do discurso respeitando as características externas ao gênero carta e os aspectos ideológicos incidem sobre o conteúdo da produção. Pela materialidade, o sujeito demonstra resistência ao se situar contra o governo, pelo menos, em três direções: ao demonstrar a violência como desnecessária; ao afirmar que problemas de ordem financeira (gestão) não são responsabilidades dos funcionários e ao declarar-se do PSDB ficar contra a postura do partido ao qual pertencem.

Ao considerarmos os saberes e o exercício do poder, podemos compreender os movimentos que dominam e ressignificam a sociedade contemporânea, especificamente a partir de um objeto do discurso. Conforme expõe Passos (2013, p. 8), as relações saber/poder configuram os “modos de ser sujeitos [...] que são históricos, multifacetados e, muito importante, *transformáveis*.” Pela forma como a análise se desenvolve, certificamos a citação da autora pelos vários modos (posições) que o sujeito se constitui no e pelo discurso atravessado pela história num constante ir e vir.

Como mencionamos no Capítulo 2, nestas notas em que os sujeitos “comuns” enunciam, temos a mídia dando visibilidade ao bloco do saber pessoal. Há situações em que esse grupo é deixado de lado em relação ao saber erudito, mas ao garantir esse dizer nos jornais, ocorre o que Foucault (2010, p. 171) considera como o fim da “tirania dos discursos englobantes”. Deste modo, o discurso da sociedade mesmo que não no nível da erudição, contribui com a produção de sentidos do jogo discursivo e com a constituição do saber histórico das lutas na atualidade. O saber que garante o *status* aos sujeitos das notas analisadas é obtido pela observação, pelas experiências que o viver em sociedade proporciona.

Quando a questão é o bloco do saber erudito, consideramos como discurso da sociedade os que emergem dos especialistas em notícias tanto da *Folha de Londrina* (cf. Anexo 9, p. 91) como da *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 4, p. 86). Só podemos dizer que o são pela forma como o discurso é (re)produzido nas páginas dos jornais. Os recursos linguísticos discursivos permitem tal assertiva:

Para Horochovski, o voto dos deputados isolados na AL demonstra o medo que têm da pressão. “É um voto envergonhado.” Porém, **para ele**, o efeito será pouco sentido pelos parlamentares, que se preocupam mais em levar recursos para seus redutos eleitorais do que em um posicionamento legislador coerente. “O parlamentar é um bronco, um intermediador de recursos entre a paróquia e o Executivo. E a sociedade já espera isso dele”, **avalia o professor de Gestão Pública e Ciência Política da UFPR**. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 4, grifos nossos)

Para os especialistas, o governo cometeu uma série de erros que culminaram no confronto. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 5, grifos nossos)

Para Luiz Domingos Costa, da Uninter, Richa pecou em não explicar por que não poderia retirar o dinheiro que ele espera obter com a mudança na Paraprevidência (R\$ 125 milhões mensais) de outra área do Executivo. “A urgência de votar o projeto mesmo com as coisas piorando não ficou clara. A teoria de que ele já gastou esse dinheiro ganha aplausibilidade”, **afirma Costa**. “Eu acho que a partir de agora ele vai se arrastar até o fim do mandato”, crava. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 5, grifos nossos)

A série enunciativa, para além das marcas que indicam a voz de outro na mídia como discurso da sociedade, denota o *status* erudito dos que falam. Embora sejam referenciados como professores, não podemos considerá-los grevistas, pois representam instituições de outra esfera – uma universidade federal (UFPR) e outra particular (Uninter). Portanto, produzem o discurso porque são legitimados a falar devido ao saber que possuem e, na medida que o fazem, exercem o poder. Temos, com os enunciados da série, o funcionamento

da força discursiva que Veiga-Neto (2003) comenta ao falar sobre a resistência. E essa resistência que se constitui no jogo do discurso é contra o governo.

3.4 29 DE ABRIL: RESISTÊNCIAS NO DISCURSO DO POLÍTICO

Na perspectiva de que os discursos em análise não são exclusivamente da mídia, mas também estão nela a partir de outros lugares institucionais, os gestos de descrição e de interpretação das sequências enunciativas mostram que sujeitos diversos são acolhidos em nosso *corpus*. Abordamos um pouco sobre esse funcionamento na seção anterior e continuamos agora, quando temos o jornalista e as vozes dos sujeitos que representam o campo político. Entre os sujeitos que ganham visibilidade nos jornais e falam estão o governador, os deputados, prefeito e até vereadores. Esses sujeitos podem falar pelo *status* que possuem, uma vez que são ocupantes de cargos políticos, definidos após eleições com o voto da maioria da população, por estarem próximo ou não do acontecimento e porque os jornais concedem a possibilidade de juntar-se no jogo discursivo.

São várias as ocorrências em que os sujeitos aparecem nas notícias e produzem efeitos de resistências. Interessa-nos, nesta seção, a configuração das resistências do político em relação ao nosso objeto discursivo. Uma delas se dá na entrevista com o governador Beto Richa, publicada na página 4, do jornal *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 3, p. 85). Ocupando uma fina e longa coluna do periódico, entre uma notícia e um infográfico, o efeito de resistência política já é evidenciado no título: “Richa **culpa** black blocs e **isenta** polícia”. O governador aparece como o responsável por decretar culpados e inocentes na ação, assim o jornalista tenta manter-se afastado e imparcial de qualquer juízo de valor presente no enunciado. Nas poucas linhas que introduzem a entrevista pingue-pongue, gênero jornalístico caracterizado tradicionalmente pelo modelo de pergunta e resposta, a narrativa volta a posicionar o governador como o produtor do discurso de resistência, e uma das formas usadas é o emprego do adjetivo “arruaceiro” para desqualificar os responsáveis pela violência e ao afirmar que a polícia “reagiu para se proteger”. Somente nesse último recorte, o sentido é de que os militares não agiram voluntária ou espontaneamente.

O governador Beto Richa (PSDB) disse nesta quarta-feira (29) que a culpa pela violência no Centro Cívico se deveu à ação de “arruaceiros” e que a polícia apenas reagiu para se proteger. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 4)

No conjunto de três questões e respostas, a primeira pergunta é se o governador viu os fatos. Embora demonstre um sentimento de tristeza (lamentável), espanto (cenas chocantes) e desagrado (indesejáveis), já se posiciona sentenciando os responsáveis pelo que aconteceu.

É **lamentável**. Não dá para negar que temos algumas **cenas chocantes, indesejáveis**. Mas lamentavelmente a **presença de baderneiros, arruaceiros, black blocs que radicalizaram, partiram para cima dos policiais**. E é uma defesa natural: eles reagiram para **preservar sua integridade física e suas vidas**. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 4, grifos nossos)

Mesmo silenciada a existência dos grevistas no discurso, os adjetivos “baderneiros” e “arruaceiros” parecem ser direcionados aos funcionários públicos, isso porque o movimento foi liderado e organizado por eles. Os “black blocs” emergem como justificativa da origem e da responsabilidade pelos atos considerados radicais e por avançar contra os policiais. Em contrapartida, os militares são inocentados, na medida em que o discurso é de “reação”, ou seja, foram incitados a isso. Por outro lado, ao enunciar que a ação da polícia foi para “preservar sua integridade física e suas vidas”, os pronomes “sua” e “suas” garantem o efeito de pessoalidade e defesa de si próprio, demonstrando um desvio da essência da polícia que é a de garantir a ordem e a segurança pública.

Os gestos de resistência política aos grevistas continuam durante toda a entrevista. Evoca-se uma memória discursiva ao episódio de fevereiro do mesmo ano, na primeira fase da greve, com o uso do advérbio “novamente” precedido do substantivo “invasão”. Na situação associada ao enunciado, a proposta não foi votada, após manifestação dos grevistas no prédio que abriga o plenário, local das sessões legislativas. A ação, caracterizada como “invasão”, tem valor semântico negativo porque o significado de invadir aproxima-se ao sentido de algo proibido ou sem autorização. Portanto, a não votação do projeto da ParanaPrevidência, no dia 29 de abril de 2015, na perspectiva do enunciado, seria uma ofensa ou atitude avessa ao que se chama de “democracia”. Consequência da narrativa, a posição desse sujeito discursivo político, representada pela voz do governador, é de que os grevistas são responsáveis (buscaram) pelo confronto.

Uma **invasão** à Assembleia **novamente** representaria uma afronta à **democracia**. E esses radicais **acabaram buscando o confronto** com os policiais. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 4, grifos nossos)

Em certos momentos da entrevista, o pronome “eu” corrobora a posição do sujeito político entrevistado como dono de seu dizer. Na referida sequência enunciativa, a posição sujeito marca a resistência contra os manifestantes configurada pela descrição do que esse sujeito “viu” (chutando o calçamento para tirar pedras, atirando nos policiais) e pela preocupação com os policiais tratados como alvos e suscetíveis à morte (pedra na cabeça mata na hora). Dessa forma, há indícios da existência de provas materiais (filmes que eu assisti) capazes de atestar as afirmações, como observamos no trecho a seguir em:

Agora, os **filmes que eu assisti** mostram agressões de manifestantes radicais, black blocs, **chutando o calçamento do Centro Cívico para tirar aquelas pedras de petit pavê**, enchendo as mãos, **atirando nos policiais. Uma pedra daquelas na cabeça mata na hora**. Então, a reação que eu vi nos filmes que assisti, foi realmente de proteção das próprias vidas dos policiais. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 4, grifos nossos)

Para responder se o episódio do dia 29 de abril de 2015 prejudicaria a sua imagem, o governador argumentou:

Pode ser, mas **eu não tenho medo**. A minha popularidade pode oscilar, o que não pode oscilar é a coerência. Tenho **responsabilidades** com o estado do Paraná. E olhe, eu não fujo dessas **responsabilidades**. A obrigação de todo governante **responsável** não é ficar se preocupando o tempo todo em apresentar medidas simpáticas, populares que lhe garantam uma grande aprovação popular. Temos também que ter **coragem** quando se apresenta a situação de apresentar medidas impopulares, mas imprescindíveis para **o futuro do Paraná e dos paranaenses**. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 4, grifos nossos)

Defendendo e justificando o que considera ser um “bom gestor público”, a identidade produzida pelo sujeito é a de que o “governante” tem a missão de agir com responsabilidade e reitera ser esse representante político responsável. Nessa perspectiva, o sujeito alega “não ter medo” e, por consequência, se coloca como “corajoso” por agir inversamente ao grupo que manifesta. Para esse que enuncia, o importante é o futuro do Estado e da população. Contudo, essa afirmativa produz efeito de ambiguidade ao passo que “preocupar-se com os paranaenses” e “não ficar se preocupando com a aprovação popular” são enunciados que caminham em direções divergentes. Afinal, sempre se espera de um político uma boa gestão que, naturalmente, terá a chancela positiva do povo. O emprego do adjetivo “grande” denota

que se não interessa a aprovação da maioria, o sujeito do discurso age para atender um grupo pequeno e não o Paraná e os paranaenses. A contradição contribui para a ocorrência da resistência, pois o sujeito defende um ponto de vista e opõe-se ao que não se associa a ideia apresentada.

Os enunciados recortados da entrevista e analisados anteriormente são entendidos linguisticamente como discurso direto – transcrição exata e integral da voz do entrevistado, portanto do governador (político) e não da mídia. Na *Folha de Londrina*, a voz do governo é colocada em cena na notícia publicada na página 3 (cf. Anexo 8, p. 90). A diferença é que a argumentação e a resistência são apresentadas intercalando discursos indiretos e diretos. As inserções indiretas são antecedidas pelo verbo *dicendi* “disse”, por identificações como “governador” e “Beto Richa”; pelo pronome “ele” e ainda com apoio da conjunção “segundo” que demarcam a voz do entrevistado. Com isso, constitui-se a posição discursiva do sujeito que enuncia e reafirma, por exemplo, a inocência da polícia (não identificou abuso por parte da Polícia) e a culpa de black blocs e manifestantes pela “confusão”, pois “retiravam pedras para atirar” e “tentavam tirar a grade de contenção”.

Ele disse que assistiu a vídeos da confusão e nas cenas **não identificou abuso por parte da Polícia. Segundo Beto Richa**, as imagens mostravam **black blocs retirando pedras do calçamento para atirar nos policiais e manifestantes tentando tirar uma das grades de contenção para invadir a Assembleia Legislativa (AL)**. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3, grifos nossos)

Vale lembrar o campo associado que “black blocs” ativa no discurso. O enunciado faz retornar aos episódios de 2013, quando pessoas com roupas e máscaras pretas foram às ruas, contra o aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo. O anarquismo é um dos sentimentos que move esse grupo de indivíduos, pois sem uma posição definida, aderem movimentos coletivos e sociais contrários ao Estado e políticas econômicas capitalistas. Portanto, na situação posta no Paraná, a posição sujeito liga esse grupo aos servidores públicos contribuindo com as argumentações de resistência e podem produzir efeitos que levem a crer que os professores também estejam agindo de forma anárquica.

A resistência declarada e enfática contra os professores aparece ao argumentar que a ação “não se justifica”. Nessa direção, o sujeito tenta instaurar a verdade de que é a vítima da situação. Para isso, demonstra discursivamente que tratou bem os professores com melhorias à categoria. Uma delas é o aumento de 60% nos salários. Só o emprego o substantivo

“aumento” já denota crescimento, mas vai além e acrescenta o “maior” com a função superlativa ao comparar sua atitude com a “história do Paraná”.

Para o governador, a greve dos professores não se justifica, ressaltando que ele concedeu **o maior aumento salarial da história do Paraná** aos professores, **cerca de 60% nos últimos quatro anos**, além de outros benefícios. “Eu não mereço essa injustiça, um governo que **tão bem tratou os professores**”, disse. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3, grifos nossos)

Os discursos políticos que emergem do governo e são tornados visíveis na imprensa, também tentam instaurar outras verdades como: a) o benefício da aposentadoria não será perdido e; b) a aposentadoria estava sob perigo caso o projeto não fosse aprovado. Contrariando, portanto, as afirmações dos funcionários públicos que temiam a possibilidade de não conseguirem se aposentar.

“O governo anterior deixou o Fundo Previdenciário com R\$ 4 bilhões. Hoje são R\$ 8,5 bilhões. A solvência do Fundo Previdenciário que o Requião (ex-governador Roberto Requião/PMDB) me deixou era de 10 anos. Essa proposta joga para 29 anos a solvência com aporte previsto em 2021 de R\$ 1 bilhão. Dos royalties da Itaipu nós esticamos essa solvência para 35 anos.” **Ele garantiu que o risco dos servidores perderem a aposentadoria é “zero”**.

Segundo ele [governador], se não aprovasse a proposta hoje de reestruturação do Fundo Previdenciário, **o Estado não teria como pagar os custos de mais 30 mil aposentadorias previstas para os próximos cinco anos**, representando R\$ 290 milhões. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3, grifos nossos)

Para engendrar na sociedade sua vontade de verdade, seguindo o que Foucault (2014) formula, o sujeito político representado pela voz do governador alicerça-se na instituição a qual representa (Estado), exclui determinadas informações e reveste seu discurso com os dados numéricos para distribuí-lo. Nos trechos recortados acima, o sujeito relata o quadro “real” no início da sua primeira gestão (passado) e projeta a “realidade” proporcionada com a nova medida que propôs (futuro).

Continuando a estratégia de produzir a verdade, temos o enunciado publicado de forma indireta:

Beto Richa disse que a solicitação da presença de policiais de segurança em torno do prédio da AL veio do Judiciário e que a definição do número de PMs necessários para o trabalho partiu da Secretaria de Segurança Pública. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3, grifos nossos)

Dada a estrutura dos enunciados, as palavras significam sempre relacionadas à voz do governador. E, no caso em análise, quando emprega-se “solicitação [...] veio do Judiciário”, o sujeito apaga a informação que o judiciário atendeu demanda da presidência do Legislativo produzindo o efeito de que não existe ação política (do governo e dos deputados) na decisão de colocar os policiais na Alep. Logo, tentando produzir o sentido de distância a qualquer possibilidade de culpa, o sujeito responsabiliza a Secretaria de Segurança pela “definição do número de PMs”. Temos um deslizamento do sujeito, então, porque a pasta é estadual. Não há, dessa forma, como desvincular a relação existente com governo. Em situações de crise, como a que se desenhou na capital paranaense, é comum que as decisões sejam tomadas pelo grupo que integra a administração. Portanto, as ações não podem ser vistas isoladas ou autônomas como pretendeu significar o sujeito político. Consideramos assim, a afirmativa de Temple (2013, p. 149) que “[...] não significa que o discurso da verdade [...] não seja passível de alteração”. Para nós, a relação saber/poder é que vai determinar a alteração ou não desse discurso da verdade.

Apesar das investidas discursivas do governo em desamararr quaisquer laços com a polícia e acreditando que existem domínios em que prevalece o discurso militar, enquadramos o discurso da polícia ao político no acontecimento em análise. Na única aparição na mídia, garantida pela *Folha de Londrina*, o comandante geral da PM acolhe e (re)produz duas “verdades” que emergem do campo político e funcionam como resistência às argumentações dos grevistas.

Segundo o comandante geral da PM, coronel César Kogut, a ação de ontem contou com 1.600 policiais. **Ele disse** ainda que não houve falha da polícia. “A agressão **partiu** dos manifestantes que iriam romper a barreira. A nossa missão era **cumprir a ordem judicial** de não invadir a Assembleia”, afirmou. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 6, grifos nossos)

A fala que é introduzida identificando a voz de outro – do entrevistado e não do jornalista/jornal, tem inicialmente peso de informação. Na citação direta, mediante ao exposto, a primeira verdade que produz é de que a violência foi iniciada pelos grevistas, pois o verbo “partiu” denota ação de começo/origem. A segunda é que executaram uma determinação estabelecida judicialmente coadunando, discursivamente, com o governo.

Essas observações só são possíveis após o criterioso processo de descrição e interpretação dos discursos que nos permitem compreender, ao mesmo tempo, que a autodefesa produzida pelo governo significa gestos de resistências se efetivando pelo/no discurso.

Frente ao *corpus* que selecionamos e em análise que já iniciamos sobre o infográfico (Figura 1, cf. seção 1.1), percebemos a configuração das lutas que se formam no campo político. Retomamos, então, a ideia de saber erudito desenvolvida por Foucault (2010). Como “enquadramos” governo e servidores nesse domínio em razão dos saberes que possuem, ainda podemos notar a existência do embate de posicionamentos na relação político versus político. A entrada dos depoimentos com as posições de deputados, vereadores e prefeito nos discursos veiculados pela mídia auxilia nessa compreensão.

Retornando à *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 3, p. 85), na notícia principal que ocupa três colunas verticais do jornal – equivalente à metade da página, aparecem discursos dos deputados estaduais que participaram da sessão para votar o projeto do plano previdenciário dos funcionários públicos. Uma dessas é veiculada em destaque (como olho) com fontes negritadas, tamanho maior que o texto noticioso e com o sinal de aspas indicando que trata-se do discurso político (deputado) e não do sujeito da mídia.

“Não dá para dizer que **representamos** o povo num momento como este. Não sei se algum deputado vai para casa com a alma tranquila. Eu não vou. É o pior conflito da história do Paraná.” Tadeu Veneri, líder da oposição. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 4, grifo nosso)

Na sequência enunciativa recortada do material de análise, o sujeito do discurso político pega para si a responsabilidade que lhe é social e historicamente atribuída (representante do povo), inclui todos os deputados por meio da conjugação verbal (representamos) e produz o efeito que reverbera a posição sujeito de reprovação à atitude tomada pela classe à qual pertence. O efeito de resistência pode ser notado, principalmente, contra a presidência da assembleia que manteve o ritual da sessão mesmo com a situação de conflito que se formou.

Em outro depoimento, com tom ainda mais crítico, o sujeito político enfatiza a posição de contrariedade à categoria em notícia sobre a aprovação do projeto, publicada na *Folha de Londrina*.

Segundo Tadeu Veneri (PT), o que ocorreu ontem à tarde foi uma grande vergonha para os deputados. “**Vergonha** de estar aqui dentro em companhia de pessoas que comemoravam quando caíam bombas lá fora. Não se trata de ser deputado a favor ou contra o governo, é o nível que chega a **estupidez** do ser humano, de achar que tem que bater mesmo. Estas pessoas são deputados e deputadas e fazem declarações que não dá para entender. É tão **cruel** e **insensata** que talvez nós não mereçamos estar aqui dentro”, ressaltou. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3, grifos nossos)

A caracterização que o sujeito político direciona aos deputados por meio de diferentes adjetivos deve ser considerada como responsável pela produção do efeito de resistência do discurso que produz. Contudo, as qualificações como “estupidez”, “cruel” e “insensata” não foram aplicadas de forma generalizada, mas, especificamente aos deputados que “comemoravam” e faziam “declarações que não dá para entender”.

Até mesmo os políticos da esfera municipal se constituem sujeitos discursivos nos jornais e constituem resistências. Pelo que expressam nos enunciados, são unânimes e categóricos em posicionar-se contra os rumos tomados naquele dia.

Ele comentou que o cerco policial no Centro Cívico já havia se **transformado em mal estar** quando, na segunda-feira, os servidores que chegavam para trabalhar passaram a ser revistados. “Já vínhamos alertando sobre a **reação desproporcional** da polícia”, comentou **Freut. Na opinião do prefeito**, é necessário um recuo da polícia para trazer a tranquilidade de volta ao local. (GAZETA DO POVO, 2015, p. 7)

No texto noticioso da *Gazeta do Povo* (cf. Anexo 6, p. 88) sobre as medidas tomadas pela prefeitura de Curitiba para atender os feridos, são introduzidos discursos direto e indireto do prefeito da capital com o uso das aspas, do verbo *dicendi* (comentou) e referência (Na opinião do prefeito) para corroborar quem é o “dono” do que está dito. Assim, o efeito produzido pelo discurso do sujeito político é o de resistência contra a polícia. A posição fica expressa em “transformado em mal estar” e “reação desproporcional”. O sujeito faz entendermos que havia um cenário de excesso da polícia antes mesmo do dia 29 de abril de 2015, mas ao direcionar sua crítica aos militares também sugere uma responsabilização ao Estado (governo) enquanto detentor do poder da polícia.

Oposições também são colocadas em evidência em depoimentos de três vereadores de Londrina que sustentam uma notícia veiculada pela *Folha de Londrina*, na página 4 (cf. Anexo 9, p. 91).

Para eles [vereadores], o governador Beto Richa (PSDB) teve um posicionamento “ditatorial” e “covarde” ao permitir que a PM avançasse sobre manifestantes desarmados.

“Quando começou a sessão, virou uma guerra lá fora. O presidente (Ademar Traiano, PSDB) ignorou e a bancada de situação continuou, como se nada ocorresse lá fora e tratando os servidores como bandidos”, relata a petista.

Elza compara o embate [...], mas classificou revoltante “a tirania do governador e seus vassalos”. “Foi uma covardia, o governo colocou servidores contra servidores”, afirmou a peemedebista.

Rony criticou o fato de o governador “tirar PMs do interior e encher Curitiba de capangas para agredir servidores”. O vereador também atacou os deputados que votaram a favor do projeto. “Político do Paraná que apoiar o governo não merece o respeito do eleitor”, disparou. Ainda defendeu que seu partido chame a atenção do deputado estadual Tião Medeiros (PTB), que acompanhou o voto da situação e criticou Cobra Repórter (PSC) pelo mesmo motivo. “Que pare de dizer que é de Londrina. Temos vergonha dele.” (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 4)

Os recortes apresentados permitem visualizar, a todo momento, a resistência que se constrói contra o governador, à presidência da Alep e os deputados que apoiaram a proposta em votação. As práticas discursivas do sujeito político contra outros sujeitos políticos, reforçam a nossa compreensão de que nas relações de poder as lutas são exercidas em nível de igualdade, principalmente, do ponto de vista do saber erudito. Para essa ponderação, consideramos as esferas municipal e estadual apenas como políticas, sem valorizar o *status* hierárquico de cada uma. Ainda, se distinguirmos a política municipal da estadual, podemos compreender que os discursos que emergem dos vereadores estão em posição inferior aos produzidos pelo governo, principalmente pelo objeto de nossa análise desenvolver-se como questão estadual.

3.5 29 DE ABRIL: RESISTÊNCIAS NO DISCURSO GREVISTA

Uma greve não se faz sem grevistas. No contexto em que nossa pesquisa está inserida, esses indivíduos também tornam-se sujeitos a partir dos discursos que produzem e são veiculados na/pela mídia. Descrevemos nesta seção os aspectos das modalidades enunciativas para compreendermos outros pontos de resistência funcionando.

Quem fala nos discursos abordados agora são os servidores públicos do estado do Paraná. Dentre os enunciados em análise, destacam-se os produzidos por professores, servidores da educação, bem como os que estão ligados à APP-Sindicato e ao Sindiprol/Aduel. Todos esses podem falar por terem experienciado e presenciado as manifestações, ou seja, por estarem relacionados ao acontecimento. Além disso, as condições de possibilidade para que as organizações sindicais falem residem nos fatos de representarem legalmente suas respectivas categorias (lugares institucionais) e coordenarem as ações que culminaram com a greve.

Na *Folha de Londrina* algumas pessoas são citadas apenas para ilustrar de que forma a violência as atingiu. Mas, nem por isso, a voz do grevista sofreu exclusão. Uma demonstração

indireta do discurso de resistência foi (re)produzida na notícia principal da página 3 (cf. Anexo 8, p. 90).

“**Mas** os **servidores** alegam que a **mudança comprometeria** a saúde financeira da **ParanaPrevidência**, ou seja, faria que, com o tempo, a instituição tivesse mais a pagar do que a receber” (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 3, grifos nossos)

O “mas”, como conjunção adversativa, já é um elemento que demonstra a característica de oposição. A continuação do enunciado comprova o funcionamento do indício linguístico quando tenta instaurar uma verdade: o futuro arriscado das alterações na previdência estadual. Especificando sobre como analisar a relação de poder, Foucault (1995, p. 245) afirma em vários momentos que “o que seria próprio a uma relação de poder é que ela seria um modo de ações sobre ações”. Portanto, o enunciado incita uma suposta manifestação de sobreposição contra o discurso do(s) político(s).

Ainda, na página 6 da *Folha de Londrina* (cf. Anexo 10, p. 92), em box intitulado “Três alunos da UEL são presos”, recortamos o seguinte discurso para análise:

“A informação que **nós** temos é de que eles teriam sido detidos por policiais à paisana. **Ninguém sabe o motivo porque eles foram presos**. Provavelmente vão servir de **bode expiatório**. Todas as pessoas que estão aqui são professores, servidores ou estudantes. **A alegação da polícia é absurda**. Nós viemos apenas para nos manifestar e fomos recebidos desta forma”, protestou a diretora. (FOLHA DE LONDRINA, 2015, p. 6, grifos nossos)

O sujeito do discurso é identificado como grevista não só pelas aspas que indicam a sua voz, como também pelo pronome pessoal (nós). Assim, o discurso que produz denota resistências ao tentar estabelecer uma verdade e desconstruir outra. A vontade de verdade que o sujeito tenta produzir se dá com a expressão “bode expiatório”. Traduzindo do sentido figurado, seria a possibilidade dos estudantes levarem a culpa pelos aspectos negativos do acontecimento, ou seja, serem responsabilizados por incitarem a violência. Além disso, aproximando os enunciados “Ninguém sabe o motivo porque eles foram presos” e “A alegação da polícia é absurda”, o sujeito grevista desqualifica a polícia ao desconsiderar o que apontou como justificativa para as prisões.

Alguns efeitos de resistências que emergem na *Gazeta do Paraná* são possibilitados por cinco enunciados publicados dentro de um longo e fino retângulo preto, que ocupa cerca de meia coluna vertical da página 7 (cf. Anexo 7, p. 89).

“Infelizmente, **nos encontramos** de novo nesse cenário de guerra.” Taysa Junkes, **professora de Curitiba**.

“**A gente** falava para os policiais: **nós podíamos** ser filhos de vocês!” Emília Perez, **atendida na prefeitura** com um ferimento na perna.

“**Corremos** até o rio [Belém – atrás do Palácio das Araucárias], achando que estaríamos seguros, mas as bombas vinham de todos os lados.” Jocemar Antônio Carlesso, **professor de Dois Vizinhos**.

“**Nosso** estado é administrados por ditadores.” Fátima da Luz, **servidora estadual**.

“**Acabei** levando um golpe a cassetete na mandíbula e duas bombas estouraram nas minhas pernas.” Eyrimar Bortot, **professor de Curitiba**. (GAZETA DO PARANÁ, 2015, p. 7, grifos nossos)

Novamente, os aspeamentos possuem a função de produzir o efeito de que os enunciados se tratam do discurso grevista. Os nomes e as respectivas funções, bem como os pronomes (nós, nos, nosso), a locução pronominal (a gente) e as desinências verbais empregadas (encontramos, podíamos, corremos, acabei) imprimem o tom pessoal às sequências enunciativas que afastam a possibilidade de compreendê-las como o discurso midiático, por exemplo. Do modo como estão organizados, os enunciados conversam entre em si e fazem emergir as resistências ao governo e à polícia. Para compreendermos isso, percebemos as memórias discursivas: a) de outros episódios ligados à greve (de novo nesse cenário de guerra); b) do apelo à afetividade paterna (nós podíamos ser filhos de vocês) como forma de apelo para minimizar o teor da ação; c) do retorno ao regime militar (ditadores) que o país já viveu.

Ao percorrermos os enunciados desta seção, notamos que os discursos dos grevistas não emergem nos *corpus* selecionados na mesma proporção quantitativa que os discursos dos políticos. Os enunciados que materializam as posições assumidas pelos sujeitos em greve estão em menor quantidade em ambos os jornais o que permite-nos dizer que, há uma certa tentativa de, no mínimo, cumprir o preceito jornalístico de dar voz a todos os lados os envolvidos. No entanto, ao fazermos essa observação, podemos argumentar que o discurso institucional do Estado domina nos espaços das publicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de espectador da greve dos servidores públicos do Paraná em 2015 e das instabilidades sócio-históricas contemporâneas a qual temos vivido são motivadoras para o desenvolvimento de pesquisas que buscam entender um pouco “quem somos hoje?”. A questão que atravessa o pensamento e os trabalhos de Michel Foucault também nos auxiliou para chegarmos até aqui, mas é tarefa difícil uma afirmação definitiva sobre quem realmente somos. Estabelecemos para esta dissertação o objetivo geral de compreender as relações de poder/resistências sobre o 29 de abril de 2015 em discursos na/da imprensa paranaense, considerado o contexto de greve. A proposta inicial que seria apenas a compreensão do discurso da mídia foi ampliada ao entrarmos no *corpus* e percebermos a emergência de múltiplas posições sujeito veiculadas na mídia. Constituíram nosso material de análise, especificamente, os enunciados verbais e pudemos perceber a produção de sentidos de resistências nos jornais *Gazeta do Povo* e *Folha de Londrina*, publicados no dia 30 de abril de 2015, que abordavam o referente: 29 de abril de 2015 e seus temas correlatos como a votação do projeto da ParanaPrevidência e a violência no Centro Cívico.

Portanto, para que pudéssemos chegar neste momento e tecermos algumas considerações, as noções as quais nos debruçamos para a elaboração do referencial teórico foram fundamentais. As proposições do filósofo, que se impõem sempre muito atuais, sustentaram os pontos que analisamos coadunando os objetivos específicos: a) descrever dos enunciados para verificar a constituição das resistências; b) delinear um olhar sobre as regularidades e possíveis discontinuidades; c) compreender a formação das modalidades enunciativas de resistência e; d) analisar as relações de poder/saber que perpassam os enunciados nos jornais.

Após relembrarmos a delimitação do nosso objeto e objetivos, pretendemos produzir o efeito de conclusão que a pesquisa necessita e é esperado. Aproximando-nos da declaração de Foucault (1995, p. 243) de que nas relações de poder o consenso não é algo natural ou comum, afirmamos que as análises foram produtivas ao demonstrar a polêmica constituída no/pelo discurso para além do fato. Com a descrição e interpretação dos procedimentos da formação da modalidade enunciativa, percebemos (cf. Quadro 4) diferentes posições sujeito em espaço de lutas (resistências). As “batalhas” discursivas funcionam a partir dos blocos de saberes similares (erudito x erudito) e distintos (erudito x pessoal) que circularam. O saber erudito, como explica-nos Foucault (2010), vincula-se aos discursos político, midiático, dos

grevistas (professores) e da sociedade (especialistas). Já no grupo do pessoal estão os discursos da sociedade (leitores).

Quadro 4 – Demonstrativo da configuração das resistências

Mídia x Polícia	Sociedade x Político	Político x Político	Grevista x Político
Mídia x Político	Sociedade x Grevista	Político x Grevista	Grevista x Polícia
Mídia x Grevista			
Mídia x Sociedade			

Fonte: Elaborado pelo autor

A mídia como um campo social e discursivo ao resistir aos políticos consegue, de alguma forma, produzir um efeito de quem está fazendo média com os grevistas e com a sociedade. Quando resiste aos grevistas, os efeitos também funcionam em favor do governo e atende a sociedade. No entanto, no processo descritivo-interpretativo do nosso *corpus*, pesa a resistência dos jornais exercida sobre a sociedade. Na medida em que são valorizados mais os enunciados que emergem do Estado por meio dos políticos, por exemplo, os jornais provocam o efeito de que estão em posição mais favorável ao discurso do governo. A resistência se efetiva, então, porque a mídia contribui com a formação de um determinado tipo de opinião: a que reproduz as posições do governo e projeta para que a sociedade não acolha e não concorde com os discursos dos grevistas. Ou seja, utilizam os discursos como uma estratégia para enfraquecer o movimento.

Estabelecendo relações com ditos de outros acontecimentos discursivos, como temos visto desde 2013, parece-nos que a mídia tem colocado a sociedade e nós como assujeitados e insiste em propagar discursos que convergem para sentidos em que prevalecem a voz do governo. Há uma imposição de verdade e a mídia produz sentidos que não se fazem tão evidentes para a sociedade.

Os discursos dos grevistas e da sociedade, embora demonstrem resistência, são garantidos nas edições mais como uma maneira de causar as sensações de imparcialidade, de neutralidade e de que os jornais são um espaço de múltiplas vozes. Também faz-nos pensar que não consideram os grevistas como legitimados para tratar de algo como a saúde financeira do Estado, já que as questões econômicas são enunciadas apenas a partir dos sujeitos que representam o governo.

Mais do que as resistências manifestadas pelas lutas como ilustramos acima e analisamos no Capítulo 3, a série enunciativa provocou transformações principalmente do

ponto de vista histórico. O movimento de ir e vir se materializou nos discursos quando ativadas as memórias correlacionados à ditadura, guerra, batalha campal, entre outros. A História Geral, que liga-se a atualidade, ficou marcada pela descontinuidade/ruptura que colocaram em cheque a (não) democracia existente no Paraná. Além disso, outro movimento de retorno à história foi instaurado nos discursos com a memória ao acontecimento de 1988, também no Centro Cívico da capital. Na época, constituiu-se em outro espaço de embates de saberes e exercício de poderes relacionando professores e governo estadual. A estratégia evocada no *corpus* é de comparação, atribuindo ao 29 de março de 2015, proporções bem maiores tanto na violência, quanto no aparelhamento empregado.

Pelo exposto é mister salientarmos que o cenário se configurou pela heterogeneidade das posições ocupadas pelos sujeitos que se alteraram, em muitos momentos, de acordo com os respectivos lugares institucionais e sociais de onde produziram seus discursos. O ponto que mais se aproxima da homogeneidade é a seção (3.5) que acolhe os discursos que emergem dos grevistas. Embora demonstrem resistência, prevalecem as posições que culpabilizam o governo e a polícia. Poder e resistência atuaram, simultaneamente, reforçando a noção foucaultiana de que estão imbrincadas assim como a relação saber/poder. As tentativas de instaurar verdades pelo discurso são leituras que emergem do *corpus* e permitem que façamos essa afirmação.

Apresentadas as considerações, indicamos como possibilidade para o desdobramento da pesquisa contemplar outras discursividades que compõem o *corpus*, mas que em razão do tempo e da necessidade de um término, decidimos não evidenciar nas análises. Também temos a possibilidade de abordar o *corpus* considerando outras noções da “caixa de ferramentas” foucaultiana.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008, p. 56-67.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina: Abril, ed. 20.186, ano. 66, abril. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. P. 82-118.

_____. Poder e Saber. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006, p. 223-240.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 25ª Ed. São Paulo: Editora Graal, 2010.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GAZETA DO POVO. Curitiba: Abril, ed. 31.204, ano. 97, abril. 2015.

GREGOLIN, M. R. V. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do Texto e do Discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: NAVARRO, P., SARGENTINI, V. (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23-44.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 25ª Ed. São Paulo: Editora Graal, 2010. P. VII-XXIII.

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo da AD. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do Texto e do Discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 67-92.

_____. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: NAVARRO, P., SARGENTINI, V. (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 97-130.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto, Karla Saraiva. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PASSOS, Izabel C. F. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: PASSOS (Org.). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 7-19.

POSSENTI, Sírio. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do Texto e do Discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 93-108.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARGENTINI, Vanice. Arquivo e acontecimento: a construção do *corpus* discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do Texto e do Discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 35-44.

_____. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: NAVARRO, P., SARGENTINI, V. (Orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 77-96.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: NAVARRO, SARGENTINI (orgs). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 159-179.

TEMPLE, Giovana Carmo. **Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 65-94.

ANEXOS

Batalha no Centro Cívico

O Executivo estadual não soube conduzir com a inteligência necessária uma situação que, desde o início, mostrava potencial para escapar do controle

Como todos temiam, o Centro Cívico virou uma praça de guerra na tarde de quarta-feira, dia 29, enquanto a Assembleia Legislativa votava o projeto de reforma da Parana Previdência. Professores e outros servidores públicos entraram em novo conflito com a Polícia Militar, que desta vez recorreu também a balas de borracha, e estimativas do início da noite de quarta-feira indicavam cerca de 200 feridos. O breve confronto de terça-feira, assim, foi uma espécie de prelúdio da vergonha levada a cabo nas proximidades da Alep e do Palácio Iguaçu.

Por mais que, como mostramos no editorial desta quarta-feira, seja profundamente antidemocrática a atitude dos sindicalistas quando se mostram dispostos a fazer o que for possível para impedir uma sessão do Legislativo estadual, é preciso, sim, mostrar a responsabilidade do governo de Beto Riche nesta episódio. Infelizmente, o Executivo estadual não soube conduzir com a inteligência necessária uma situação que, desde o início, mostrava potencial para escapar do controle. A atitude de um grupo que vinha disposto ao embate, o Executivo estadual respondeu, inicialmente, com a teimosia de quem busca ver o projeto aprovado o quanto antes, quando o momento pedira mais debate e um esforço eficaz de comunicação. Foi essa mesma teimosia que, em fevereiro, gerou o antológico episódio em que deputados foram transportados para dentro da Assembleia Legislativa dentro de um camburão. Esperava-se que aquela lição tivesse sido aprendida, mas parece-nos que o governo a ignorou.

Assim foi construído o caldo de tensão que desembocou no confronto de quarta-feira. Mesmo que seja verdadeira a versão de que foram os professores a iniciar as hostilidades ao tentar derrubar uma grade, a reação da Polícia Militar mostrou-se claramente desproporcional. Se o objetivo do governo, ao colocar centenas de policiais isolando o Centro Cívico, era o de impedir a invasão da Assembleia Legislativa aos moldes do ocorrido em fevereiro, este objetivo estava sendo cumprido satisfatoriamente. A polícia deveria estar preparada para lidar com episódios pontuais de forma cirúrgica, mas o que ocorreu foi a generalização do conflito. Para piorar a situação, há registros de que a PM, em vez de se limitar a garantir que a Assembleia não fosse invadida, avançou sobre manifestantes que já estavam se dispersando, com os efeitos de sua ação sendo sentidos até em uma escola infantil das redondezas. A força policial se comportou como se estivesse em uma batalha na qual o exército vencedor avançava contra o inimigo em fuga para garantir sua aniquilação, quando deveria primar pela segurança de todos e pela manutenção da ordem nas cercanias da Assembleia Legislativa.

Por fim, continuaram errando os deputados em sessão quando mantiveram os debates sobre o projeto da Parana Previdência apesar de haver uma batalha campal do lado de fora da Assembleia. Falhou sensibilidade para perceber a gravidade do momento. Pode até haver quem argumentasse que suspender a sessão significaria fazer o jogo dos sindicatos, que desejavam impedir a aprovação do projeto de lei. Mas já não era este o caso. A circunstância era extraordinária. Não havia a menor condição de seguir trabalhando normalmente enquanto dezenas de pessoas eram feridas do lado de fora, em um evento diretamente ligado ao que se desenrolava no plenário da Alep. A atitude mais sábia seria a de suspender a sessão e retomar o diálogo com a sociedade a respeito do projeto, mas ao mesmo tempo deixando claro que nenhum tipo de golpe político não pode compactuar com agressões à democracia.

Por mais que os sindicatos tenham demonstrado suas intenções antidemocráticas em várias ocasiões, fica evidente que o governo estadual teve oportunidades de evitar os tristes episódios desta quarta-feira no Centro Cívico. Ao insistir em levar adiante o projeto da Parana Previdência apesar de todas as indicações de que tudo se encaminhava para o conflito aberto, ao permitir a truculência policial completamente desproporcional à ameaça apresentada pelos manifestantes, e ao não usar sua influência entre os deputados para suspender a sessão depois de a batalha campal já tinha deixado um saldo de muitos feridos, o governo se torna responsável por uma mancha na história paranaense, cuja superação exigirá muito esforço do Executivo.

PAIXÃO



O horror, o horror...

Egon Bockmann Moreira

Com esta sentença, Marlon Brandão tornou célebre a personagem do capitão Kurtz, no filme *Apocalypse Now*, de Coppola (uma versão cinematográfica do clássico *O coração das trevas*, de Joseph Conrad). Pois foi justamente esta imagem que me veio à mente quando li a notícia — e vi os fatos — do violento confronto entre manifestantes e forças públicas, nos arredores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Horas de batalha campal das forças institucionais e de pessoas que protestavam contra a votação de uma lei que pode lhes trazer prejuízos financeiros (além do modelo de Estado que está por detrás dela), quase duas centenas de pessoas feridas; manifestantes atribuindo à violência policial a responsabilidade pelo transtorno; governo imputando-a à "irracionalidade" dos manifestantes. Tudo isso em pleno Centro Cívico (construído para celebrar o civismo),

em ruas rodeadas por prédios em que servidores públicos — eleitos, comissionados e efetivos — são pagos para desenvolver os melhores esforços em favor da coisa pública (a res publica).

Há algo de muito errado nos ares do Centro Cívico quando o Estado volta-se contra seus constituintes, com armas em punho: quando os legisladores eleitos rechaçam os seus eleitores; quando os manifestantes não poupam qualquer agressividade. O horror, o horror... o horror tem um rosto, segundo o capitão Kurtz, mas impede que o julguemos. Quando a civilização abdica de suas condições primárias de vida social e vê o homem reduzido ao papel institucional de agressor ou de agredido, algo de muito errado está em curso.

Ora, os sinais que a rua nos envia desde 2013 são razoavelmente claros para quem se dispuser a dedicar o seu tempo a eles. Nem precisamos gostar desses sinais, tampouco concordar com eles, mas fato é que são nítidos e fortes demais para serem ignorados.

O barulho é muito alto e vem de diversas fontes, a indicar que nossos modelos de Estado e de relacionamento público-privado estão a desmoronar. Esse afastamento violento de perspectivas é próprio de momentos de aceleração do ritmo histórico. Porém, não ocorrem *mum big bang*, como se o tempo passado e as conquistas civilizacionais pudessem ser simplesmente ignoradas e substituídas por força bruta. Quando o Estado bate nos seus, naqueles que são a sua razão de ser e a quem deve servir, não há alternativa senão a de pensar seriamente a respeito do que se passa — e como conter essas cenas de barbárie.

O horror, o horror... É preciso, urgentemente, que reflitamos a propósito dessa grave inversão de valores. Algo está muito errado no trato da coisa pública. Algo está muito errado no nosso modelo de constitucionalismo e no manejo das forças institucionais. Está na hora de mudanças radicais.

Egon Bockmann Moreira, advogado e doutor em Direito, é professor da Faculdade de Direito da UFPR.

A UFPR e o desenvolvimento do Paraná

Zaki Akel Sobrinho e Rogério Andrade Mulinaré

O prédio histórico da UFPR é símbolo da cidade de Curitiba por opção de seus cidadãos desde 1999, além de ser o local de grandes manifestações democráticas na cidade desde seus primórdios e uma referência reconhecida pela sociedade paranaense. Entretanto, uma universidade é muito mais que edificações e laboratórios avançados, pois são as pessoas talentosas que conferem pertinência e relevância social a uma grande universidade, como a UFPR.

Relevância social se expressa pelo crescimento do ensino de graduação em mais de 64% no número de vagas nos últimos seis anos, bem como pela interiorização com a criação de novos cursos nos Setores do Litoral e Palotina e no campus Pontal do Paraná, além do novo campus em Jandaia do Sul, com cinco cursos. Também se afirma com o crescimento de 58% da pós-graduação neste mesmo período, atingindo a marca de 131 cursos de mestrado e doutorado, avançando e qualificando as atividades de pesquisa na UFPR e formando novos talentos para a docência, a pesquisa e contribuindo para a qualificação de pessoas em condições de contribuir para o desenvolvimento do nosso estado e país. Compromisso social também se afere pela abertura do segundo curso de Medicina da UFPR em Toledo, no Centro-Oeste do Paraná, e que deve iniciar suas atividades em 2016. A expansão que nos

últimos seis anos ampliou a área construída em 180 mil m², permitiu registrar mais de 350 pedidos de patentes, de 16 marcas registradas, de nove programas de tecnologia de informação, além de 44 contratos de licenciamento de transferência de tecnologia. Esta intensa atividade gerou 15.481 produtos intelectuais em 2014, com internacionalização do ensino, da pesquisa e da extensão.

Professores e pesquisadores aposentados da UFPR estão para sempre ligados ao nascimento de organismos de planejamento e fomento do desenvolvimento, além de terem sido importantes homens públicos na história de Curitiba, do Paraná e da UFPR. Estes casos são emblemáticos do papel de celeiro de talentos da UFPR, para ficar apenas nas áreas de Tecnologia e Ciências da Terra, dentre os múltiplos de nomes de destaque ao longo da história do nosso corpo docente em várias áreas, que aliam uma profícua carreira acadêmica com uma contribuição expressiva no desenvolvimento social e econômico de nosso estado. Suas biografias orgulham a UFPR.

A UFPR é sempre convocada para as maiores causas paranasistas e brasileiras, atuando em temas como a demarcação do mar territorial brasileiro; o planejamento e projeto de várias hidrelétricas nos rios do Paraná e em outras bacias brasileiras (como em Belo Monte); o acompanhamento e monitoramento das barragens de usinas; estudos estruturais e de impacto ambiental das ações de infraestrutura dos PACs; prospecção de petróleo; e a prevenção do assoreamento do canal dos portos da Baía de Paranaguá por meio da análise dos sedimentos da bacia hidrográfica. A capacidade científica e técnica da UFPR vem

sendo demandada pelo Fórum Permanente de Desenvolvimento, visando oferecer suporte às inúmeras necessidades estratégicas para o desenvolvimento de nosso estado.

Todo este reconhecimento decorre da excelência acadêmica e tecnológica de nossa comunidade acadêmica. Os pesquisadores de mais de 400 grupos de pesquisa contam com dezenas de laboratórios de ponta e detêm grande representatividade em rankings nacionais e internacionais. Estes predícos motivam inúmeras parcerias com o poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como com ONGs e empresas do setor produtivo.

A solução de problemas concretos apresentados pela sociedade à UFPR sempre teve acolhimento ao longo de sua história, e continuará recebendo atenção, pois, ao aproximar as ciências básicas das ciências aplicadas, opera impacto positivo no processo de formação acadêmica, promovendo ampliação do escopo dos talentos preparados pela universidade. A Administração, os Conselhos Universitários e toda a comunidade da UFPR reafirmam que os valores democráticos, de dedicação, ética, honestidade, respeito, sinceridade e responsabilidade social são os pilares para garantir os ideais de liberdade, justiça e paz que têm acompanhado e permeado nossa instituição ao longo de sua trajetória.

Zaki Akel Sobrinho é reitor da UFPR; Rogério Andrade Mulinaré é vice-reitor da UFPR.



Leia também

A dignidade humana e o empreendedorismo social de Muhammad Yunus

Maria Ticiano Campos de Araujo, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PR

Na internet
www.gazetadopovo.com.br/opinioao

4 GAZETA DO POVO QUINTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2015

www.gazetadopovo.com.br/vidapublica EDITOR RESPONSÁVEL: FERNANDO MARTINS vidapublica@gazetadopovo.com.br

MAMOGRAFIA DIGITAL CETAC DIAGNÓSTICO POR IMAGEM Batef 41.3270-3270

Vida Pública

GOVERNO X SERVIDORES

Base governnista ignora batalha campal e aprova lei da previdência



Servidores e policiais se enfrentam em frente da Assembleia, quando deputados discutiam o projeto.

Alheios ao confronto que deixou 213 feridos, 31 deputados chancelaram projeto do governo

Eulides Lucas Garcia

Prça de guerra, batalha campal, cenário de terror. Adjetivos não faltam para descrever a tarde fria desta quarta-feira (29) no Centro Cívico, em Curitiba. Foram quase duas horas de confrontos entre manifestantes e policiais, com um saldo de 213 feridos.

Alheios a tudo que se passava do lado de fora do plenário da Assembleia Legislativa, os deputados governistas pareciam participar de mais um dia normal de sessão. Com exceção do líder do Executivo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), 30 parlamentares aliados permaneciam impassíveis em suas cadeiras, sorrindo e jogando conversa fora. No comando de todos eles, o presidente da Casa, Ademair Traiano (PSDB), afirmou apenas que "lá fora, o problema é da segurança pública, não da Assembleia".

Amparado em uma decisão judicial que garantia a segurança do prédio e a realização dos trabalhos sem a presença dos servidores, o Legislativo tocou de forma ininterrupta cinco horas de discursos e votações em três sessões seguidas — uma ordinária e duas extraordinárias. No início da noite, os governistas finalmente conseguiram aprovar em definitivo o projeto de reforma da Parana-previdência, enviando-o para sanção do governador Beto Richa (PSDB).

"Aqui dentro, tínhamos clima para a votação. Externamente, a ação não cabia à Assembleia. Temos o direito de exercer o nosso mandato. A partir de agora, vamos seguir a vida em frente."

Ademair Traiano, presidente da Alep.

"Não dá para dizer que representamos o povo num momento como este. Não sei se algum deputado vai para casa com a alma tranquila. Eu não vou. É o pior conflito da história do Paraná."

Tadeu Veneri, líder da oposição.

Mundo paralelo

Iniciada por volta das 14h45, a sessão durou poucos minutos até que os primeiros estouros fossem ouvidos na Praça Nossa Senhora de Saleta. De imediato, deputados da oposição deixaram o plenário em direção à rampa principal do prédio e pareciam não acreditar nas cenas de guerra.

De um lado, os manifestantes tentavam avançar em direção à Assembleia para impedir que os parlamentares da base aprovassem o projeto. Do outro, policiais militares divididos em uma série de barreiras respondiam com bombas de efeito moral, spray de pimenta e gás lacrimogênio. Um caminhão da tropa de choque ainda dispersava os servidores com jatos de água.

Temendo pelo pior, um grupo de opositores tentou descer a rampa da Casa, mas foi contido por um cor-

ção da tropa de choque. Ao insistir em passar, Rasca Rodrigues (PV) acabou mordido no braço por um cão da PM. Os parlamentares, porém, voltaram do meio do conflito sem nenhum avanço, e os confrontos continuaram.

Do lado de dentro, apelos eram feitos a Traiano para que suspendesse a sessão, e os confrontos continuaram. Do lado de dentro, apelos eram feitos a Traiano para que suspendesse a sessão, e os confrontos continuaram.

Do lado de dentro, apelos eram feitos a Traiano para que suspendesse a sessão, e os confrontos continuaram.

Do lado de dentro, apelos eram feitos a Traiano para que suspendesse a sessão, e os confrontos continuaram.

Do lado de dentro, apelos eram feitos a Traiano para que suspendesse a sessão, e os confrontos continuaram.

Richa culpa black blocs e isenta polícia

Rosério Waldrienes Galindo

ENTREVISTA

Beto Richa (PSDB), governador do Paraná.

O governador Beto Richa (PSDB) disse nesta quarta-feira (29) que a culpa pela violência no Centro Cívico se deveu à ação de "arruaaceiros" e que a polícia apenas reagiu para se proteger. Veja trechos da entrevista:

Como senhor viu os fatos de hoje?

É lamentável. Não dá para negar que temos algumas cenas chocantes, indesejáveis. Mas lamentavelmente a presença de baderneiros, arruaaceiros, black blocs que radicalizaram, partiram para cima dos policiais. É uma defesa natural: eles reagiram para preservar sua integridade física e suas vidas. Temos hoje mais de 20 policiais feridos. E a determinação foi do Judiciário, para preservar Assembleia Legislativa e a função dos deputados eleitos legitimamente para representar cada um dos paranaenses. Uma invasão à Assembleia novamente representaria uma afronta à democracia. E esses radicais acabaram buscando o confronto com os policiais.

Há várias críticas à atuação violenta da polícia. Na sua opinião houve excessos? Sim, vamos apurar. Todos os relatos que recebi não dão conta disso. Mas podemos apurar, sim. Até porque insistentemente há dias eu peço controle, evitá-los máximo o confronto. Egressões então nem se fala. Agora, os filmes que eu assisti mostram agressões de manifestantes radicais, black bloc, chutando o calçamento do Centro Cívico para tirar aquelas pedras de petit pavé, enchendo as mãos, atirando nos policiais. Uma pedra daquelas na cabeça mata na hora. Então, a reação que eu vi nos filmes que eu assisti, foi realmente de proteção das próprias vidas dos policiais. E vamos apurar, sim. Até porque qualquer excesso é condenável, de qualquer uma das partes.

O senador Alvaro Dias (PSDB) paga um preço alto até hoje por um confronto ocorrido com professores no governo dele. O sr. acha que esse episódio prejudica sua imagem?

Poder ser, mas eu não tenho medo. A minha popularidade pode oscilar, o que não pode oscilar é a coerência. Tenho responsabilidades com o estado do Paraná. E olhe, eu não fujo dessas responsabilidades. A obrigação de todo governante responsável não é ficar preocupando o tempo todo em apresentar medidas simpáticas, populares que lhe garantam uma grande aprovação popular. Temos também que ter coragem quando se apresenta uma situação de apresentar medidas impopulares, mas imprescindíveis para o futuro do Paraná e dos paranaenses. É o que eu estou fazendo.

PLACAR

Veja como votaram os deputados estaduais, em segunda votação, no projeto de reforma da Parana-previdência.

31 A FAVOR. Grid of 31 portraits of deputies who voted in favor, including Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, André Bueno, Artagão Jr., Bernardo Ribas Carli, Claudia Pereira, Cobra Rappórt, Crislina Silvestri, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Jr., Felipe Franciscchini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Lúcia Carlos Martins, Lúcia Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Mis. Ricardo Arruda, Nelson Justus, Paulo Litro, Pedro Lupion, Plauto Miró, Schiavinato, Tiago Amaral, Tibo Medeiros, Wilmar Reichenbach.

20 CONTRA. Grid of 20 portraits of deputies who voted against, including Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Anbelli Neto, Chico Brasileiro, Evandro Andrijo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Marcio Pauliki, Nelson Luersen, Ney Moura, Ney Leprevost, Palazzi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Melo, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Tadeu Veneri, Tércilio Turtini.

2 NÃO COMPARECERAM NÃO VOTOU. Grid of 2 portraits of deputies who did not attend or vote, including Mara Lima, Paranhos, Ademair Traiano.

ESSÊNCIA MANTIDA. A Assembleia manteve o teor do projeto da Parana-previdência, que trará economia mensal de R\$ 125 milhões ao governo do estado. Houve apenas quatro alterações ao texto: APOORTE: Se não se concretizar o aporte governamental previsto de R\$ 1 bilhão no Fundo Previdenciário com royalties de Itaipu, o caixa do Tesouro do estado cobrirá a diferença. CONSELHEIROS: Incluiu associações de classe, além das entidades sindicais, como responsáveis por eleger os representantes dos servidores no Conselho de Administração da Parana-previdência. REPRESENTATIVIDADE: Prevê que, dos quatro representantes do funcionalismo no Conselho de Administração, um seja do quadro próprio do Executivo, um das entidades que representam os militares e dois das entidades sindicais.

ANEXO 5 – GAZETA DO POVO, Página 06, Vida Pública

6 Vida Pública

GAZETA DO POVO
QUINTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2015

GOVERNO X SERVIDORES

OPINIÃO

Direção Estadual da APP-Sindicato

29 de abril é dia para se recordar sempre

■ O que assistimos, nesta quarta-feira, foge a qualquer explicação ou análise política. Beira a insanidade. O que o governador Beto Richa, o secretário de Segurança Fernando Francischini e o deputado Ademair Traiano fizeram, ao jogar policiais da tropa de choque contra o funcionalismo público — com balas de borrachas, sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo — é de tempo da ditadura, em que truculência e a violência variam a todos que se manifestassem contrários ao regime. É inadmissível, em pleno estado democrático de direito, que cenas como essas aconteçam. É inadmissível que governos e legisladores eleitos democraticamente portem-se como ditadores e usem da ação violenta para impedir o povo de acompanhar as decisões parlamentares. É inadmissível que profissionais da educação sejam agredidos pela força policial. As cenas de hoje nos levam a perguntar: quantos são os mortos e os feridos mais de 200 feridos, governador? Talvez R\$ 1,5 bilhão por ano? Pois é este montante que senhor terá ao

fazer os tais ajustes na previdência e, assim, contentar também, com benesse, os deputados que votaram a favor do PL 252/2015. Quanto vale a dignidade dos parlamentares ligados aos mandos palacianos de Richa? Enquanto protagonizam no palco vazio da Alep o farsesco teatro da normalidade, na rua em frente professores são violentados pela truculência policial. Quanto vale as decisões do sistema judiciário paranaense? Que, por certo, fazem a deusa Têmis tirar a venda por vergonha destas decisões, quase sempre favoráveis ao governo. Repete-se, em pior grau, o 30 de agosto de 1988. Pior porque, em 88, estivemos ensaiando os primeiros passos da democracia após a ditadura. E no início da noite de ontem, uma nota lacônica e zombeteira do governo do estado atribui aos manifestantes a culpa pelos mesmos. A polícia, diz a nota (para espanto de todos que estavam na Praça Nossa Senhora da Salette), defendeu-se. Algozes viram vítimas para justificar agressões injustificáveis. As imagens mostradas ao mundo não deixam dúvidas de quem se defendia do quê. Ao funcionalismo público, e em especial professores e funcionários de escola, a APP-Sindicato, garante que não recuará da defesa dos direitos do classe trabalhadora. Que seja luto, que seja memória, para não esquecermos jamais um governo insano e suas tiranias.

Três jornalistas também se machucaram. Governo informa que 20 PMs foram feridos

Katna Baran

■ As manifestações que precederam a votação final do projeto de reforma da Previdência anunciavam momentos de tensão para esta quarta-feira (29). Mas nem os mais pessimistas imaginavam o estado de guerra que se formaria nos arredores da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) durante a votação do projeto. O resultado: 213 manifestantes feridos, segundo a prefeitura de Curitiba, e 20 policiais, segundo a Secretaria de Segurança Pública. Também houve três profissionais da imprensa na lista de feridos, vítimas de balas de borracha, estilhaços de bombas, spray de pimenta e gás lacrimogênio. O número de feridos no confronto desta quarta-feira no Centro Cívico foi o dobro da manifestação de junho de 2013 que mais teve vítimas em todo o país, quando cerca de 100 pessoas se feriram num protesto em São Paulo.

Desde cedo

O clima era tenso desde a manhã entre policiais e manifestantes. Mas os ânimos se acirraram à tarde, quando manifestantes tentaram quebrar o cordão policial do entorno do prédio para invadir a Assembleia. A resposta foi rápida: os 1,6 mil policiais da operação começaram a dispersar os manifestantes.

A tentativa da PM era de adiantar o cerco para impedir qualquer avanço popular. Mesmo com os manifestantes recuando, a chuva de bombas de efeito moral e balas de borracha durou cerca de três horas, formando uma névoa no Centro Cívico. Entre os professores, havia relatos de bombas sendo jogadas de prédios públicos e de um helicóptero, deixando as pessoas encurraladas. "Corremos até o rio [Belém — atrás do Palácio das Aracúrias], achando que estaríamos seguros, mas as bombas vinham de todos os lados", afirmou o professor Joacemar Antônio Carlesso, do município de Dois Vizinhos.

A medida que o cerco avançava, mais feridos. A maioria foi encaminhada para o prédio da prefeitura de Curitiba (leia mais ao lado). Do caminhão de som, líderes do movimento tentavam contornar a situação, pedindo que os manifestantes recuassem e que a polícia parasse com a truculência. Eles também chamavam atenção para o fato de que as crianças de uma creche localizada próxima ao local estavam sentindo os efeitos do gás lacrimogênio lançado na praça — os pais foram chamados para levá-las para casa.

Por volta das 17 horas, com a confusão controlada, os PMs pararam de avançar. Do carro de som, representantes do sindicato dos professores chamaram pelos feridos e pessoas perdidas. Durante cerca de uma hora, a praça virou um centro de atendimento médico e prestação de serviços. Logo depois, a notícia do projeto de lei havia sido aprovado pelos deputados. Poucas vozes foram ouvidas no local. A maioria dos servidores já havia deixado o Centro Cívico.

Embate entre a Polícia e servidores termina



A Praça Nossa Senhora da Salette se transformou em cenário de guerra: policiais usaram bombas

Daniel Castellano / Gazeta do Povo



Cenas do embate no Centro Cívico: bomba explode próximo de manifestante, que cai ao chão.

Ivanildo Alexandre / Gazeta do Povo



Manifestante sangrando é amparado por colega com os olhos irritados devido ao gás lacrimogênio.

Informe Publicitário
Estágio com qualidade

Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná
desde 1967

CIEE-PR aumenta número de contratações de estagiários

Estudantes reunidos em evento na Universidade Federal do Paraná.

Aumentou em 22,52% o número de estudantes em estágio nas unidades do CIEE/PR em todo o Estado do Paraná, entre os dias 31 de janeiro/2015 e o dia 22 de abril deste ano, conforme levantamento do setor de controle. A evolução reflete a retomada das contratações após as férias escolares do início do ano quando ocorre normalmente certa retração na procura por estágio.

Em janeiro estavam contratados pelas empresas parceiras 24.872 estagiários, pulando para 30.419 agora em abril. Já, nos postos de atendimento do CIEE/PR junto às instituições de ensino de Curitiba, o aumento das contratações foi de 18,09%.

Os postos de atendimento descentralizado, particularmente, prestam relevantes serviços aos estudantes que procuram oportunidades de estágio nas próprias escolas em que estão matriculados. Nesses locais, os alunos podem fazer ou validar cadastros, verificar vagas e o encaminhamento para entrevistas nas empresas parceiras, obter a emissão de contratos e relatório de estágio, sem a necessidade de deslocamentos até a sede central do CIEE/PR na rua Ivo Leão, 42.

Ao todo são 12 postos de atendimento que funcionam nas dependências do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), nas Faculdades Integradas do Brasil (Unibrasil), Faculdades Integradas Santa Cruz, FAE (Centro Universitário), FESP (Faculdade de Educação Superior do Paraná), OPET (Bom Retiro), OPET (Rebouças), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), UNINTER, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Positivo e Universidade Tuiuti do Paraná (UTP Barigui).

Com essas facilidades de acesso dos estudantes aos programas de estágio, certamente estamos somando esforços com nossos parceiros - instituições de ensino - em benefício dos jovens - disse o presidente do CIEE/PR Arwed Kirchgässner.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ
[41] 3313-4300 www.cieepr.org.br cieepr@cieepr.org.br
Coluna produzida pelo CIEE/PR - comunicacao@cieepr.org.br

Polícia Militar e os servidores com 213 feridos

Renato Alexandre/Gazeta do Povo



Os gases lacrimogêneos, balas de borracha e spray de pimenta para dispersar os servidores.

Prefeitura virou hospital de guerra

Katia Brembatti

■ No momento em que voavam bombas de gás e balas de borracha, no Centro Cívico, a prefeitura de Curitiba se transformou em base de resistência para os manifestantes e um posto médico para o atendimento de mais de uma centena de feridos.

“Uma bomba de gás explodiu na minha cara”, contou o estudante Icaro Moura, mostrando o curativo que cobria um corte profundo na testa e um menor no supercílio. No pescoço, ainda havia a marca do sangue escorrido. A colega Emília Perez estava com um ferimento na perna, estilhaços da mesma bomba que atingiu Icaro.

A Guarda Municipal deu apoio no transporte de feridos — a maioria levados para o Hospital Cajuru e para as UPAs Matriz e Boa Vista. A equipe de atendimento a grandes desastres foi acionada, contou o enfermeiro Eduardo Funchal. Mais de 50 pessoas trabalharam nos primeiros socorros aos feridos. Além de cortes por estilhaços de bombas e inchaços causados pelas balas de borracha, a maioria dos casos era de problemas respiratórios causados pelos gases. Uma mulher com crise

de asma foi atendida deitada no saguão. Foram comuns também casos de torções e fraturas ocorridas durante a correria.

Acada avanço da polícia, manifestantes se refugiavam no prédio da prefeitura. A todo momento entravam pessoas chorando — ou pelos efeitos do gás lacrimogêneo ou desesperadas e amedrontadas. Boatos infundados de mortos no confronto se espalharam, deixando mais gente apreensiva e em busca de informações sobre amigos e parentes.

Visivelmente indignado com o que via, o prefeito Gustavo Fruet foi para a frente da prefeitura para reforçar aos servidores que a ordem era acolher todos que estivessem precisando de ajuda. Ele comentou que o cerco policial no Centro Cívico já havia se transformado em mal-estar quando, na segunda-feira, os servidores que chegavam para trabalhar passaram a ser revistados. “Já vinhamos alertando sobre a reação desproporcional da polícia”, comentou Fruet.

Na opinião do prefeito, é necessário um recuo da polícia para trazer a tranquilidade de volta ao local. Os funcionários foram dispensados. Só ficaram os que estavam auxiliando às vítimas ou dando suporte aos manifestantes. Longas filas se formaram nos banheiros. Às seis da tarde, o prédio continuava cheio.

“Infelizmente, nos encontramos de novo nesse cenário de guerra.”

Taysa Junkes, professora de Curitiba.

“A gente falava para os policiais: nós podíamos ser filhos de vocês!”

Emília Perez, atendida na prefeitura com um ferimento na perna.

“Corremos até o rio [Belém — atrás do Palácio das Araucárias], achando que estaríamos seguros, mas as bombas vinham de todos os lados.”

Joemar Antônio Carlesso, professor de Das Vizinhas.

“Nosso estado é administrado por ditadores.”

Fátima da Luz, servidora estadual.

“Acabei levando um golpe a cassetete na mandíbula e duas bombas estouraram nas minhas pernas.”

Eyimar Bortot, professor de Curitiba.

OPINIÃO

Beto Richa, governador do Paraná.

Radicalismo e violência

■ Como democrata, cristo e cumpridor das leis, lamento profundamente os dramáticos incidentes ocorridos no Centro Cívico. Incidentes que tiveram sua origem na irresponsabilidade, na levianidade e no extremismo de grupos radicais estranhos à categoria dos professores paranaenses, inflamados por oportunistas que não respeitam e não honram o Poder Legislativo.

Desde o início das negociações com representantes do funcionalismo sobre o plano de custeio da Parana Previdência, tenho me pautado de forma intransigente pelo diálogo, pedindo serenidade e ponderação a todos. Fizemos várias concessões ao fórum sindical de servidores, retirando alguns pontos do projeto original e contemplando diversas de suas propostas.

O projeto do sistema previdenciário, elaborado por técnicos da Parana Previdência, não mexe em nenhum direito dos servidores. Ao contrário: garante a sustentabilidade

de atuarial e financeira do Fundo de Previdência no longo prazo.

As aposentadorias e pensões são um direito sagrado do servidor. Obrigação constitucional prioritária do poder Executivo, pela qual sempre vamos zelar.

Para salvaguardar o direito dos deputados de votar com a sua consciência e sem pressões, a Assembleia Legislativa solicitou as devidas garantias para a votação do projeto. Garantias que foram asseguradas por decisão do Poder Judiciário.

Infelizmente, grupos isolados de militantes políticos e black blocs, armados de pedras, bombas caseiras e barras de ferro, atacaram a força policial, que não teve alternativa senão se defender e garantir que os pudessem cumprir com sua obrigação. Há imagens comprovando quem tomou a iniciativa dos atos de barbárie. Lamento profundamente que pessoas inocentes, que participavam da mobilização de servidores, também tenham sido vítimas desses infelizes acontecimentos.

Tenho crença profunda de que a História mostrará que a razão está do lado do equilíbrio, daqueles que praticam a democracia, e não dos que irresponsavelmente provocam a desordem pública, destilam ódio e rezam pela cartilha do quanto pior, melhor.

GAZETA DO POVO

UM PLANO QUE PENSA EM TUDO TAMBÉM PENSA NO SEU ACESSO AO HOSPITAL VITÓRIA, COM EXCELÊNCIA EM DIVERSAS ESPECIALIDADES.

Além de contar com o Hospital Vitória em sua rede credenciada, a Amil também tem serviços online no site, smartphone, tablet e muito mais. Lembre-se de verificar se o serviço está disponível no plano escolhido e na sua região.

Amil, o plano mais completo do país. Escolha o seu.

Planos a partir de		
Amil	Amil	Amil Dental
R\$ 134,47 ⁽¹⁾	R\$ 114,83 ⁽²⁾	R\$ 17,00 ⁽³⁾
por beneficiário (sem coparticipação)	por beneficiário (com coparticipação)	por beneficiário

Preços válidos até 31/5/2015

Plantão de vendas Curitiba: (41) 3521-1000 | amil.com.br

(1) Plano Blue Plus 300 PME, de 35 a 99 vidas, QG, de 0 a 18 anos. (2) Plano Medical 300 PME, de 30 a 99 vidas, QG, de 0 a 18 anos. Plano com coparticipação. (3) Plano Dental PME, de 30 a 99 beneficiários. Não inclui o plano médico. Preços válidos até 31/5/2015 e somente para contratação no Estado do Paraná.

ANEXO 7 – GAZETA DO POVO, Página 13, Vida e Cidadania

13

GAZETA DO POVO

QUINTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2015

www.gazetadopovo.com.br/vidacidadania | www.facebook.com/gvidacidadania
EDITORA RESPONSÁVEL: MARISSA ABRANTES SIROINI VALEIRO
EDITORA RESPONSÁVEL: FABIANE ZICILLA MENEZES
vidacidadania@gazetadopovo.com.br

Vida e Cidadania

» SERVIDORES ESTADUAIS

Greves continuam em quatro áreas

Professores da rede estadual e docentes de universidades, servidores da saúde e agentes penitenciários vão manter paralisação

Antonio Senkovski

■ Mesmo com a aprovação das mudanças no Fundo Previdenciário do estado e da reação violenta da Polícia Militar contra os manifestantes no Centro Cívico nessa quarta-feira (29), as greves dos servidores públicos do Paraná devem continuar. Os próximos passos das categorias ainda serão definidos em assembleias a serem realizadas entre esta quinta-feira (30) e a próxima semana, e devem envolver ações judiciais para tentar obter parecer de que as alterações aprovadas seriam irregulares. O governo diz que vai descontar nos salários os dias parados das categorias que retomaram a greve, mas os professores rebatem dizendo que se ocorrer isso não vão fazer a reposição das aulas perdidas.

A professora Marlei Fernandes de Carvalho, diretora da APP-Sindicato, que representa os professores da rede estadual de ensino, disse que uma reunião do comando de greve vai avaliar a continuidade do movimento nesta quinta-feira (30). "Amanhã nós vamos determinar se seguimos ou não com a greve, mas até essa decisão o movimento continua", disse ela por volta das 20 horas de quarta-feira (29). Nesse horário, a maior parte do acampamento dos professores já tinha sido recolhido.

No caso de haver continuidade da greve dos professores, o movimento irá contra a decisão judicial obtida pelo governo do Paraná que determina multa de R\$ 40 mil por dia ao sindicato dos professores caso a categoria não retorne às salas de aula. O prazo para que a decisão seja cumprida (cinco dias) vence nesta sexta-feira (1.º), mas a APP diz que vai recorrer.

Nas universidades estaduais, a greve em quatro instituições e a paralisação em outras três também prossegue. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Na manhã de ontem, antes do confronto, milhares de servidores reforçaram a manifestação.

(Unioeste), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) retomaram a greve. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) optaram por uma paralisação até o fim da semana. Mas os dirigentes

sindicais das três últimas relatam que a aprovação da continuidade da greve é quase certa mesmo com a decisão judicial que saiu na segunda-feira (27), que determina a volta às aulas. Até porque a maioria dos sindicatos diz não ter sido notificada pela Justiça.

A greve dos agentes penitenciários afetou dois presídios na quarta-feira (29). A

Penitenciária Central do Estado (PCE) e a Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP) ficaram sem atividades iniciais. Foram prejudicadas atividades como aulas, banho de sol e trabalho. Foram mantidas a distribuição de alimentos, questões de saúde e decisões judiciais. Nos dois presídios há 2,8 mil presos. Em todos os 32 presídios

"[Hoje] nós vamos determinar se seguimos ou não com a greve, mas até essa decisão o movimento continua."

Marlei Fernandes de Carvalho, diretora da APP-Sindicato.

do Paraná, há cerca de 19 mil detentos.

A greve dos servidores da saúde também prossegue, mas a adesão, segundo a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) é baixa. Foram registradas 11 faltas entre os 8.989 funcionários nas unidades administradas pelo Paraná. A reportagem conversou com funcionários de três instituições de saúde. Eles disseram que não participam do movimento porque os diretores ameaçam descontar a falta nos salários. Nessas três instituições contactadas, não houve nenhum problema no atendimento ao longo do dia, assim como informou a Sesa.

Fonte: Gazeta do Povo, 30 de abril de 2015, edição Nº 31.204, ano 97

ANEXO 11 – FOLHA DE LONDRINA, Página 6, Folha Geral

6 | **FOLHA Geral**

geral@folhadelondrina.com.br

FOLHA DE LONDRINA, quinta-feira, 30 de abril de 2015



Cenas de guerra: PM usa bomba e bala de borracha contra servidores

Cerca de 200 pessoas são feridas no Centro Cívico durante ato contra aprovação do projeto da Parana Previdência

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba – O Centro Cívico se transformou ontem em uma praça de guerra. Segundo informações da Prefeitura de Curitiba, mais de 200 pessoas ficaram feridas durante o conflito entre tropas da Polícia Militar e professores e servidores estaduais que se manifestavam em frente à Assembleia Legislativa contra a aprovação do projeto de lei que altera a Parana Previdência, proposto pelo governador Beto Richa (PSDB). Cerca de 150 feridos foram atendidos em 12 ambulâncias. Outros 63 feridos foram encaminhados para Unidades de Pronto Atendimento. O Hospital Cajuru recebeu 36 pacientes, e o Hospital do Trabalhador, outros sete feridos. Segundo o governo do

Estado, 40 manifestantes ficaram feridos e outros 20 policiais. Um cinegrafista da TV Bandeirantes foi mordido por um pitbull da Tropa de Choque.

Por volta das 15 horas, os manifestantes tentaram transpor a primeira barreira de policiais que impedia a entrada na Assembleia Legislativa e houve confronto. A partir



Um professor mostra o ferimento por bala de borracha no braço

deste momento, foram disparadas bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha contra os manifestantes. O disparo de bombas durou uma hora e meia e só se encerrou por volta das 16h30, quando os professores recuaram um pouco do cordão de isolamento e se concentraram

mais na área da Prefeitura de Curitiba. A cada passo que os manifestantes davam para tentar avançar novamente em direção à Assembleia Legislativa, mais bombas eram lançadas. Os policiais também usaram jatos de água.

Antes do início do conflito, os manifestantes gritavam

Prefeitura de Curitiba virou 'hospital improvisado' para atender os feridos

palavras de ordem como "retira ou rejeita" o projeto que altera as regras da Parana Previdência. O volume de bombas atirado contra os manifestantes foi muito grande, mas a Polícia Militar não soube informar o número exato. A confusão era tão grande que nem ambulâncias conseguiam passar para atender os feridos. Depois de cerca de 15 minutos de bombardeio, os dirigentes sindicais que estavam no carro de som gritavam "Chega governador! Não estamos armados." A todo mo-

mento os manifestantes xingavam o governador de covarde. No início da noite, os manifestantes deixaram o Centro Cívico. A APP Sindicato, que representa os profissionais da rede estadual de ensino, informou que faria uma reunião ontem à noite para definir os rumos da paralisação que iniciou na última segunda-feira.

CHORO E DESESPERO

O subsolo da Prefeitura virou um verdadeiro hospital de guerra. O primeiro atendimento aos feridos aconteceu no prédio da Prefeitura. O cenário era de muita gente chorando, desesperada e com medo. A estudante de Direito Isabel Cortes foi atingida por estilhaços de bomba e estava com a perna sangrando. Ela foi atendida na Prefeitura. Os feridos também foram atendidos em um centro médico improvisado no Tribunal de Justiça. Era possível ver pessoas desacordadas e sangrando. Um centro de educação infantil da prefeitura que atende 150 crianças de três meses a cinco anos no Centro Cívico chamou os pais para buscarem os filhos quando as bombas começaram a ser disparadas.

A fumaça do gás lacrimogênio atingiu o local e algumas crianças começaram a passar mal.

Em nota, o governo do Paraná disse lamentar "os atos de confronto, agressão e vandalismo" e que as reiteradas tentativas dos manifestantes de invadir a Assembleia Legislativa culminaram com a ação de defesa das forças policiais. Ainda de acordo com o governo, 13 pessoas foram detidas por envolvimento direto no ataque aos policiais. Essas pessoas seriam ligadas ao movimento black-bloc e está em curso uma investigação sobre a atuação delas durante a manifestação. Segundo o comandante geral da PM, coronel César Kogut, a ação de ontem contou com 1.600 policiais. Ele disse ainda que não houve falha da polícia. "A agressão partiu dos manifestantes que vieram romper a barreira. A nossa missão era cumprir a ordem judicial de não invadir a Assembleia", afirmou.

Três alunos da UEL são presos

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – Três dos cinco jovens presos durante ação policial no Centro Cívico, em Curitiba, são alunos da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Um outro estudante, um professor e uma servidora da UEL foram feridos por balas de borracha disparadas pelos PMs.

De acordo com a diretora de comunicação do Sindipro/Aduel, Sílvia Alapanian, que acompanhou as manifestações dos professores na capital, os alunos foram levados ao 1º Distrito Policial (DP), após ser mantidos em uma sala do Palácio Iguaçu sob escolta policial. Os jovens teriam sido detidos sob a alegação de serem "black blocs".

"A informação que nós temos é de que eles teriam sido detidos por policiais à paisana. Ninguém sabe o motivo por que eles foram presos. Provavelmente vão servir de bode expiatório. Todas as pessoas que estão aqui são professores, servidores ou estudantes. A alegação da polícia é absurda. Nós viemos apenas para nos manifestar e fomos recebidos desta forma", protestou a diretora.

Sílvia reclamou ainda de que o presidente do do Sindipro/Aduel, Renato Lima Barbosa, que é advogado, não tenha recebido permissão da polícia para ter contato com os alunos presos. Dois advogados da OAB-Paraná acompanharam o caso e até o fechamento desta edição os estudantes não haviam sido identificados.

"Os três feridos receberam atendimento médico e registraram boletins de ocorrências contra a ação dos policiais. Esperamos que todos consigam voltar para Londrina", relatou a diretora do Sindipro. A previsão era que os ônibus que trariam os professores, servidores e estudantes da UEL deixassem Curitiba por volta das 22h.

A história se repete, 27 anos depois

Edson Ferreira
Reportagem Local

Londrina – No dia 31 de agosto de 1988 a FOLHA publicava que o Centro Cívico, em Curitiba, "pela primeira vez em sua história foi palco da utilização de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral pela Polícia Militar contra uma passeata de professores". A história se repetiu ontem, porém, com dimensões bem maiores.

Os professores daquela época estavam em greve por aumento salarial e caminhavam em direção ao Palácio Iguaçu para cobrar do então governador Alvaro

Dias (que era do PMDB) a abertura de diálogo. Foram recebidos pela PM, cerca de 270 homens, segundo o governo. "Treze homens da Polícia Montada partiram para cima do carro de som do Sindicato dos Bancários, agredindo as pessoas que estavam ao redor".

Vinte e sete anos depois, mobilizados pela falta de acordo com o governador Beto Richa (PSDB) em relação a proposta que mudou a Parana Previdência, os professores foram recebidos por aparato nunca visto, com mais de 3 mil homens. Para justificar dez professores presos, além das dezenas de feridos, o



O dia 31 de agosto de 1988 entrou para a história do Paraná quando a cavalaria da PM avançou sobre os professores, no governo de Alvaro Dias

governo Dias alegou "distúrbio da ordem social". Ontem, o governo viu "vandalismo" provocado "por manifestantes estranhos ao movimento dos servidores",

para defender o avanço da tropa. A tragédia do passado foi insuficiente para evitar a repetição de cenas que os paranaenses pensavam jamais reviver.